



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO

Pregão, na forma Eletrônica nº 005/2020		Data de Abertura: 08/04/2020 às 09:30h no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br	
Objeto			
Contratação de serviços de operação e manutenções preventivas, corretivas e preditivas em sistemas de energia elétrica de baixa, média e alta tensão e seus sistemas de controle, proteção, supervisão e automação, sistemas ininterrupto de energia, motogeradores, bancos de capacitores, sistemas de aterramento, de proteção contra descargas atmosféricas, de reuso de água, de irrigação, incluindo equipamentos elétricos, eletromecânicos, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, além de executar melhorias nas instalações elétricas das dependências da Presidência da República com o fornecimento de profissionais especializados, materiais, componentes, ferramentas, máquinas e equipamentos adequados e necessários para a execução dos serviços.			
Valor Total Estimado			
R\$ 5.672.519,67 (cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil, quinhentos e dezenove reais e sessenta e sete centavos)			
Local da Prestação do Serviço			
Brasília/DF			
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Critério de Julgamento das propostas:
NÃO	FACULTATIVA	TERMO DE CONTRATO	MENOR PREÇO GLOBAL
Exclusiva ME/EPP?	Cota Reservada ME/EPP?	Exige Amostra?	Dec. nº 7.174/2010?
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Modo de Disputa			
A disputa dar-se-á pelo MODO ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de 0,01% (um centésimo por cento), nos termos do item 7 do edital.			
DESTAQUES			
<p>ATENÇÃO. A prática das condutas previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 (deixar de entregar ou desistir da proposta, ensejar o retardamento da licitação, não apresentar a documentação exigida, entre outras), poderá acarretar na aplicação da penalidade de IMPEDIMENTO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO e suspensão do SICAF, por período que poderá chegar a até 5 anos, em cumprimento à legislação vigente e à Instrução Normativa da Secretaria de Administração da Presidência da República nº 1, de 13 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2017, que estabelece procedimentos para a definição da dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar prevista no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.</p> <p>A Instrução Normativa poderá ser consultada no endereço: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/10/2017&jornal=1&pagina=5&totalArquivos=92</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações do pregoeiro, a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>			

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões Eletrônicos da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República pelo endereço www.comprasgovernamentais.gov.br, selecionando as opções **Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “110001”**. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasnet e também no endereço: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes>



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020

Processo Administrativo n.º 00059.000381/2018-99

Torna-se público, que a União, por meio da Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República, sediada no Anexo II do Palácio do Planalto, Ala “A”, Sala 205, em Brasília-DF, CEP 70.150-900, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº 325, de 11 de novembro de 2019, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2019, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e nº 3, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **08/04/2020**

Horário: **9h30**

Local: **Portal de Compras do Governo Federal-www.comprasgovernamentais.gov.br**

UASG: **110001**

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de operação e manutenções preventivas, corretivas e preditivas em sistemas de energia elétrica de baixa, média e alta tensão e seus sistemas de controle, proteção, supervisão e automação, sistemas ininterrupto de energia, motogeradores, bancos de capacitores, sistemas de aterramento, de proteção contra descargas atmosféricas, de reuso de água, de irrigação, incluindo equipamentos elétricos, eletromecânicos, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, além de executar melhorias nas instalações elétricas das dependências da Presidência da República com o fornecimento de profissionais especializados, materiais, componentes, ferramentas, máquinas e equipamentos adequados e necessários para a execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 3 (três) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço global do grupo, observadas as exigências contidas neste edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 110001

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 04.122.0032.2000.0001

Natureza de Despesa: 3390.30, 3390.37 e 3390.39

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, observado o disposto no **subitem 9.10.1.1** deste Edital;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.2.8 instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)

4.2.8.1 É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.2.9 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU.

4.3 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 É vedada ainda a contratação de empresas cujos sócios ou dirigentes tenham vínculo familiar com servidor do órgão contratante que tenha poder de influência sobre a condução da licitação (Acórdãos TCU 702/2016-P, 2057/2014-P, 1620/2013-P e 1160/2008-P).

4.3.2 Considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).

4.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa.

4.5.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.5.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1 A proposta de preços será apresentada em conformidade com o instrumento convocatório, contendo todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, preenchida conforme Modelo de Proposta de Preços – Anexo II deste edital (Proposta Comercial), devendo conter:

5.1.1.1 Descrição clara e completa do objeto, contendo as especificações detalhadas, observada a descrição/especificação constante do Termo de Referência – Anexo I e seus Apêndices, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.1.1.1.1 O item 2 do Grupo 1 refere-se ao valor estimado para serviços eventuais com BDI. **O licitante deverá registrar para o item 2 do Grupo 1 o valor fixo de R\$ 56.581,87 (cinquenta e seis mil, quinhentos e oitenta e um reais e oitenta e sete centavos) para o período de 12 (doze) meses, que irá compor o valor global do Grupo 1.** O valor deste item é FIXO e NÃO SERÁ objeto de disputa, sendo que o registro de valor abaixo de R\$ **R\$ 56.581,87** implicará na desclassificação da proposta.

5.1.1.2 Preços unitário, total, mensal e anual, expressos em R\$ (reais), com aproximação de até duas casas decimais.

5.1.1.3 Os custos decorrentes da execução contratual deverão ser demonstrados por meio de Planilhas de Custos e Formação de Preços detalhadas, da mão-de-obra, encargos, insumos, tributos, ferramentas/equipamentos, materiais e outras despesas relativas aos serviços a serem executados, conforme modelo no Apêndice I do Anexo II deste edital.

5.1.1.3.1 A Planilha de Custos e Formação de Preços – **Apêndice VI** do Termo de Referência – Anexo I deste edital, servirá como referencial, devendo a licitante preencher uma planilha para cada categoria envolvida na contratação, uma vez que servirão para demonstrar possíveis variações de custo/insumos no curso da execução contratual, e serão utilizadas como base em eventuais repactuações de preços, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado, inclusive encargos trabalhistas, sociais e tributos incidentes, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de fatos ou erros no preenchimento da planilha.

5.1.1.3.2 A licitante deve preencher o item Seguro Acidente do Trabalho das Planilhas de Custos e Formação de Preços, com o valor de seu FAP (RAT x FAP), a ser

comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

5.1.1.3.3 Juntamente com o edital, será disponibilizada pela Presidência da República, um modelo de planilha sem preenchimento, em formato Excel, conforme Apêndice I do Modelo de Proposta de Preços – Anexo II deste edital, nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes>.

5.1.1.3.4 Os tributos IRPJ e CSLL, não devem integrar o cálculo do Lucro e Despesas Indiretas - LDI e a Planilha de Custos e Formação de Preços, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente a licitante vencedora, não devendo ser repassado à Presidência da República, nos termos do Acórdão TCU nº 950/2007-Plenário.

5.1.1.3.5 Juntamente com a Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser indicado a Convenção, Acordo ou Dissídio Coletivo de Trabalho, Sindicatos, que regem as categorias profissionais vinculadas à execução do serviço, que foram consideradas para a elaboração da Planilha de Custos e Formação de Preços, bem como as respectivas datas bases e vigências, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO.

5.1.1.3.6 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

5.1.1.4 Prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.1.1.5 Declaração expressa de estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

5.1.1.6 Razão social, endereço completo e CNPJ da licitante, referência ao número do edital do pregão, bem como o nome do banco, o número da conta corrente e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos.

5.1.1.7 Meios de comunicação disponíveis para contato, como por exemplo, telefone e endereço eletrônico.

5.1.1.8 Qualificação do preposto autorizado a firmar o contrato, tais como, nome completo, CPF, carteira de identidade.

5.1.2 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

5.1.2.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

5.1.3 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

5.1.4 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

5.1.5 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 O licitante que estiver com alguma documentação vencida junto ao SICAF deverá encaminhar, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

5.5 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.8 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor mensal e anual do item;

6.1.2 descrição do objeto.

6.1.2.1 A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;

6.1.2.2 A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

6.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.10 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública.

6.11 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas

6.11.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou ilegalidades.

7.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor anual/total *do item*.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7.1 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento).

7.8 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à ao Ministério da Economia;

7.14.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19 O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.26.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.26.1.1 prestados por empresas brasileiras;

7.26.1.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.1.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, conforme **subitem 8.11**, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4.4.1 Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

8.4.5 não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e produtividade adotada.

8.4.5.1 A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foram utilizadas as seguintes convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.

8.4.5.1.1 CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2021 SENGE/DF
NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000554/2019

8.4.5.1.2 CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2020 SINDISERVIÇOS/DF
NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000001/2020

8.4.5.1.3 CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2020 SINTEC/DF
NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000390/2019

8.4.5.1.4 CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2019 SITTRATER/DF
NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000389/2019

8.4.5.1.5 O(s) sindicato(s) indicado(s) nos subitens acima não são de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento das convenções coletivas adotadas por cada licitante/contratante.

8.5 É vedado à proponente incluir na Planilha de Custos e Formação de Preços:

8.5.1 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos

lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto n.º 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES/MP n.º 5, de 2017);

8.5.2 item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP n.º 5/2017);

8.5.3 rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (Acórdão TCU nº 2.746/2015 - Plenário);

8.5.4 rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário);

8.5.5 rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (Súmula TCU nº 254/2010);

8.5.6 rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara).

8.6 A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha, adotando, se for o caso, as providências do art. 47, caput, do Decreto n.º 10.024, de 2019.

8.6.1 Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da Planilha, garantidas ampla defesa e contraditório.

8.7 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.8 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.10 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.10.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.11 O Pregoeiro convocará o licitante para o envio da proposta adequada ao último lance ofertado, após a negociação, e dos documentos complementares, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **03 (três) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1 O prazo poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formalmente aceita pelo Pregoeiro, formulada antes de findo o prazo.

8.11.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.11.3 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.11.4 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.11.5 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

8.11.5.1 Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.

8.11.5.2 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;

8.11.6 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.11.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.11.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da sessão.

8.11.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 SICAF;

9.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de

contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.3.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.3.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4.1 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **03 (três) horas**, sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.4.1 Na hipótese de serem solicitados pelo pregoeiro, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, à Coordenação de Licitações da Presidência da República, Palácio do Planalto – Anexo II, Ala “A”, Sala 205, em Brasília-DF, CEP 70.150-900, em envelope fechado e rubricado no fecho, especificando o número do pregão e os dados da empresa.

9.5 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Ressalvado o disposto no **subitem 5.3**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 Habilitação jurídica:

9.8.1 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.8.2 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.3 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.4 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.5 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10 Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1 certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.1.1 no caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.10.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.10.4 As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.10.5 As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

9.10.5.1 Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

9.10.5.2 Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.10.5.3 Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **Anexo IV**, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

9.10.5.4 a declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,

9.10.5.5 quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

9.11 Qualificação Técnica:

9.11.1 Certidão de Registro da empresa no CREA, em plena validade, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação contendo, obrigatoriamente, o registro do responsável técnico da área de Engenharia Elétrica;

9.11.2 Atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem que a LICITANTE tenha prestado serviços de natureza, vulto, quantidades e prazos compatíveis com o objeto ora licitado, ou com o item pertinente, e que faça explícita referência às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas com os serviços objeto da presente licitação, com as seguintes características.

9.11.2.1 Operação e manutenção de grupo gerador diesel automático de energia elétrica de emergência, com capacidade unitária igual ou superior a 500 kVA;

9.11.2.2 Manutenção em sistema trifásico de fornecimento de energia ininterrupta (*no-break*), com controle em paralelismo redundante e banco de baterias, com potência total mínima de 60 kVA;

9.11.2.3 Manutenção de subestação elétrica igual ou superior a 750 kVA;

9.11.2.4 Operação e manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com capacidade instalada igual ou superior a 1.500 kVA; e

9.11.2.5 Operação e manutenção de instalações elétricas com 13.8 kV de tensão.

9.11.2.6 As potências exigidas em cada parcela relevante deverão constar de apenas 1 (um) único atestado, não sendo admitidos somatórios de áreas ou capacidades para efeito de comprovação de qualificação técnica da respectiva parcela.

9.11.2.7 É permitida a soma dos atestados apresentados, referente a cada parcela relevante, desde que atendam, individualmente, a uma ou mais dessas parcelas. Por exemplo, é permitido um atestado comprovando a execução da potência de *no-break*, somado a outro comprovando a de subestação. No entanto, não será considerado o atestado de operação e manutenção de grupos geradores, com potência inferior a 500 kVA, ou seja, não será permitida a soma de dois atestados distintos para alcançar as potências definidas de qualquer parcela.

9.11.2.8 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.2.9 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.11.2.10 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2.11 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 2 (dois) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.2.12 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2.13 Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

9.11.2.14 Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.3 Declaração de que instalará escritório na cidade de Brasília, ou em um raio máximo de até 50 km da cidade de Brasília, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017, conforme modelo do **Anexo VII** deste Edital. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

9.11.4 As empresas deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme exigido do Termo de Referência.

9.11.4.1 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.12 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a empresa será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da sessão.

9.16 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.18.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DOS RECURSOS

10.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3 No ato da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar:

14.3.1 O(s) documento(s) que lhe outorga(m) poderes para firmar o contrato (contrato social e/ou procuração);

14.3.2 Declaração de que não se enquadra nas vedações previstas no subitem 4.3 deste edital, conforme modelo - **Anexo V**. A constatação da inveracidade da declaração será motivo para rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.3.3 Declaração, de acordo com o modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, conforme modelo - **Anexo VI** deste edital.

14.3.3.1 A declaração poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

14.3.4 Autorização complementar ao contrato para desconto em fatura, pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas, retenção de garantia e utilização da garantia para pagamento direto, conforme modelo do **Anexo VIII** deste edital.

14.4 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.5 O prazo previsto para assinatura poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.6 O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes, por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.

14.7 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.7.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.7.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.8 Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

14.9 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.10 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

15 DO REAJUSTAMENTO

15.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

16. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO

18.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA — BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

19.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, observando as disposições contidas na Instrução Normativa da Secretaria de Administração da Presidência da República nº 1, de 13 de outubro de 2017, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1 não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2 apresentar documentação falsa;
- 20.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.5 não manter a proposta;
- 20.1.6 cometer fraude fiscal;
- 20.1.7 comportar-se de modo inidôneo;

20.2 Considera-se retardar a execução do objeto qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato, conforme a Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 13 de outubro de 2017;

20.3 Considera-se não manter a proposta a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento, nos termos da Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 13 de outubro de 2017;

20.4 Considera-se comportar-se de modo inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original, de acordo com a Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 13 de outubro de 2017.

20.5 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem 20.1 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 20.5.1 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 20.5.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

20.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

20.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.10 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 2093, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.14 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1 Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl@presidencia.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada na Coordenação de Licitações, situada no Anexo II do Palácio do Planalto, Ala “A”, Sala 205, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 17h.

21.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço eletrônico cpl@presidencia.gov.br.

21.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br e <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Coordenação de Licitações, situada no Anexo II, Ala “A”, Sala 205, do Palácio do Planalto, nos dias úteis, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1 ANEXO I - Termo de Referência;

22.12.1.1 Apêndice I - Termo de Confidencialidade;

22.12.1.2 Apêndice II - Modelo de Proposta de Preços;

22.12.1.3 Apêndice III - Modelo de Declaração de Visita Técnica;

22.12.1.4 Apêndice IV - Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria;

22.12.1.5 Apêndice V - Estudos Preliminares.

22.12.1.5 Apêndice VI - Planilha de Custos e Formação de Preços Estimativa

22.12.2 ANEXO II – Modelo de Proposta

22.12.2.1 Apêndice I – Planilha de Custos e Formação de Preços

22.12.3 ANEXO III – Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento das Condições de Vistoria

22.12.4 ANEXO IV – Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública

22.12.5 ANEXO V – Declaração que não mantém familiar

22.12.6 ANEXO VI – Declaração de Optante pelo Simples Nacional

22.12.7 ANEXO VII – Modelo de Declaração de Instalação de Escritório

22.12.8 ANEXO VIII – Modelo de Autorização Complementar ao Contrato

22.12.9 ANEXO IX – Minuta de Termo de Contrato

Brasília, 24 de março de 2020

Vesper Cristina Bandeira Cardelino
Pregoeira

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa de engenharia especializada na prestação de serviços continuados de operação e manutenções preventivas, corretivas e preditivas em sistemas de energia elétrica de baixa, média e alta tensão e seus sistemas de controle, proteção, supervisão e automação, sistemas ininterrupto de energia, motogeradores, bancos de capacitores, sistemas de aterramento, de proteção contra descargas atmosféricas, de reuso de água, de irrigação, incluindo equipamentos elétricos, eletromecânicos, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, além de executar melhorias nas instalações elétricas das dependências da Presidência da República com o fornecimento de profissionais especializados, materiais, componentes, ferramentas, máquinas e equipamentos adequados e necessários para a execução dos serviços.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER	PREÇO MENSAL ESTIMADO	PREÇO ANUAL ESTIMADO
1	1	Prestação de Serviços de Manutenção Elétrica – Postos de Trabalho	5606	R\$ 403.694,81	R\$ 4.844.337,77
	2	Serviços eventuais com BDI		R\$ 4.715,16	R\$ 56.581,87
	3	Materiais + Combustíveis com BDI		R\$ 64.300,00	R\$ 771.600,03

1.2 O custo estimado de forma detalhada desta contratação encontra-se na Nota Técnica (1647623) e Planilha de Custos e Formação de Preços (1771456) e será considerado como máximo para aceitação da proposta pela Presidência da República. O critério de julgamento da licitação será o menor preço global anual, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

1.3 Considerando-se o disposto no inciso "b" do item 3.8 do Anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 e no art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e ainda levando-se em conta a natureza similar dos itens do grupo ora demandados, a adjudicação por item comprometeria a qualidade e efetividade dos resultados almejados pela Presidência da República. Portanto, para a pretensa contratação, não haverá o parcelamento do objeto, e sim o agrupamento de itens conforme discriminado na Tabela do subitem 1.1, tendo como critério de julgamento o menor preço por grupo, pois os serviços possuem interdependência em sua execução.

1.4 Tendo em vista também a Súmula 247 do TCU em que a regra geral é realizar a adjudicação por itens, cumpre ressaltar que o não parcelamento dos serviços justifica-se pela inviabilidade técnica e econômica decorrente da característica indivisível do objeto. Assim, o não parcelamento não restringirá o caráter competitivo do certame, muito menos irá gerar perda de economia de escala. Sendo assim, é necessário registrar que a natureza dos serviços, objeto da presente contratação, requer a opção do critério de julgamento acima citado em razão do fator de economicidade gerado para a Administração, considerando-se que indubitavelmente ocorrerá uma eficiente execução e gestão contratual, em razão de ser efetuada a contratação de uma única empresa para a prestação dos serviços similares.

1.5 O valor destacado para Serviços Eventuais (item 2 da tabela acima) não será objeto de disputa na fase de lances, devendo ser cotado o valor integral e compor o valor da contratação.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Preliminares (0856254), também no Apêndice V desse Termo de Referência.

2.2 Esta contratação tem por finalidade atender às necessidades das edificações do Complexo da Presidência da República, as quais possuem sistemas de energia elétrica de baixa, média e alta tensão, com seus respectivos sistemas de controle e proteção, sistemas de fornecimento próprio de energia elétrica ininterrupta, sistemas de geração própria de energia elétrica de emergência, redes estabilizadas, instalações e circuitos elétricos com controle, proteção, supervisão e automação, subestações, bancos de capacitores, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, sistemas de aterramento, máquinas e equipamentos elétricos, eletroeletrônicos, eletromecânicos e eletrodomésticos, bem como modificação, adequação e ampliação das instalações elétricas internas e externas das edificações que atendem tanto aos servidores da Presidência da República quanto aos visitantes.

2.3 Tais instalações elétricas, internas e externas, necessitam de serviços contínuos de operação e periódicos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, de forma a garantir suas funcionalidades, com o propósito de assegurar um funcionamento perfeito e duradouro, o que influencia diretamente no desempenho e na produtividade das atividades públicas.

2.4 A ausência de corpo técnico especializado para execução direta destes serviços faz com que a Presidência da República recorra à contratação de serviços continuados de mão de obra, os quais contam com o fornecimento de profissionais especializados, materiais, componentes, ferramentas, máquinas e equipamentos necessários para a execução dos serviços.

2.5 Atualmente, os serviços de manutenção de todo parque elétrico descrito anteriormente nas edificações do Complexo da Presidência da República são desenvolvidos por meio de mão de obra terceirizada, de forma programada e por demanda.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares (0856254), abrange a prestação de serviços que tem por finalidade atender as demandas feitas pelos servidores referentes às instalações elétricas das edificações do Complexo da Presidência da República conforme descrito nos itens 2.2 e 2.3 deste Termo de Referência.

3.2 A natureza do objeto se enquadra na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do Art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 combinado com Art. 4º do Decreto nº 5.450/2005 e item 2.7 do ANEXO V da Instrução Normativa IN/SLTI/MPOG nº 5/2017.

3.3 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/18, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.4 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 A CONTRATADA deve iniciar a execução do objeto em no máximo 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Contrato, devendo, neste período, promover, juntamente com a antiga CONTRATADA, a transição contratual, com a transferência das informações (físicas e digitais editáveis), tecnologia e técnicas empregadas de forma a não ocorrer prejuízos à continuidade dos serviços de manutenção. Esta transferência deverá ser feita em comum acordo entre a antiga CONTRATADA e a recém CONTRATADA, sob a supervisão da Fiscalização do Contrato, devendo coincidir com o relatório de recebimento das instalações pela nova CONTRATADA;

5.1.2 Para a prestação dos serviços, a empresa CONTRATADA deverá ter em seu quadro de funcionários, profissionais especializados, qualificados, habilitados e devidamente capacitados para desenvolverem as atividades necessárias à perfeita e integral execução do objeto contratado;

5.1.3 A CONTRATADA deverá submeter à apreciação do CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a data de assinatura do Contrato, o plano de execução dos serviços que comporão o Objeto do Termo de Referência, do qual deverá constar necessariamente a composição das equipes de trabalho e a função a ser exercida por cada um de seus membros;

5.1.4 O Responsável Técnico pela CONTRATADA deverá providenciar e registrar no CREA competente, no prazo máximo de 7 (sete) dias do início da vigência do Contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.), conforme disciplina a Resolução nº 425/1998 - CONFEA;

5.1.5 A CONTRATADA deverá observar e implementar/melhorar, caso necessário, os requisitos de segurança e proteção nos equipamentos e instalações elétricas das edificações do Complexo da Presidência da República em conformidade com as normas vigentes para cada tipo de instalação, em qualquer dos casos deverá apresentar os requisitos de segurança e proteção nos equipamentos e instalações elétricas para aprovação técnica;

5.1.6 A CONTRATADA deverá providenciar, tão logo inicie sua vigência até o prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias) consecutivos, os esquemas/diagramas elétricos unifilares/multifilares de todas as instalações elétricas das edificações do Complexo da Presidência da República, bem como, atualizar os já existentes. Mantendo em seu poder para uso e disponibilizando para arquivamento na CONTRATANTE os arquivos impressos e digitais editáveis, atualizando-os sempre que modificações forem feitas nos mesmos;

5.1.7 A CONTRATADA deverá providenciar, tão logo inicie sua vigência até o prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias) consecutivos, a identificação (TAG, quando couber) de todos os equipamentos elétricos contidos nos esquemas/diagramas elétricos unifilares/multifilares descritos no parágrafo anterior.

5.2 Para atender a demanda do Objeto da contratação, torna-se necessária a contratação de empresa especializada com capacidade técnica comprovada por meio documental para atender, no mínimo, ao tipo de solução a contratar descrita além deste item 5. REQUISITOS DA

CONTRATAÇÃO, também os itens 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO e 10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA e ao quantitativo especificado no item 9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS;

5.3 A CONTRATADA deverá executar, a contar do recebimento da lista com todas Ordens de Serviços, em até três dias úteis, os serviços de manutenção em instalações e/ou equipamentos elétricos, eletroeletrônicos, eletromecânicos e eletrodomésticos, exceto as situações de urgência e emergência definidas pela Fiscalização do Contrato, para as quais a solução deverá ser de imediato, ainda que de forma provisória, desde que aceita pela Fiscalização;

5.4 Os serviços deverão ser realizados preferencialmente dentro do horário do expediente determinado pelo CONTRATANTE e compatibilizados com as solicitações e necessidades da Presidência da República, em períodos a serem acordados com a Fiscalização do Contrato, através do Preposto da CONTRATADA, permitindo assim que todo o efetivo, ou parte dele, caso necessário, seja remanejado conforme a necessidade de demandas definida pela Fiscalização do Contrato, sem ônus adicional para CONTRATANTE;

5.5 A execução dos serviços será iniciada assim que findar-se os trâmites da contratação na forma que segue:

5.5.1 Para a prestação dos serviços, a empresa CONTRATADA deverá ter em seu quadro de funcionários, profissionais especializados, qualificados, habilitados e devidamente capacitados conforme exigido no Termo de Referência para desenvolverem as atividades necessárias à perfeita e integral execução do objeto contratado;

5.5.2 A CONTRATADA deverá submeter à apreciação do CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a data de assinatura do contrato, o plano de execução dos serviços que comporão o Objeto do Termo de Referência, do qual deverão constar necessariamente a composição das equipes de trabalho e a função a ser exercida por cada um de seus membros;

5.5.3 O Responsável Técnico pela CONTRATADA deverá providenciar e registrar no CREA competente, no prazo máximo de 7 (sete) dias do início da vigência do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.), conforme disciplina a Resolução nº 425/1998 - CONFEA;

5.5.4 A CONTRATADA deverá observar e implementar, caso necessário, os requisitos de segurança e proteção nos equipamentos e instalações elétricas das edificações do Complexo da Presidência da República em conformidade com as normas vigentes para cada tipo de instalação;

5.5.5 A CONTRATADA deverá providenciar, tão logo inicie sua vigência, os esquemas/diagramas elétricos unifilares/multifilares de todas as instalações elétricas das edificações do Complexo da Presidência da República, bem como, atualizar os já existentes. Mantendo em seu poder para uso e disponibilizando para arquivamento na CONTRATANTE os arquivos impressos e digitais editáveis, atualizando-os sempre que modificações forem feitas nos mesmos;

5.5.6 A CONTRATADA deverá providenciar, tão logo inicie sua vigência, a identificação (TAG, quando couber) de todos os equipamentos elétricos contidos nos esquemas/diagramas elétricos unifilares/multifilares descritos no item anterior.

5.6 A CONTRATADA deverá obrigatoriamente, como rotina de trabalho, preparar o plano de ação para todo e qualquer serviço de manutenção a ser executado;

5.7 Da disciplina:

5.7.1 Designar para realização dos serviços, profissionais especializados, qualificados, habilitados e devidamente capacitados conforme exigido no Termo de Referência, reservando-se à Fiscalização do Contrato, o direito de mandar substituir, a qualquer tempo,

aqueles que, a seu juízo, não preencherem os requisitos exigíveis para o desempenho dos serviços pertinentes;

5.7.2 Substituir imediatamente, por determinação da Fiscalização do Contrato, qualquer empregado cuja conduta ou desempenho insatisfatório comprometa o bom andamento dos serviços;

5.7.3 Responder por danos materiais ou físicos causados, culposa ou dolosamente, por seus empregados, ou equipamentos, quando em serviço, a servidores da CONTRATANTE ou a terceiros, nas áreas cobertas pelo Contrato, devendo ser adotadas providências necessárias, dentro de 48 horas, após o comunicado da Fiscalização do Contrato;

5.7.4 Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares da CONTRATANTE, porém, sem qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor;

5.7.5 Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;

5.7.6 Atender às normas de segurança e demais regulamentos em vigor nas dependências da CONTRATANTE;

5.7.7 Acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato da classe, a que seus empregados estejam filiados, sem ônus adicional à CONTRATANTE;

5.7.7.1 Quando a Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato da classe se referir à folgas, feriados e qualquer outro direito que traduza na ausência do funcionário ao posto de trabalho, a CONTRATADA deve, neste caso, com o objetivo de manter a continuidade da execução dos serviços, comunicar e solicitar antecipadamente a autorização da Fiscalização do Contrato, para, caso necessário, substituir o empregado por outro do Quadro Reserva. Estas horas devem ser compensadas em momento posterior, também com a devida autorização da Fiscalização do Contrato, sendo a CONTRATADA responsável pela gestão destas horas.

5.7.8 A CONTRATADA deve pagar em dias os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos;

5.7.9 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto do Termo de Referência, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

5.8 Do gerenciamento da execução dos serviços:

5.8.1 Fica estabelecida como MANUTENÇÃO PREVENTIVA a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos e instalações elétricas de todo Complexo da CONTRATANTE conservando-os em perfeito estado de funcionamento;

5.8.2 Caracteriza-se por serviços cuja realização seja programada com antecedência, considerando as estimativas da durabilidade esperada dos sistemas, equipamentos, elementos ou componentes das instalações elétricas;

5.8.3 Fica estabelecida como MANUTENÇÃO CORRETIVA a série de procedimentos com o objetivo de restaurar as condições iniciais e ideais de operação de máquinas, equipamentos e instalações elétricas, eliminando as fontes de falhas que possam existir. Podendo ocorrer devido a uma avaria inesperada e não planejada ou, devido ao relato de problema identificado;

5.8.4 Fica estabelecida como MANUTENÇÃO PREDITIVA a técnica de manutenção com base no estado do equipamento. A manutenção preditiva acompanha periodicamente os sistemas, equipamentos, elementos ou componentes das instalações elétricas, baseando-se na análise de dados coletados por meio de monitoramentos ou inspeções em campo. A manutenção preditiva tem como principal objetivo a verificação pontual dos equipamentos a fim de antecipar eventuais problemas que possam causar gastos maiores com manutenções corretivas;

5.8.5 Os SERVIÇOS CORRELATOS são os serviços necessários à adaptação, adequação, modificação, instalação de novos e ampliação dos sistemas, equipamentos, elementos ou componentes das instalações elétricas inerentes à engenharia elétrica;

5.8.6 A CONTRATADA terá o prazo de até 03 (três) dias corridos para a conclusão das Ordens de Serviços a contar da data de seus recebimentos, exceto as de caráter de urgência e emergência, conforme definição dada pela Fiscalização do Contrato, que deverão ter início imediato e concluídas dentro do prazo definido pela Fiscalização do Contrato;

5.8.7 Quando se tratar de serviços de maior complexidade de execução, seja por questões técnicas ou pelo volume do serviço, a CONTRATADA deverá estabelecer e registrar de comum acordo com a Fiscalização do Contrato, para cada Ordem de Serviço, as datas de início e conclusão dos serviços nelas solicitados, que só poderão ser prorrogadas, em caráter excepcional, mediante prévia concordância da Fiscalização do Contrato ou por outro servidor por ele designado;

5.8.8 Os prazos já incluem a compra e aquisição dos materiais necessários;

5.8.9 Iniciar e concluir os serviços, cumprindo as datas referidas nos itens anteriores e estabelecidas na previsão de atendimento de cada Ordem de Serviço;

5.8.10 Pelo não cumprimento dos prazos obrigações previstas nos itens anteriores, a CONTRATADA ficará sujeita às multas e outras sanções estabelecidas neste Termo;

5.8.11 Fazer constar, em cada Ordem de Serviço atendida, os materiais, peças e componentes aplicados e seus respectivos quantitativos e valores, as datas e horas de início e término, bem como os quantitativos de horas trabalhadas pelos empregados envolvidos no serviço;

5.8.12 As Ordens de Serviços só poderão ser consideradas atendidas, após o "aceite" do Cliente, quando for o caso, e o "de acordo" da Fiscalização do Contrato;

5.8.13 Cumpridas as etapas do subitem anterior, as Ordens de Serviços serão encaminhadas, de imediato, ao Escritório da Coordenação de Engenharia e Manutenção, para providenciar o seu encerramento;

5.8.14 Fornecer à Fiscalização do Contrato, juntamente com a fatura dos serviços prestados, relatório mensal informando as manutenções preventivas e corretivas identificando, detalhadamente, os equipamentos e locais contemplados, o total das Ordens de Serviços recebidas no mês, o número de atendidas por tipo de serviço, bem como o consolidado dos materiais aplicados com seus respectivos quantitativos e valores;

5.8.15 Agir e operar com organização completa, fornecendo a mão-de-obra, ferramentas, materiais, utensílios e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços realizando, também, todas as atividades inerentes à coordenação, administração e execução dos serviços, utilizando-se de empregados treinados, preparados e de bom nível educacional, moral e mental;

5.8.16 Refazer, às suas custas, os serviços reprovados pela Fiscalização, quer seja pela baixa qualidade dos materiais aplicados, quanto pela imperícia, imprudência e/ou incompetência de seus empregados, arcando com o custo de todos os materiais necessários;

5.8.17 Manter as oficinas da CONTRATANTE sempre organizadas promovendo, semanalmente, uma limpeza geral, bem como não permitir que seus empregados deixem objetos pessoais nos locais de trabalho;

5.8.18 Exigir de seus empregados que mantenham os lugares, onde estiverem trabalhando, livres de entulho, desobstruídos e limpos, visando minimizar o impacto dos serviços nos ambientes;

5.8.19 Remover às suas expensas e para local autorizado pelo Governo do Distrito Federal - GDF, os entulhos, resíduos e demais descartes decorrentes dos seus serviços, sem ônus adicional à CONTRATANTE;

5.8.20 Acatar todas as orientações da Fiscalização do Contrato, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização prestando, de imediato e com solicitude, os esclarecimentos solicitados e atendimento das reclamações formuladas;

5.8.21 Providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os reparos ou indenizações de avarias em equipamentos, instalações e bens da CONTRATANTE, causadas por seus empregados na execução dos serviços ou por imperícia, imprudência ou vandalismo, inclusive a servidores e terceiros, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;

5.8.22 Executar todos os serviços deste Termo de Referência, necessários à CONTRATANTE, bem como aos órgãos vinculados diretamente ao seu Gabinete, mesmo que localizados em outras edificações, bem como em unidades residenciais funcionais de propriedade da União;

5.8.23 Não utilizar nenhum dos empregados listados em seu Quadro de Funcionários para atividades diversas das quais foram contratados.

5.9 O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:

5.9.1 Os profissionais aplicados pela CONTRATADA na execução dos serviços devem ser especializados, qualificados, habilitados e devidamente capacitados conforme exigido no Termo de Referência e estar em número adequado para atender a completa execução de todas as tarefas deste Contrato. Sugere-se à CONTRATADA, com base em expertise e contratações passadas, o quantitativo de 48 (quarenta e oito) postos de trabalho. Para preenchimento destes 48 (quarenta e oito) postos de trabalho serão necessários 60 (sessenta) profissionais conforme exposto na Planilha de Custos e Formação de Preços ([1771456](#)) aba Postos de Trabalho e descrito na Tabela a seguir:

Detalhamento dos postos de trabalho (quantitativo de postos de trabalho e quantitativo de profissionais - mão de obra)								
Tipo de Serviço: Contratação de serviços continuado com mão de obra								
Unidade de Medida: Postos de Trabalho								
Quantidade a Contratar: 48 Postos de Trabalho com 60 profissionais								
Detalhamento dos postos de trabalho								Nome da categoria de trabalho correspondente no acordo coletivo
Item	Posto de Trabalho	Jornada de Trabalho	Período	QTD. Postos	Ocupantes por Posto	QTD. Profissionais	CBO	
1	Engenheiro Eletricista	44 horas semanais	Diurno	2	1	2	2143-05	Engenheiro
2	Encarregado Geral	44 horas semanais	Diurno	2	1	2	3134-15	Encarregado Geral
3	Eletricista	44 horas semanais	Diurno	15	1	15	9511-05	Eletricista
4	Eletricista Plantonista Diurno	Escala 12 x 36	Diurno	6	2	12	9511-05	Eletricista

5	Eletricista Plantonista Noturno	Escala 12 x 36	Noturno	6	2	12	9511-05	Eletricista
6	Auxiliar de Manutenção	44 horas semanais	Diurno	6	1	6	5143-10	Ajudante Geral de Manutenção e Reparos
7	Técnico em Eletrônica	44 horas semanais	Diurno	2	1	2	3132-05	Técnico em Eletrônica e Eletroeletrônica
8	Técnico em Comando, Controle e Automação	44 horas semanais	Diurno	1	1	1	3132-10	Técnico em Eletrônica e Eletroeletrônica
9	Técnico em Nobreak	44 horas semanais	Diurno	1	1	1	3132-05	Técnico em Eletrônica e Eletroeletrônica
10	Técnico em Grupo Motogerador	44 horas semanais	Diurno	1	1	1	3141-10	Técnico em Mecânico
11	Desenhista Técnico	60 horas mensais	Diurno	1	1	1	3181-05	Desenhista técnico (arquitetura)
12	Almoxarife	44 horas semanais	Diurno	1	1	1	4141-05	Almoxarife
13	Auxiliar Administrativo	44 horas semanais	Diurno	2	1	2	4110-05	Auxiliar administrativo
14	Motorista	44 horas semanais	Diurno	2	1	2	7823-10	Motorista de Veículo Leve
TOTAL				48		60		

Para cobrir os 12 (doze) postos de trabalho "Eletricista plantonista diurno e noturno" na escala 12 x 36 são necessários 24 (vinte e quatro) funcionários.

5.10 A CONTRATADA deverá, minimamente, atender a qualificação/formação em seus postos de trabalho, no primeiro dia do início da execução contratual, por meio de profissionais devidamente reconhecidos por suas entidades profissionais e/ou detentores de diplomas, conforme caso específico, conforme descrito detalhadamente a seguir:

1. **Engenheiro eletricista:** curso superior em engenharia elétrica com habilitação reconhecida pelo CREA para o desempenho das atividades objeto do presente contrato, apresentando ainda registro regular junto ao CREA, curso de NR-10 dentro da validade e NR 10 (Sistema Elétrico de Potência), expertise de serviços em instalações elétricas e gerenciamento de equipes, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e mediante Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA;
2. **Encarregado geral:** curso técnico em eletricidade ou eletrotécnica com registro e regularidade junto ao CREA (antigo) ou CFT (novo), conhecimentos básicos de informática (editor de texto e planilha), curso de NR-10 dentro da validade e NR 10 (Sistema Elétrico de Potência) e expertise de serviços no cargo de encarregado ou supervisor em manutenção elétrica, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
3. **Eletricista:** ensino médio completo, certificação do curso profissionalizante em eletricidade, instalações elétricas, comandos elétricos ou equivalente com carga horária mínima de 120 horas, curso de NR-10 dentro da validade (Sistema Elétrico de Potência), NR33 (trabalho em locais confinados), NR35 (trabalho em altura) e expertise de serviços no cargo de eletricista, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
4. **Eletricista plantonista diurno/noturno:** ensino médio, certificação do curso profissionalizante em eletricidade, instalações elétricas, comandos elétricos ou equivalente com carga horária mínima de 120 horas, curso de NR-10 dentro da validade e NR 10 (Sistema Elétrico de Potência) e expertise de serviços no cargo de eletricista, incluindo ainda operação de grupo moto gerador, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; é necessário que 4 (quatro) funcionários, um de cada equipe, ocupante do posto de eletricista plantonista noturno, tenha carteira de habilitação categoria D;
5. **Auxiliar de manutenção:** ensino fundamental completo, curso de NR-10 dentro da validade;

6. **Técnico em eletrônica:** curso técnico em eletrônica ou mecatrônica e registro de regularidade junto ao CREA (antigo) ou CFT (novo), expertise de serviços no cargo de técnico em eletroeletrônica e técnico em nobreak;
7. **Técnico em comando, controle e automação:** ensino médio completo, registro profissional junto ao CREA (antigo) ou CFT (novo), como Técnico em Comando, Controle e Automação ou Mecatrônica ou Automação, curso de NR-10 dentro da validade e NR 10 (Sistema Elétrico de Potência), expertise de serviços no cargo técnico de comando, controle e automação comprovada em carteira de trabalho ou por certidões de acervo técnico emitidas pelo CREA (antigo) ou CFT (novo);
8. **Técnico em nobreak:** ensino médio completo, certificação do curso profissionalizante em eletricidade, instalações elétricas, comandos elétricos ou equivalente com carga horária mínima de 120 horas, curso de NR-10 dentro da validade e expertise de serviços no cargo de manutenção de nobreaks, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
9. **Técnico em grupo motogerador:** ensino médio completo, certificação do curso profissionalizante em mecânica ou equivalente com carga horária mínima de 120 horas, curso de NR-10 dentro da validade e expertise de serviços no cargo de manutenção de grupo motogerador, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
10. **Desenhista técnico:** ensino médio completo, registro profissional junto ao CREA (antigo) ou CFT (novo), como Técnico em Eletrotécnica, Eletricidade ou Edificações, curso de NR-10 dentro da validade e expertise de serviços no cargo de Desenhista com software BIM para engenharia (CAD e REVIT ou similares), comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
11. **Almoxarife:** ensino fundamental completo, curso de qualificação de almoxarife, expertise de serviços no cargo de almoxarife, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
12. **Auxiliar administrativo:** ensino médio completo e curso de informática, expertise de serviços no cargo de auxiliar administrativo, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
13. **Motorista:** ensino médio completo, carteira de habilitação categoria D ou E, expertise de serviços no cargo de motorista, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

5.10.1 Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente da CONTRATADA, conforme consta no item 4.2 deste Termo de Referência, à partir do primeiro dia da execução contratual, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o LICITANTE.

5.10.2 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

5.11 Sugere-se à CONTRATADA, com base em expertise e contratações passadas, a seguinte distribuição de locais e horários de seus empregados:

5.11.1 Das 07:30 às 12:00 - 13:00 às 17:30 de segunda-feira a quinta-feira e das 07:30 às 12:00 - 13:00 às 16:30 na sexta-feira:

Postos de trabalho segunda-feira a sexta-feira							
EFETIVO SUGERIDO	Palácio do Planalto	Anexos e Complexo N2	Granja do Torto	Usina	Palácio da Alvorada	Palácio do Jaburu	Soma
Engenheiro eletricista	0	0	0	2	0	0	2
Encarregado geral	0	1	0	1	0	0	2
Eletricista	5	5	1	1	2	1	15
Auxiliar de manutenção	2	2	0	1	1	0	6
Técnico em eletrônica	0	0	0	2	0	0	2
Técnico em comando, controle e automação	0	0	0	1	0	0	1
Técnico em nobreak	0	0	0	1	0	0	1
Técnico em grupo motogerador	0	0	0	1	0	0	1
Almoxarife	0	0	0	1	0	0	1
Auxiliar administrativo	0	0	0	2	0	0	2
Motorista	0	0	0	2	0	0	2
SOMA							35

5.11.2 Plantão 24 horas (escala 12 x 36):

Postos de trabalho de Plantonistas							
EFETIVO SUGERIDO	Palácio do Planalto	Anexos e Complexo N2	Granja do Torto	Usina	Palácio da Alvorada	Palácio do Jaburu	Soma
Eletricista plantonista (diurno)	1	1	1	1	1	1	6 (*)
Eletricista plantonista (noturno)	1	1	1	1	1	1	6
SOMA							12

(*) Para cada plantão serão necessários 4 (quatro) empregados, totalizando 24 (vinte e quatro) eletricitas plantonistas. Os eletricitas plantonistas deverão fazer rodízio de turnos, a cada três meses, ou a critério da Fiscalização do Contrato, informando com antecedência mínima de 30 (trinta) dias à CONTRATADA.

5.11.3 Horários especiais, o Desenhista Técnico deve cumprir a carga horária de 15 (quinze) horas semanais em 2 (dois) dias da semana, podendo, a critério da Fiscalização do Contrato e informando à CONTRATADA, mediante a necessidade de demandas, ter sua carga horária semanal alterada (para mais ou para menos) com posterior compensação, sem ônus adicional para CONTRATANTE.

Postos de trabalho com horários especiais							
EFETIVO SUGERIDO	Palácio do Planalto	Anexos e Complexo N2	Granja do Torto	Usina	Palácio da Alvorada	Palácio do Jaburu	Soma
Desenhista Técnico (60h/mês)	0	0	0	1	0	0	1
SOMA							1

5.12 Todo efetivo, ou parte dele, poderá ser remanejado conforme a necessidade de demandas definida pela Fiscalização do Contrato, através do Preposto da empresa, sem ônus adicional para CONTRATANTE.

5.12.1 Sem prejuízo às normas vigentes bem como ao quantitativo de postos de trabalho a CONTRATADA deverá, para o cumprimento desta Norma Regulamentadora 04, compor Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho

centralizados no Distrito Federal, desde que o total de empregados dos estabelecimentos no Distrito Federal alcance os limites previstos no Quadro II, anexo da NR-04, para atender às demandas dos serviços solicitados.

5.13 Se na execução de alguma manutenção preventiva, corretiva ou preditiva, dentro do escopo do contrato, a equipe da CONTRATADA não conseguir realizá-la, a CONTRATADA deverá executá-la por outros meios, inclusive subcontratando profissional/empresa especializada na forma temporária num determinado projeto/serviço sem ônus adicional para CONTRATANTE, exceto no custeio dos materiais.

5.13.1 Caso o Serviço Eventual explicitado no tópico anterior trate de serviços específicos que utilizem software, mão de obra e/ou equipamentos de propriedade exclusiva do fabricante ou casos esporádicos autorizados pela Fiscalização do Contrato será autorizada a emissão de Nota Fiscal para seu pagamento através de dotação orçamentária.

5.14 A CONTRATADA pagará adicional de periculosidade a todos os seus empregados, conforme o Enunciado 361/98 do TST e Laudo de Avaliação Ambiental 02/13-DIGEP, por se tratar de atividades executadas em instalações integrantes dos sistemas elétricos de potência das edificações da Presidência da República, ainda que, para alguns, se dê de forma intermitente.

5.15 Todos os candidatos às vagas deverão ser submetidos a teste de experiência e conhecimento, antes de sua contratação, mediante avaliação em campo.

5.16 A CONTRATADA deverá promover a certificação de todos os seus profissionais, aplicados na execução dos serviços, de acordo com o estabelecido no Contrato. Durante a execução do contrato, é obrigação da CONTRATADA manter os seus profissionais atualizados conforme legislação pertinente.

5.17 Não haverá pagamentos adicionais, por parte da CONTRATANTE, quanto aos custos decorrentes de treinamentos, certificações, capacitações, credenciamentos e atualizações conforme legislação pertinente, necessários à prestação dos serviços.

5.18 A CONTRATADA deverá indicar, para fins de credenciamento, os empregados do Quadro Reserva para as eventuais substituições em casos de férias, faltas, licenças ou qualquer outro tipo de ausência com o objetivo de manter, diariamente, todo efetivo, posto de trabalho, contratado.

5.18.1 Para toda e qualquer execução de serviços fora do horário normal de expediente a CONTRATADA deve comunicar e solicitar antecipadamente a autorização da Fiscalização do Contrato. Estas horas devem ser compensadas em momento posterior, também com a devida autorização da Fiscalização do Contrato, sendo a CONTRATADA responsável pela gestão destas horas.

5.19 A CONTRATADA deverá informar, antecipadamente, à Fiscalização do Contrato, sempre que existirem serviços a serem realizados fora do expediente (sábados, domingos, feriados e etc.), lista dos funcionários (nome, função e CPF) que farão parte da equipe de execução do serviço, Ordem de Serviço, local e horário de sua realização (previsão).

5.20 Da carga horária dos empregados:

5.20.1 Os empregados cumprirão, a princípio, as jornadas de trabalho especificadas nas tabelas expressas anteriormente.

5.20.2 Todo e qualquer serviço que possa impactar as atividades administrativas normais da Presidência da República, bem como aqueles determinados pela Fiscalização do Contrato, deverão ser executados fora do expediente normal, inclusive nos fins de semana e feriados, sem ônus adicional para CONTRATANTE.

5.20.2.1 A execução dos serviços citados em 5.20.2 devem ter prévia autorização da Fiscalização do Contrato e as suas horas compensadas em momento posterior, também com a devida autorização da Fiscalização do Contrato, sendo a CONTRATADA responsável pela gestão destas horas.

5.21 Da assiduidade dos empregados:

5.21.1 A CONTRATADA deverá substituir qualquer empregado no caso de qualquer tipo de falta, ausência, audiência legal, treinamentos, cursos, licenças, férias ou qualquer outra situação, mantendo, diariamente, todo efetivo, posto de trabalho, contratado.

5.21.2 As substituições de férias deverão ser planejadas e comunicadas, por escrito e com antecedência, à Fiscalização do Contrato.

5.21.3 As faltas (qualquer tipo de falta, ausência, audiência legal, treinamentos, cursos, licenças, férias ou qualquer outra situação) que não ocorram substituições deverão ser deduzidas, pela CONTRATANTE, na próxima fatura da CONTRATADA, imediatamente comunicando ao Preposto, pela Fiscalização do Contrato.

5.21.4 O valor a ser glosado por horas não trabalhadas será calculado sobre o custo homem/mês dividido por 30 e multiplicado pelo total de horas devidas em cada mês.

5.21.5 Quando o empregado ultrapassar o teto de horas/mês estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato da classe, as horas excedentes serão compensadas mediante folga observando-se os critérios da convenção.

5.21.5.1 Para toda e qualquer execução de serviços fora do horário normal de expediente a CONTRATADA deve comunicar e solicitar antecipadamente a autorização da Fiscalização do Contrato. Estas horas devem ser compensadas em momento posterior, também com a devida autorização da Fiscalização do Contrato, sendo a CONTRATADA responsável pela gestão destas horas.

5.21.6 A CONTRATADA deverá garantir a presença de seus empregados nas edificações da CONTRATANTE, inclusive em caso de paralisações dos transportes coletivos, valendo-se de meios próprios de transporte, se necessário, com o objetivo de não ocorrer interrupção na prestação dos serviços.

5.22 Da logística da CONTRATADA:

5.22.1 Disponibilizar, de sua propriedade, aparelhos de telefonia celular habilitados para ligações externas para celular e fixo para o administrador, engenheiros eletricitas, para os encarregados gerais e para cada equipe de plantonista, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, visando suas imediatas localizações e instruções sobre serviços.

5.22.2 A CONTRATADA deve fornecer à CONTRATANTE, uma lista contendo a relação nominal com endereços e telefones de todos os empregados para o pronto atendimento das demandas, não serão aceitas alegações de indisponibilidades dos aparelhos por falta de bateria, manutenções ou créditos.

5.22.3 A CONTRATADA deve disponibilizar para os assistentes administrativos, engenheiros eletricitas e desenhista técnico, bem como para outros funcionários que julgue necessário, impressora e computador dotado dos softwares necessários à perfeita execução do objeto além de serviço de internet e correio eletrônico, para facilitar e agilizar a troca de informações e instruções, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

5.22.4 A CONTRATADA deve disponibilizar 2 (dois) veículos para locomoção e seu combustível, ambos com em boas condições gerais, com manutenção em dia e bom aspecto de conservação e aparência, exclusivamente, para atender ao objeto deste Termo de Referência no transporte de seus empregados, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para as diferentes frentes de trabalho nas edificações da CONTRATANTE e imóveis residenciais funcionais, bem como recolhê-los de volta à sede da Coordenação de Engenharia e Manutenção ao término das tarefas.

5.22.4.1 Um veículo do tipo utilitário (com caçamba aberta) com capacidade mínima de 4 passageiros (incluído o condutor), e capacidade de carga na caçamba aberta de 600 kg (mínimo), motorização mínima 1.4; e

5.22.4.2 Um veículo do tipo minivan com capacidade mínima de 7 passageiros (incluído o condutor), motorização mínima 1.4.

5.22.5 Os veículos devem estar em boas condições gerais, com manutenção em dia e bom aspecto de conservação e aparência, na indisponibilidade dos mesmos, por qualquer motivo, deverão ser substituído por outro imediatamente:

5.22.5.1 Os custos com manutenção, conservação e substituição são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;

5.22.5.2 O não cumprimento do item anterior ensejará na perda de pontos conforme IMR e em Sanções Administrativas previstas neste Termo de Referência.

5.22.6 Os veículos deverão ser mantidos sempre em perfeitas condições de uso, higiene e apresentação, em cumprimento de todos os itens obrigatórios por lei, conforme o código brasileiro de trânsito. Seus condutores deverão dispor de telefonia celular (voz e dados) institucional.

5.22.7 Quando qualquer um dos veículos tiver que passar por manutenções a CONTRATADA deverá substituí-lo por outro igual ou superior com o objetivo de não desfaltar a frota em nenhum dia, em toda a vigência contratual.

5.22.8 Os veículos deverão ser utilizados exclusivamente para o atendimento dos serviços, sendo expressamente proibido seus desvios para as atividades administrativas ou gerenciais da CONTRATADA, fora do objeto deste Termo.

5.22.9 Os engenheiros eletricitas atuarão na execução técnica do contrato, comando, controle e gerenciamento dos demais empregados e serão os responsáveis técnicos do objeto, devidamente registrados no CREA-DF.

5.22.10 O PREPOSTO ficará responsável por receber correspondências e comunicações da Fiscalização do Contrato, bem como será o elo entre a CONTRATADA e a Fiscalização do Contrato.

1. A Contratada deverá indicar e manter preposto que não pode acumular ou desempenhar outra função dentro do contrato com poderes para receber e enviar - sempre por escrito - comunicações, notificações, reclamações e outros documentos; reportar-se à Gestão / Fiscalização do Contrato sempre que necessário; debater assuntos administrativos e contratuais; concordar, discordar, assinar e rubricar atas, comunicações e outros documentos; entregar documentos; requerer informações e providências; formular solicitações; registrar e controlar a assiduidade de seus empregados e orientá-los, no que couber; providenciar os livros de ocorrências e mantê-los permanentemente atualizados; requerer internamente à empresa a adoção das providências necessárias para a plena execução contratual e para a correção das falhas detectadas que excederem suas competências;

2. A CONTRATANTE cederá espaço para ocupação do preposto em suas dependências, competindo à Contratada fornecer impressora e computador dotado dos softwares necessários à perfeita execução do objeto além de serviço de internet e correio eletrônico, para facilitar e agilizar a troca de informações e instruções, além de materiais de escritório que se fizerem necessários;

3. Caberá ao preposto ou a outra pessoa indicada pela Contratada encaminhar à fiscalização do contrato todas as notas fiscais ou faturas dos serviços prestados, bem como apresentar todos os documentos solicitados neste Termo de Referência ou pela gestão / fiscalização do contrato, em meio impresso e eletrônico;

4. São atribuições do preposto, entre outras descritas neste Termo de Referência:

1. Acompanhar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados, nas dependências da CONTRATANTE;

2. Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada;
3. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações da fiscalização do contrato;
4. Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;
5. Reportar-se à fiscalização do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;
6. Relatar à fiscalização do contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;
7. Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços contratados;
8. Encaminhar à fiscalização do contrato todas as notas fiscais/faturas e demais relatórios dos serviços prestados, bem como esclarecer quaisquer dúvidas;
9. Administrar todo e qualquer assunto relativo a seus empregados, respondendo a CONTRATANTE por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles; e,
10. Coordenar e planejar as atividades exercidas pelos empregados, bem como as previsões de compra de materiais de consumo e de insumos.

5.22.11 A CONTRATADA deve mobilizar seus empregados, a qualquer dia e hora, para atender aos chamados de urgências e emergências da Fiscalização do Contrato, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

5.22.11.1 Para toda e qualquer execução de serviços fora do horário normal de expediente a CONTRATADA deve comunicar e solicitar antecipadamente a autorização da Fiscalização do Contrato. Estas horas devem ser compensadas em momento posterior, também com a devida autorização da Fiscalização do Contrato, sendo a CONTRATADA responsável pela gestão destas horas.

5.23 Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
4. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e
5. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção.

5.24 Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

5.25 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante Termos Aditivos, de acordo com o art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.26 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.27 As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

5.28 A CONTRATADA pagará adicional de periculosidade a todos os seus empregados, conforme o Enunciado 361/98 do TST e Laudo de Avaliação Ambiental 02/13-DIGEP bem como Laudo 01/2018 (1555809) e Despacho COSAU-ADM/COSAU/DIGEP/SA (1555812) do Processo nº 00059.000508/2019-51, por se tratar de atividades executadas em instalações integrantes dos sistemas elétricos de potência das edificações da Presidência da República, ainda que, para alguns, se dê de forma intermitente.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 11 horas e das 15 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 3411-2607, podendo sua realização ser comprovada por:

1. Declaração de Visita Técnica (24.1.3 Apêndice III deste edital) assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017; ou
2. Declaração de Dispensa de Vistoria (24.1.4 Apêndice IV deste edital) - Modelo emitido pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realiza-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Apêndice IV deste Edital.

6.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.3 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.4 Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.5 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.6 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 7.1.1 A CONTRATADA deverá obrigatoriamente, como rotina de trabalho, preparar o plano de ação para todo e qualquer serviço de manutenção a ser executado.

7.1.2 A CONTRATADA deverá obrigatoriamente, para todos os serviços em instalações elétricas, prever e adotar, prioritariamente, medidas de proteção coletiva aplicáveis, mediante procedimentos, às atividades a serem desenvolvidas, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores. Visando a segurança dos trabalhadores os serviços em instalações elétricas não podem ser realizados individualmente.

7.1.3 A CONTRATADA deverá obrigatoriamente, como rotina de trabalho, após a finalização de cada Ordem de Serviço ou mesmo concomitante com a mesma, realizar o "As Built" em cada esquema/diagrama elétrico unifilar/multifilar que vier a ser alterado pelas Ordens de Serviços demandadas.

7.2 Das manutenções corretivas, adequações e ampliações das instalações e dos equipamentos:

7.2.1 Das instalações e equipamentos elétricos, eletrônicos, eletromecânicos e eletrodomésticos, em geral:

7.2.1.1 A CONTRATADA deverá atender por meio de Ordens de Serviços "OS", registradas pela CONTRATANTE, fazendo constar o dia e hora do início e término do atendimento, bem como os materiais, peças, componentes e mão-de-obra aplicados;

7.2.1.2 A CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA uma lista com todas Ordens de Serviços abertas no dia útil anterior. A CONTRATADA deve relacionar os serviços por ordens de prioridades juntamente com a Fiscalização do Contrato e definir prazos para execução, dentro do limite permitido;

7.2.1.3 A CONTRATADA deverá executar, a contar do recebimento da Ordem de Serviço de forma digital via correspondência eletrônica ou impressa, em até três dias úteis, os serviços de manutenção em instalações e/ou equipamentos elétricos, eletroeletrônicos, eletromecânicos e eletrodomésticos, exceto as situações de urgência e emergência definidas pela Fiscalização do Contrato, para as quais a solução deverá ser de imediato, ainda que de forma provisória, desde que aceita pela Fiscalização;

7.2.1.4 Quando as manutenções exigirem o desligamento geral das instalações elétricas de uma determinada área ou edificação, as mesmas deverão ser feitas em dia não útil ou após o encerramento do expediente, conforme liberação da Fiscalização do Contrato, sem ônus adicional para CONTRATANTE;

7.2.1.4.1 Para toda e qualquer execução de serviços fora do horário normal de expediente a CONTRATADA deve comunicar e solicitar antecipadamente a autorização da Fiscalização do Contrato. Estas horas devem ser compensadas em momento posterior, também com a devida autorização da Fiscalização do Contrato, sendo a CONTRATADA responsável pela gestão destas horas.

7.2.1.5 Essas manutenções deverão ser comunicadas previamente à Fiscalização do Contrato para os devidos comunicados e informativos e definição de alternativas de atendimento provisório aos usuários, se for o caso;

7.2.1.6 Quando a solicitação de serviço ou o sinistro - situações de urgência e emergência - ocorrer após as 17 (dezessete) horas, a CONTRATADA deverá, no mínimo, eliminar os efeitos danosos; se, porém, o problema acarretar suspensão da disponibilidade ou da operacionalidade de quaisquer sistemas prediais, as providências de solução deverão ser iniciadas de pronto;

7.2.1.7 Em se tratando de manutenção de equipamento das instalações elétricas, caso a CONTRATADA constatar que seus reparos serão superiores aos 3 (três) dias úteis, deverá a CONTRATADA propor e aplicar solução técnica viável, uma vez aceita pela Fiscalização do Contrato, enquanto durar o conserto e retorno do equipamento que apresentou problemas ou a compra de um novo;

7.2.1.8 No caso de necessidade de deslocamento de equipamento para fora das edificações da CONTRATANTE, para fins de manutenção, a CONTRATADA, mediante autorização da Fiscalização do Contrato, fará sua retirada e o transporte, sem ônus adicional para CONTRATANTE, promovendo da mesma forma, seu retorno e reinstalação no local de origem;

7.2.1.9 Quando houver a necessidade de substituição de peças a CONTRATADA deverá comunicar previamente à Fiscalização do Contrato as razões técnicas de sua substituição para análise e aprovação;

7.2.1.10 Quando da necessidade de remanejamento de algum equipamento, por necessidade da CONTRATANTE, a CONTRATADA arcará com a total responsabilidade da desmontagem, transporte e reinstalação do mesmo, incluindo as adaptações necessárias, sem ônus adicional para CONTRATANTE, salvo os casos previstos como subcontratação;

7.2.1.11 Nas adaptações necessárias ao remanejamento constantes do item anterior, ficam excluídos da responsabilidade da CONTRATADA, os gastos relativos aos serviços e materiais para demolição e recomposição de pisos, paredes e instalações hidro-sanitárias;

7.2.1.12 A CONTRATADA deverá implantar rotina de substituição de lâmpadas, fotocélulas e reatores queimados, inclusive da iluminação dos estacionamentos com o objetivo de minimizar registros de Ordens de Serviços para este tipo de manutenção, também deve promover a troca das mesmas ou estudos luminotécnicos como critério de efficientização. Esta rotina deve ser entregue à CONTRATANTE para aprovação.

7.2.2 Das adequações, modificações, reformas e ampliações das instalações elétricas:

7.2.2.1 No atendimento das manutenções, adequações, modificações, reformas e ampliações das instalações elétricas, bem como de execução de novas instalações, a CONTRATADA deverá promover, sem ônus adicional para CONTRATANTE, os estudos e projetos necessários, identificar os materiais a serem aplicados e submeter propostas de soluções à Fiscalização do Contrato. A solução aprovada deverá ser executada e/ou iniciada, também sem ônus adicional para CONTRATANTE, pela CONTRATADA, em até cinco dias corridos;

7.2.2.2 Em se tratando de serviços de maior porte ou complexidade, o prazo para execução deverá ser estipulado em reuniões com a Fiscalização do Contrato;

7.2.2.3 Os serviços deverão ser realizados preferencialmente dentro do horário do expediente determinado pelo CONTRATANTE e compatibilizados com as solicitações e necessidades do órgão, em períodos a serem acordados com a Fiscalização do Contrato;

7.2.2.4 Em situações de urgências ou emergências, a CONTRATADA deverá cumprir o prazo que a Fiscalização do Contrato determinar, ainda que implique em trabalhos noturnos, fora do expediente, fins de semana e feriados, sem ônus adicional para CONTRATANTE;

7.2.2.4.1 Para toda e qualquer execução de serviços fora do horário normal de expediente a CONTRATADA deve comunicar e solicitar antecipadamente a autorização da Fiscalização do Contrato. Estas horas devem ser compensadas em momento posterior, também com a devida autorização da Fiscalização do Contrato, sendo a CONTRATADA responsável pela gestão destas horas.

7.2.2.5 A CONTRATADA deverá dar suporte a todos e quaisquer serviços de adequações, modificações, acréscimos e reformas que envolvam as instalações elétricas existentes, disponibilizando seus empregados para o acompanhamento e

execução integral dos serviços de desligar, adaptar, modificar, acrescentar, remanejar, instalar, ligar ou religar as fiações, circuitos e equipamentos elétricos;

7.2.2.6 A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente:

1. As normas e especificações constantes neste Termo de Referência;
2. As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas;
3. As disposições legais da União;
4. As disposições emanadas pelo Governo do Distrito Federal;
5. As normas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal pertinentes ao tema;
6. As prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos elétricos; e
7. As Normas Internacionais, no caso da falta de normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

7.2.2.7 Caso a natureza do serviço a ser executado possa causar interrupções no funcionamento do equipamento elétrico ou afetar o desenvolvimento das atividades da CONTRATANTE, os serviços deverão ser previamente autorizados e programados para dias e horários, inclusive sábados, domingos ou feriados, sem ônus para a CONTRATANTE. Nessa eventualidade, os serviços deverão ser acompanhados pela Fiscalização do Contrato ou por pessoa indicada pela mesma;

7.2.2.7.1 Para toda e qualquer execução de serviços fora do horário normal de expediente a CONTRATADA deve comunicar e solicitar antecipadamente a autorização da Fiscalização do Contrato. Estas horas devem ser compensadas em momento posterior, também com a devida autorização da Fiscalização do Contrato, sendo a CONTRATADA responsável pela gestão destas horas.

7.2.2.8 A CONTRATADA deverá manter atualizado o Histórico de Manutenção de forma detalhada, o qual deverá estar disponível à Fiscalização do Contrato, em formato acordado entre ambas as partes, no qual serão reportados todos os fatos ou ocorrências no âmbito da prestação dos serviços que constitui este Termo de Referência;

7.2.2.9 A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, mediante comunicação prévia e fundamentada nas normas e legislações correspondentes, alterar as rotinas e a periodicidade dos serviços de manutenção dos sistemas constantes no Contrato, sem que isso represente ônus para a CONTRATANTE;

7.2.2.10 Em ocasiões especiais ou eventos na CONTRATANTE, a CONTRATADA, mediante solicitação da CONTRATANTE, deverá disponibilizar, em caráter temporário, equipe habilitada durante todo o evento, sem que isso represente ônus à CONTRATANTE;

7.2.2.10.1 Para toda e qualquer execução de serviços fora do horário normal de expediente a CONTRATADA deve comunicar e solicitar antecipadamente a autorização da Fiscalização do Contrato. Estas horas devem ser compensadas em momento posterior, também com a devida autorização da Fiscalização do Contrato, sendo a CONTRATADA responsável pela gestão destas horas.

7.2.2.11 Eventuais falhas no cumprimento dos prazos estipulados neste Termo de Referência implicarão à CONTRATADA penalidades presentes também neste Termo de Referência;

7.2.3 Das manutenções preventivas (sem prejuízo de outras rotinas preventivas necessárias ao bom funcionamento dos equipamentos e instalações elétricas da CONTRATANTE) - Rotinas:

7.2.3.1 Painéis gerais de distribuição de baixa tensão - força e luz - diariamente:

1. Ler os instrumentos de medição, inclusive entrada de energia estabilizada, e realizar os devidos estudos;
2. Verificar o aquecimento (termografia) e o funcionamento dos disjuntores termomagnéticos;
3. Trocar todas as lâmpadas, disjuntores, reatores etc., que apresentarem defeito.

7.2.3.2 Painéis gerais de distribuição de baixa tensão - força e Luz - mensalmente:

1. Limpar externamente os quadros;
2. Inspeccionar os isoladores e as conexões de saída dos disjuntores;
3. Verificar pontos de resistência elevada;
4. Verificar a resistência de aterramento, mantendo-a dentro dos limites normalizados;
5. Inspeccionar os cabos de alimentação para prevenir aquecimento (estado e isolamento);
6. Verificar a fixação dos barramentos e das conexões;
7. Medir a corrente elétrica nos alimentadores em todas as saídas dos disjuntores termomagnéticos, para que não superem as tabelas de corrente elétrica máxima permitida para cada condutor;
8. Efetuar a limpeza geral dos barramentos, conexões e disjuntores;
9. Verificar regulagens e ajustes dos relés de proteção dos disjuntores;
10. Verificar o equilíbrio de fases dos circuitos;
11. Verificar o aquecimento dos disjuntores;
12. Trocar os disjuntores necessários;
13. Lubrificar as dobradiças das portas dos painéis gerais de distribuição;
14. Verificar o funcionamento das chaves dos armários;
15. Verificar a organização, identificação e manutenção das fiações em perfeitas condições.

7.2.3.3 Painéis gerais de distribuição de baixa tensão - força e luz - anualmente:

1. Medir a resistência de isolamento dos cabos de alimentação dos circuitos de entrada em todos os quadros e painéis elétricos em baixa tensão;
2. Verificar as regulagens e ajustes dos relés de proteção dos disjuntores.

7.2.3.4 Painéis de emergência - diariamente:

1. Fazer a leitura de instrumentos de medição;
2. Verificar todo o sistema elétrico/eletrônico;
3. Verificar conexões, cabos, quadros e demais componentes mecânicos do sistema;
4. Inspeccionar quadros de comando, controle, proteção e medição;

5. Efetuar limpeza do equipamento.

7.2.3.5 Painéis de emergência - mensalmente:

1. Limpar os quadros;
2. Inspeccionar os cabos de alimentação;
3. Eliminar pontos de isolamento;
4. Lubrificar dobradiças das portas dos armários;
5. Verificar o funcionamento das chaves dos armários;
6. Verificar aspectos dos cabos.

7.2.3.6 Quadros de distribuição dos andares: luz, força e energia estabilizada - diariamente:

1. Verificar o aquecimento do disjuntor geral em todos os quadros de todos os pavimentos;
2. Verificar o aquecimento dos disjuntores;
3. Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento dos quadros de distribuição nos andares;
4. Operar, ligar e desligar os quadros de luz nos andares, em horários predeterminados pela Fiscalização do Contrato;
5. Trocar todas as lâmpadas, disjuntores, reatores etc. que apresentarem defeito.

7.2.3.7 Quadros de distribuição dos andares: luz, força e energia estabilizada - mensalmente:

1. Medir e controlar a tensão;
2. Medir e anotar a corrente elétrica nos fios e cabos de entrada e saída dos disjuntores;
3. Efetuar limpeza geral dos quadros e reaperto dos barramentos;
4. Verificar os contatos na entrada e saída dos disjuntores, chaves e contadores, evitando pontos de resistência elevada;
5. Efetuar reaperto geral de todos os componentes do quadro;
6. Identificar os disjuntores e circuitos elétricos.

7.2.3.8 Sistema de iluminação geral interna e externa - diariamente:

1. Verificar e corrigir as luminárias quanto à ocorrência de lâmpadas queimadas ou com funcionamento deficiente;
2. Testar e corrigir o funcionamento das tomadas elétricas;
3. Testar e corrigir os interruptores elétricos;
4. Substituir as lâmpadas fluorescentes, incandescentes, e demais tipos de lâmpadas queimadas ou com funcionamento deficiente;
5. Apertar os parafusos de fixação e contatos dos soquetes das luminárias;
6. Verificar as condições gerais de segurança no sistema geral de iluminação;
7. Inspeccionar as baterias de luz de emergência;
8. Efetuar a limpeza das luminárias e lâmpadas;

9. Reapertar os contatos dos reatores elétricos.

7.2.3.9 Sistema de iluminação geral interna e externa - mensalmente:

1. Testar o funcionamento das lâmpadas de emergência;
2. Testar a carga das baterias de emergência;
3. Reapertar os parafusos de sustentação das luminárias;
4. Medir a densidade da solução das baterias.

7.2.3.10 Grupos geradores - semanalmente:

1. Inspeccionar as chaves seccionadoras, disjuntores, contadores, fusíveis;
2. Verificar a carga das baterias;
3. Inspeccionar os instrumentos de medição;
4. Efetuar limpeza dos geradores e dos painéis;
5. Verificar o nível de água do radiador;
6. Verificar o nível de óleo lubrificante;
7. Verificar a tensão das correias;
8. Verificar o nível de combustível no tanque;
9. Verificar a existência de vazamento de água, óleo ou combustível;
10. Testar o funcionamento dos geradores "em vazio";
11. Inspeccionar quadros de comando;
12. Efetuar limpeza da sala de máquinas e dos equipamentos;
13. Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecido.

7.2.3.11 Grupos geradores - mensalmente:

1. Verificar o funcionamento da bomba auto respirante;
2. Efetuar a limpeza dos terminais das baterias;
3. Verificar a pressão do óleo lubrificante;
4. Verificar o estado dos mancais;
5. Testar o gerador com carga;
6. Inspeccionar as escovas e anéis;
7. Completar o nível de solução eletrolítica nas baterias;
8. Reapertar os parafusos de fixação da base;
9. Verificar o aperto dos parafusos nos cabeçotes com torquímetro;
10. Verificar os anéis coletores;
11. Verificar o estado da pintura;
12. Efetuar limpeza do filtro de ar;
13. Reapertar a tubulação do combustível;
14. Verificar a instalação elétrica;
15. Verificar e aferir o acoplamento;
16. Verificar e aferir os instrumentos de medição.

7.2.3.12 Grupos geradores - semestralmente:

1. Limpar respiro de Carter;
2. Limpar trocador de calor;
3. Substituir elementos dos filtros de óleo lubrificante e óleo diesel;
4. Trocar o óleo lubrificante.

7.2.3.13 Grupos geradores - anualmente:

1. Aferir os reles de proteção;
2. Aferir amperímetros, frequencímetros e voltímetros.

7.2.3.14 Sistema de pára-raios e aterramento - mensalmente:

1. Verificar o estado dos isoladores, conectores, cordoalhas e captosres.

7.2.3.15 Sistema de pára-raios e aterramento - semestralmente:

1. Medir a resistência de aterramento e adotar as medidas de correção, se necessário.

7.2.3.16 Sistemas nobreak/estabilizador/baterias - mensalmente:

1. Antes do início dos trabalhos de manutenção, o nobreak deverá ser desligado da rede;
2. Desconectar o banco de baterias do nobreak;
3. Limpar externa e internamente o nobreak, mantendo totalmente livres as aberturas frontais e laterais de ventilação, verificando o bom contato das bases dos fusíveis e utilizando, nessa limpeza interna, jato de ar comprimido;
4. Verificar reapertando, se necessário for, todas as conexões do equipamento, tais como contactoras, transformadores, semicondutores, síndais, soquetes, plugs de placas, relés, transistores de potência e especialmente as conexões dos cabos de entrada e saída da rede, dos cabos de baterias e o cabo do aterramento;
5. Limpar os terminais das baterias (lixando e/ou trocando, quando necessário), colocando graxa ou vaselina, verificando o nível do eletrólito e completando a solução, quando necessário;
6. Inspeccionar os componentes, verificando sobreaquecimento, corrosão e sinais de descarga;
7. Conectar as baterias ao nobreak;
8. Ajustar via placa retificadora, a corrente limitadora de baterias, ajuste de tensão mínima e máxima das baterias;
9. Testar semicondutores da fonte retificadora;
10. Ligar o retificador testar e ajustar a placa controladora do retificador;
11. Testar semicondutores da ponte inversora;
12. Ligar o inversor, testar e ajustar a placa controladora do inversor;
13. Ajustar a tensão de saída do nobreak;
14. Calibrar instrumentos de medição caso existam;
15. Simular a falta de energia da rede e verificar o comportamento do inversor, nível de tensão de saída e alarme;

16. Religar o nobreak à rede e verificar o retomo do retificador e a sinalização do estado das baterias;
17. Testar a chave estática quanto ao funcionamento da mesma;
18. Efetuar todos os testes necessários ao perfeito funcionamento dos estabilizadores de tensão.

7.2.3.17 Sistemas nobreak/estabilizador/baterias - semestralmente, seguir, inicialmente, a ordem de todos os itens que constam da verificação mensal prosseguindo com:

1. Ensaio da capacidade, para verificar o estado das baterias;
2. Energizar o circuito de controle e medir as tensões;
3. Verificar as funções do anunciador, como: sobretensão do retificador, alarme de baixa tensão contínua, disparo de baixa tensão contínua, alarme do inversor de impedância;
4. Verificar todas as conexões;
5. Verificar isolamento da fixação dos ventiladores;
6. Verificar suporte de fusíveis para um contato correto;
7. Verificar todas e quaisquer anormalidades nos componentes, tais como: sobretensão, corrosão, sinais de descargas etc;
8. Reapertar todas as conexões de força nos inversores e retificadores;
9. Verificar todas as ligações do controle;
10. Limpar contatos do relê de alarme;
11. Limpar contatos de todos os contactores do circuito de partida dos inversores e contactores dos ventiladores;
12. Inspeccionar cuidadosamente todos os componentes elétricos a fim de verificar a existência de desligamentos, descoloração ou aquecimento;
13. Verificar o estado das conexões das ligações das baterias quanto à corrosão;
14. Reaperto e lubrificação das conexões dos bornes das baterias;
15. Limpar os motores e ventiladores com jato de ar comprimido;
16. Remover o circuito de potência dos inversores;
17. Limpar cuidadosamente os cubículos;
18. Reapertar todas as ligações;
19. Limpar o excesso de graxa nos dissipadores;
20. Verificar as ligações e reapertá-las, quando necessário;
21. Limpar os isoladores;
22. Limpar e verificar o conjunto amplificador de pulsor;
23. Testar a partida do inversor e verificar operação do inversor de impedância;
24. Fazer verificação geral, reapertando porcas, parafusos, ligações e terminais, em cada unidade;
25. Limpar completamente os componentes, no interior e no exterior dos cubículos;
26. Desligar e colocar peças de reposição necessárias;

27. Verificar a operacionalidade;
28. Religar o equipamento e verificar a operação do sistema, executando testes e simulação de falta de energia.

7.2.3.18 Subestações - mensalmente:

1. Limpar a área das subestações;
2. Verificar visualmente os estados dos transformadores, chaves a óleo, isoladores, cabos, aterramentos, muflas, conexões, verificação de nível de óleo, verificação da sílica-gel (se houver).

7.2.3.19 Subestações - anualmente:

1. Analisar físico-quimicamente o óleo isolante.

7.2.3.20 Barramentos blindados:

1. Além das inspeções de rotina, os barramentos blindados deverão, semestralmente, passar por análise termográfica realizada com equipamento(s) moderno(s) de termovisão;
2. Após as inspeções semestrais, a CONTRATADA deverá fornecer relatório técnico detalhando através de fotos, gráficos e outros recursos de toda a análise termográfica dos barramentos blindados do Complexo da Presidência da República;
3. Caso haja necessidade, os barramentos deverão ser reapertados, em cronograma a ser definido pela CONTRATANTE.

7.2.4 Considerações sobre as manutenções:

7.2.4.1 Além das ações mencionadas acima, executar outras que se fizerem necessárias, em conformidade com os manuais dos fabricantes dos equipamentos e normas técnicas, bem como segundo exigido pela Fiscalização do Contrato, inclusive as manutenções e assistência técnica de portas automatizadas dos Anexos do Planalto, e ainda os sistemas automatizados de abre/fecha de portões de todas as edificações;

7.2.4.2 A CONTRATADA deverá elaborar uma planilha de check-list para acompanhamento, supervisão e registro de todas atividades preventivas, elaborando e disponibilizando para acompanhamento da CONTRATANTE a programação e execução das mesmas;

7.2.4.3 A CONTRATADA deverá, com base nas medições diárias do consumo energético, regular, ajustar ou solicitar para CONTRATANTE modificação dos bancos de capacitores, com o objetivo de não ocorrer, ou reduzir ao máximo, gastos com energia reativa excedente. Caso necessário, informar a necessidade de troca do banco de capacitores ou outras possíveis substituições/alterações;

7.2.4.4 Para os serviços de reapertos analisar os devidos torques determinados pelo fabricante bem como a utilização de ferramentas adequadas como torquímetros por exemplo;

7.2.4.5 A CONTRATADA emitirá mensalmente relatórios técnicos contemplando todos os itens verificados de forma detalhada, informando os procedimentos utilizados, materiais substituídos, laudos conclusivos, problemas detectados e sugestões para melhorias. Os relatórios técnicos deverão ser entregues à Fiscalização do Contrato até o quinto dia útil do mês subsequente. O modelo deste relatório mensal deverá ser previamente discutido e aprovado pelo CONTRATANTE;

7.2.4.6 O Relatório Técnico mensal será, necessariamente, firmado pelos responsáveis técnicos pela execução dos serviços que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

1. Discriminação dos serviços executados, incluindo a identificação, data, hora de início e fim dos serviços;
2. Nome e função dos profissionais alocados para execução dos serviços no mês de referência do Relatório Técnico mensal;
3. Resumo das anormalidades e fatos ocorridos no período;
4. Resumo dos serviços de manutenção preventiva e corretiva executados, com a indicação de pendências, as razões de sua existência, ressaltando aquelas cuja solução dependam de ações por parte da CONTRATANTE;
5. Sugestões sobre os reparos preventivos ou modernizações cuja necessidade tenha sido constatada;
6. Acidentes de trabalho porventura ocorridos;
7. Relação de peças, componentes e materiais substituídos por defeito ou desgaste;
8. Parecer sobre o estado das instalações e diversos equipamentos, indicando as deficiências e sugerindo correções.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1 - A CONTRATANTE, para gerenciar e fiscalizar a execução do Contrato, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à CONTRATADA para a imediata correção das irregularidades apontadas, nomeará a seguinte equipe:

1. Gestor Titular, 1 (um);
2. Gestor Substituto, 1 (um);
3. Fiscal Técnico Titular, 1 (um);
4. Fiscal Técnico Substituto, 2 (dois);
5. Fiscal Administrativo Titular, 1 (um);
6. Fiscal Administrativo Substituto, 1 (um); e
7. Fiscal Setorial, caso necessário.

8.1.1 - A existência e a atuação da Fiscalização do Contrato pela Presidência da República, em nada restringe a responsabilidade técnica única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à gerência e execução do objeto contratado.

8.2 Os mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre a CONTRATANTE e CONTRATADA dar-se-ão por e-mails profissionais e demais formas de comunicações oficiais além da comunicação verbal *in-loco* ou em reuniões, sendo que as comunicações verbais precisam, posteriormente, serem oficializadas por ATAS ou demais registros oficiais. As comunicações sempre serão através do PREPOSTO da CONTRATADA.

8.3 Para a execução dos serviços, deverá ser exigida garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** a contar da assinatura do contrato e retirada da nota de empenho, a fim de assegurar a sua execução, bem como a garantia das modalidades previstas no artigo 56 da Lei nº 8.666/1993.

8.4 O Instrumento de Medição de Resultado exibido na Tabela seguinte irá definir, quando cabível, de acordo com cada serviço, a produtividade de referência, ou seja, aquela considerada aceitável para a execução do serviço, sendo expressa pelo quantitativo físico do serviço na unidade de medida adotada. A IN SEGES/MP nº 05, de 2017 estabelece que Anexo V, item 2.6,

alínea “d” a forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento com base no resultado.

8.5 Serão aplicadas reduções de pagamento decorrentes do descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado, são adequações pelo não atendimento das metas estabelecidas, em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados conforme indicado na tabela abaixo e associado às tabelas seguintes:

Instrumento de Medição de Resultado - IMR					
Indicadores	Descrição/Finalidade	Meta a cumprir	Instrumento de medição	Periodicidade	Pontos perdidos = descumprimento da meta
Prazo na execução do serviço	A CONTRATADA deverá executar, a contar do recebimento da lista com todas Ordens de Serviços, em até três dias úteis, os serviços de manutenção em instalações e/ou equipamentos elétricos, eletroeletrônicos, eletromecânicos e eletrodomésticos, exceto as situações de urgência e emergência definidas pela Fiscalização do Contrato, para as quais a solução deverá ser de imediato, ainda que de forma provisória, desde que aceita pela Fiscalização	Executar o serviço dentro do prazo estipulado	Constatação de Ordens de Serviços executadas fora do prazo estabelecido através de relatório fornecido pela Central de Serviços	Mensal	1 ponto por ocorrência limitado a 5 pontos por mês
Prazo na execução do serviço	Quando a solicitação de serviço ou o sinistro ocorrer após as dezessete horas, a CONTRATADA deverá, no mínimo, eliminar os efeitos danosos; se, porém, o problema acarretar suspensão da disponibilidade ou da operacionalidade de quaisquer sistemas prediais, as providências de solução deverão ser iniciadas de pronto	Iniciar a execução dos serviços até o retorno da operacionalidade dos sistemas prediais envolvidos	Constatação de não inicialização dos serviços pela Fiscalização do Contrato através de anotação na Ordem de Serviço	Mensal	1 ponto por ocorrência limitado a 5 pontos por mês
Prazo na execução do serviço	Em situações de urgências ou emergências, a CONTRATADA deverá cumprir o prazo que o Fiscal do Contrato determinar, ainda que implique em trabalhos noturnos, fora do expediente, fins de semana e feriados, sem despesa adicional para CONTRATANTE	Executar o serviço dentro do prazo estipulado	Constatação de execução fora do prazo pela Fiscalização do Contrato através de anotação na Ordem de Serviço	Mensal	1 ponto por ocorrência limitado a 5 pontos por mês
Qualidade na execução do serviço	Em se tratando de manutenção de equipamento das instalações elétricas, caso a CONTRATADA constate que seus reparos serão superiores aos 3 (três) dias úteis, deverá a CONTRATADA propor e aplicar solução técnica viável, uma vez aceita pela Fiscalização do Contrato, enquanto durar o conserto e retorno do equipamento que apresentou problemas ou a compra de um novo	Substituir os equipamento das instalações elétricas em caso de constatação de reparo for superior aos 3 (três) dias úteis	Constatação de não substituição dos equipamento das instalações elétricas pela Fiscalização do Contrato através de anotação na Ordem de Serviço	Mensal	1 ponto por ocorrência limitado a 5 pontos por mês
Qualidade na execução do serviço	A CONTRATADA deverá promover todas medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer todos os equipamentos de proteção individuais – EPI's	A CONTRATADA deve fornecer os equipamentos de proteção individuais – EPI's	Constatação de não utilização dos equipamentos de proteção individuais – EPI's pela	Mensal	1 ponto por ocorrência limitado a 5 pontos por mês

	necessários, tais como óculos, luvas, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, dentre outros necessários aos serviços descritos na Planilha de Custos e Formação de Preços (1771456) deste Termo de Referência, fiscalizando e exigindo que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas.	necessários fiscalizando a utilização por todos os funcionários	Fiscalização do Contrato e registro na Ordem de Serviço		
Qualidade na execução do serviço	A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente: As normas e especificações constantes neste Termo de Referência; As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas; As disposições legais da União; As disposições emanadas pelo Governo do Distrito Federal; As normas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal pertinentes ao tema; As prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos elétricos; As normas internacionais, em caso de falta de normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas	Execução dos serviços obedecendo rigorosamente as normas e especificações listadas neste Termo de Referência	Constatação de execução dos serviços fora das normas e especificações listadas neste Termo de Referência através de anotação na Ordem de Serviço pela Fiscalização do Contrato	Mensal	1 ponto por ocorrência limitado a 5 pontos por mês
Qualidade na execução do serviço	A CONTRATADA deve disponibilizar 2 (dois) veículos para locomoção e seu combustível, ambos com em boas condições gerais, com manutenção em dia e bom aspecto de conservação e aparência, exclusivamente, para atender ao objeto deste Termo de Referência no transporte de seus empregados, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para as diferentes frentes de trabalho nas edificações da CONTRATANTE e imóveis residenciais funcionais, bem como recolhê-los de volta à sede da Engenharia ao término das tarefas.	A CONTRATADA deverá manter o veículo, diariamente, em perfeitas condições de uso e pronto para o transporte de seus empregados para as frentes de trabalho	Constatação, pela Fiscalização do Contrato e registro na Ordem de Serviço, de indisponibilidade do veículo impedindo ou atrasando por mais de uma hora o deslocamento dos funcionários para as frentes de trabalho	Mensal	1 ponto por ocorrência limitado a 5 pontos por mês
Procedimentos administrativos	A CONTRATADA deverá substituir qualquer empregado no caso de qualquer tipo de falta, ausência, audiência legal, treinamentos, cursos, licenças, férias ou qualquer outra situação, mantendo, diariamente, todo efetivo, posto de trabalho, contratado	Manter todos os postos de trabalhos cobertos conforme Termo de Referência	Constatação de não cobertura os postos de trabalhos cobertos conforme Termo de Referência pela Fiscalização do Contrato	Mensal	1 ponto por ocorrência limitado a 5 pontos por mês
Procedimentos administrativos	Efetuar os pagamentos em dias dos vencimentos, auxílios-transporte e refeição, seguros, encargos sociais e fiscais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas acordadas	Efetuar os pagamentos nas datas acordadas	Constatação de pagamentos fora dos prazos acordados pela Fiscalização do Contrato	Mensal	1 ponto por ocorrência limitado a 5 pontos por mês

8.6 A Nota Mensal de Avaliação (NMA) será calculada da seguinte forma:

$$\text{NMA} = \{[45 - (\text{somatório dos pontos perdidos})]/4,5\}$$

8.6.1 A partir do resultado NMA obtido é possível, por meio da Tabela Fator de Ajuste, verificar qual o Fator de Ajuste (FA) será aplicado ao Valor Mensal Previsto (VMP). O Valor Mensal Previsto é o pagamento mensal integral pactuado neste Termo de Referência.

Fator de Ajuste		
Nota Mensal de Avaliação (NMA)	Pagamento devido	Fator de Ajuste (FA)
$9,5 \leq \text{NMA} < 10$	100% do Valor Mensal Previsto	1,00
$8,0 \leq \text{NMA} < 9,5$	95% do Valor Mensal Previsto	0,95
$7,0 \leq \text{NMA} < 8,0$	90% do Valor Mensal Previsto	0,90
$6,0 \leq \text{NMA} < 7,0$	85% do Valor Mensal Previsto	0,85
$5,0 \leq \text{NMA} < 6,0$	80% do Valor Mensal Previsto	0,80
$\text{NMA} \leq 5,0$	70% do Valor Mensal Previsto	0,70

8.7 O Valor Devido (VD) à CONTRATADA será obtido através da fórmula:

$$\text{VD} = \{\text{VMP} \times \text{FA}\}.$$

8.8 A Nota Mensal de Avaliação abaixo de 5,0 por três meses consecutivos ensejará a abertura de um Processo Administrativo visando uma possível rescisão do contratual.

8.9 A CONTRATADA deverá atender por meio de Ordens de Serviços, registradas pela CONTRATANTE, fazendo constar o dia e hora do início e término do atendimento, bem como os materiais, peças e componentes aplicados.

8.10 A CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA uma lista com todas Ordens de Serviços abertas no dia útil anterior. A CONTRATADA deve relacionar os serviços por ordens de prioridades juntamente com a Fiscalização do Contrato e definir prazos para execução, dentro do limite permitido.

8.11 A CONTRATADA deverá executar, a contar do recebimento da lista com todas Ordens de Serviços, em até três dias úteis, os serviços de manutenção em instalações e/ou equipamentos elétricos, eletroeletrônicos, eletromecânicos e eletrodomésticos, exceto as situações de urgência e emergência definidas pela Fiscalização do Contrato, para as quais a solução deverá ser de imediato, ainda que de forma provisória, desde que aceita pela Fiscalização do Contrato.

8.12 Quando a solicitação de serviço ou o sinistro - situações de urgência e emergência - ocorrer após as 17 (dezessete) horas, a CONTRATADA deverá, no mínimo, eliminar os efeitos danosos; se, porém, o problema acarretar suspensão da disponibilidade ou da operacionalidade de quaisquer sistemas prediais, as providências de solução deverão ser iniciadas de pronto.

8.13 Em situações de urgências ou emergências, a CONTRATADA deverá cumprir o prazo que a Fiscalização do Contrato determinar, ainda que implique em trabalhos noturnos, fora do expediente, fins de semana e feriados, sem despesa adicional para CONTRATANTE.

8.14 A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente:

1. As normas e especificações constantes neste Termo de Referência;
2. As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas;
3. As disposições legais da União;
4. As disposições emanadas pelo Governo do Distrito Federal;

5. As normas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal pertinentes ao tema;
6. As prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos elétricos;
7. As normas internacionais, em caso de falta de normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

8.15 Quando se tratar de serviços de maior complexidade de execução, seja por questões técnicas ou pelo volume do serviço, a CONTRATADA deverá estabelecer e registrar de comum acordo com a Fiscalização do Contrato, para cada Ordem de Serviço, as datas de início e conclusão dos serviços nelas solicitados, que só poderão ser prorrogadas, em caráter excepcional, mediante prévia concordância da Fiscalização do Contrato ou por outro servidor por ele designado.

8.16 As Ordens de Serviços só poderão ser consideradas atendidas, após o "aceite" do Cliente, quando for o caso, e o "de acordo" da Fiscalização do Contrato.

8.17 8.14 Fornecer à Fiscalização do Contrato, juntamente com a fatura dos serviços prestados, relatório mensal informando as manutenções preventivas e corretivas identificando, detalhadamente, os equipamentos e locais contemplados, o total das Ordens de Serviços recebidas no mês, o número de atendidas por tipo de serviço, bem como o consolidado dos materiais aplicados com seus respectivos quantitativos e valores.

8.18 Conforme os tópicos anteriores, fica evidenciado que os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

1. Cumprimento dos prazos na execução do serviço;
2. Aceitabilidade da solução provisória dada aos serviços de urgência e emergência;
3. Aceitabilidade da organização administrativa necessárias para a conclusão dos serviços; e
4. Qualidade na execução do serviço concretizado.

8.19 A produtividade de referência é variável e está relacionada às demandas (Ordens de Serviços).

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios novos e necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.2 Dos materiais:

9.2.1 Para a perfeita execução dos serviços de manutenção, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2.2 A CONTRATADA deverá fornecer e instalar, de imediato, toda e qualquer peça, materiais, componentes e equipamentos necessários às manutenções preventivas, preditivas e corretivas, bem como os demais serviços solicitados pela CONTRATANTE.

9.2.3 Os materiais, peças, componentes e equipamentos deverão ser novos, de primeira qualidade e aprovados pela Fiscalização do Contrato. As peças deverão ser originais e genuínas.

9.2.4 Em caso de impasse entre a CONTRATADA e a Fiscalização do Contrato sobre a reprovação de algum material, peça, componente ou equipamento fornecido pela CONTRATADA e considerado, pela Fiscalização, como não sendo de primeira qualidade a CONTRATADA deverá apresentar laudo técnico de laboratório credenciado pelo Instituto

Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial - INMETRO, como contraprova da boa qualidade do produto ofertado, para a aprovação do material, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

9.2.5 A CONTRATADA deverá manter em seu almoxarifado, estoque suficiente de materiais para manutenções preventivas, preditivas, corretivas, de urgência e de emergência, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

9.2.5.1 A CONTRATADA deve executar o serviço de manutenção, ainda que o material para manutenções preventivas, preditivas, corretivas, de urgência e de emergência não esteja listado na Planilha de Custos e Formação de Preços (1771456) aba Materiais, uma vez constatado que trata-se de serviço de manutenção nos sistemas de energia elétrica de baixa, média e alta tensão, sistemas de controle e proteção, sistemas de fornecimento próprio de energia elétrica ininterrupta, sistemas de geração própria de energia elétrica de emergência, redes estabilizadas, instalações e circuitos elétricos com controle, proteção, supervisão e automação, subestações, bancos de capacitores, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, sistemas de aterramento, máquinas e equipamentos elétricos, eletroeletrônicos, eletromecânicos e eletrodomésticos pertencentes à Presidência da República.

9.2.5.2 Planilha de Custos e Formação de Preços (1771456) aba Materiais:

Materiais			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE. TOTAL APLICADA
1	ABRAÇADEIRA CIRCULAR 1/4 POL X38X220MM C/ PARAFUSO (Thelmar ou equivalente).	un.	20
2	ABRACADEIRA COPO 3/4 POL (Thelmar ou equivalente).	un.	800
3	ABRACADEIRA CUNHA 3/4 POL (Thelmar ou equivalente).	un.	240
4	ABRAÇADEIRA D 1 POL C/ CUNHA (Thelmar ou equivalente).	un.	30
5	ABRACADEIRA D 1.1/4 POL C/ PARAFUSO (Thelmar ou equivalente).	un.	30
6	ABRAÇADEIRA NYLON 200X4,6MM (Hellermann ou equivalente).	un.	1200
7	ABRAÇADEIRA NYLON 390X4,6MM (Hellermann ou equivalente).	un.	600
8	ABRACADEIRA PARA LAMPADA FLUORESCENTE ACO T5 (Tramontina ou equivalente).	un.	120
9	ABRACADEIRA PARA LAMPADA FLUORESCENTE ACO T8 (Tramontina ou equivalente).	un.	200
10	ABRACADEIRA ROSCA SEM FIM, PARAFUSO INOX, LARGURA FITA *12,6 A *14 MM, D = 2" A 2 1/2" (Würth ou equivalente).	un.	15
11	ABRAÇADEIRA TIPO COPO 1 1/4 POL (Thelmar ou equivalente).	un.	20
12	ABRACADEIRA TIPO COPO 1 POL (Thelmar ou equivalente).	un.	120
13	ABRACADEIRA TIPO COPO 2 POL (Thelmar ou equivalente).	un.	6
14	ACRILICO PLACA EM ACRILICO CRISTAL 3MM DE ESPESSURA 60X50	un.	6
15	ADAPTADOR 2P+T 10A BR PADRAO NOVO (Tramontina ou equivalente).	un.	152
16	ADESIVO LIQUIDO EPOXI ESR 16 G	un.	6
17	ADESIVO PU CONSTRUCAO 420G CINZA (Ultraflex ou equivalente).	un.	10
18	ANILHA 1,5 A 6,0 MM - DIVERSOS (Würth ou equivalente).	un.	300
19	ANILHA 2,5 A 10,0 MM - DIVERSOS (Würth ou equivalente).	un.	200
20	ARAF. AA CHATA MAD. FEND. 3,8X40 200UN	un.	2,19
21	ARAME GALVANIZADO N 16 (Belgo ou equivalente).	kg	2
22	ARANDELA CAMARIM MEDIO 2XE27 122CM (Edimbraz ou equivalente).	un.	190
23	ARANDELA CLEAN 30CM 1L C/VD (Bronzearte BC-G-CR CL73 ou equivalente).	un.	220

24	ARMAÇÃO 3X3 (REX, Pressbow ou equivalente).	un.	1
25	ARRUELA 3/8 POL GALVANIZADA (Wurth, Mabelini ou equivalente).	un.	20
26	ARRUELA LISA 1/4 POL GALVANIZADA (Wurth, Mabelini ou equivalente).	un.	500
27	BARRA 3/8X3MT ROSCA INT. ACO GALV (Ciser, Âncora ou equivalente).	un.	1
28	BARRA CHATA DE COBRE 3/4X1/8 146A - 2 (MCEIG ou equivalente).	un.	1
29	BARRA ROSCADA 1/4 POL 3 METROS FIXAÇÃO (Ciser, Âncora ou equivalente).	un.	5,3
30	BARRAMENTO MON. 12P 80A DIN (Steck, Schneider ou equivalente).	un.	30
31	BARRAMENTO TERRA/NEUTRO 12 FUROS TRILHO D (MCEIG, Cemar ou equivalente).	un.	8
32	BARRAMENTO TRIF. 12MOD 63A 5ST37380MB (Steck, Schneider, Siemens ou equivalente).	un.	6
33	BARRAMENTO TRIF. DIN 57 MOD. BRM3 -80A 1 (Steck, Schneider, Siemens ou equivalente).	un.	2
34	BASE PARA RELE FOTOELETRICO (IEP Iluminação ou equivalente).	un.	43
35	BATERIA 45AH (Moura ou equivalente).	un.	3
36	BATERIA ALCALINA A23 12V (Duracel ou equivalente).	un.	11
37	BATERIA Estacionária 200AH LINHA DIESEL (Moura ou equivalente).	un.	4
38	BATERIA Estacionária 225AH LINHA DIESEL (Moura ou equivalente).	un.	2
39	BATERIA SELADA 12V 18AH (UNIPOWER UP12180 ou equivalente)	un.	30
40	BATERIA SELADA 12V 7AH (UNIPOWER - UP1270 ou equivalente)	un.	120
41	BLOCO AUTONOMO LED 2200 LUMENS 2 FARÓIS (Intelbras BLA 2200 ou equivalente).	un.	24
42	BLOCO DE CONTATO NA (Siemens ou equivalente).	un.	3
43	BLOCO LUMINOSO LED VERDE 220V (Schneider ou equivalente).	un.	10
44	BOIA INDICADORA	un.	1
45	BOTAO COMANDO MAN. CURTO 0-1	un.	8
46	BOX CURVO 1 POL C/R ARRUELA (Tramontina Flexor ou equivalente).	un.	24
47	BOX CURVO 1.1/4 POL C/R ARRUELA (Tramontina Flexor ou equivalente).	un.	6
48	BOX CURVO 2 POL C/R ARRUELA (Tramontina Flexor ou equivalente).	un.	3
49	BOX CURVO 3/4 POL C/R ARRUELA (Tramontina Flexor ou equivalente).	un.	220
50	BOX RETO 1.1/4 POL C/R ARRUELA (Tramontina Flexor ou equivalente).	un.	30
51	BOX RETO 2 POL C/R ARRUELA (Tramontina Flexor ou equivalente).	un.	30
52	BOX RETO DE 1 POL C/R ARRUELA (Tramontina Flexor ou equivalente).	un.	150
53	BOX RETO DE 1.1/2 POL C/R ARRUELA (Tramontina Flexor ou equivalente).	un.	6
54	BOX RETO DE 3/4 POL C/R ARRUELA (Tramontina Flexor ou equivalente).	un.	1000
55	BRACO PVC P/CHUVEIRO 30 CM BR (Amanco, Tigre ou equivalente).	un.	35
56	BUCHA B 3/4 (Inca, Daisa ou equivalente).	un.	30
57	BUCHA FIXACAO NYLON GESSO MD 3/8" C/100 (Fischer, Âncora, Ivasa ou equivalente).	un.	240
58	BUCHA FIXACAO PLAST S08 (Fischer, Âncora, Ivasa ou equivalente).	un.	2600
59	BUCHA P/ ELET DE 1.1/4 POL (Inca, Daisa ou equivalente).	un.	20
60	BUCHA P/ELET DE 2 pol (Inca, Daisa ou equivalente).	un.	6
61	BUCHA S10 ABA IVASA (Fischer, Âncora, Ivasa ou equivalente).	un.	24
62	CABO 0,6/1KV FLEX 10MM AZUL (Superastic Prysmian ou equivalente).	m	300
63	CABO 0,6/1KV FLEX 10MM PRETO (Superastic Prysmian ou equivalente).	m	600
64	CABO 0,6/1KV FLEX 10MM VERDE (Superastic Prysmian ou equivalente).	m	300
65	CABO 0,6/1KV FLEX 16MM AZUL (Superastic Prysmian ou equivalente).	m	200

66	CABO 0,6/1KV FLEX 16MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	300
67	CABO 0,6/1KV FLEX 16MM VERDE (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	200
68	CABO 0,6/1KV FLEX 25MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	30
69	CABO 0,6/1KV FLEX 25MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	60
70	CABO 0,6/1KV FLEX 25MM VERDE (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	30
71	CABO 0,6/1KV FLEX 35MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	20
72	CABO 0,6/1KV FLEX 35MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	60
73	CABO 0,6/1KV FLEX 35MM VERDE (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	60
74	CABO 0,6/1KV FLEX 3X4,0MM EPR90 (Induscabos ou equivalente).	m	800
75	CABO 0,6/1KV FLEX 4X10MM EPR-90 (Induscabos ou equivalente).	m	40
76	CABO 0,6/1KV FLEX 4X4,0MM EPR-90 (Induscabos ou equivalente).	m	30
77	CABO 0,6/1KV FLEX 50MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	10
78	CABO 0,6/1KV FLEX 50MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	30
79	CABO 0,6/1KV FLEX 50MM VERDE (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	30
80	CABO 0,6/1KV FLEX 70MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	16
81	CABO 0,6/1KV FLEX 70MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	8
82	CABO 0,6/1KV FLEX 70MM VERDE (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	5
83	CABO 1KV FLEX 3X1,5MM EPR-90 (Induscabos ou equivalente).	m	1600
84	CABO 1KV FLEX 3X6MM EPR-90 (Induscabos ou equivalente).	m	60
85	CABO 1KV FLEX 4X6,0MM EPR-90 (Induscabos ou equivalente).	m	40
86	CABO 300V 2X2,5MM PARARELO BRANCO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	700
87	CABO 450/750V FLEX 1,0 MM BRANCO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	200
88	CABO 450/750V FLEX 1,0 MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	200
89	CABO 450/750V FLEX 1,0MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	200
90	CABO 450/750V FLEX 1,5 MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	300
91	CABO 450/750V FLEX 1,5MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	100
92	CABO 450/750V FLEX 1,5MM BRANCO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	500
93	CABO 450/750V FLEX 2,5MM AMARELO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	500
94	CABO 450/750V FLEX 2,5MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	5000
95	CABO 450/750V FLEX 2,5MM BRANCO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	1200
96	CABO 450/750V FLEX 2,5MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	5000
97	CABO 450/750V FLEX 2,5MM VERDE (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	3500
98	CABO 450/750V FLEX 2,5MM VERMELHO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	600
99	CABO 450/750V FLEX 4,0MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	1100
100	CABO 450/750V FLEX 4,0MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	1100
101	CABO 450/750V FLEX 4,0MM VERDE (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	600
102	CABO 450/750V FLEX 4,0MM VERMELHO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	10
103	CABO 450/750V FLEX 6,0MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	600
104	CABO 450/750V FLEX 6,0MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	800
105	CABO 450/750V FLEX 6,0MM VERDE (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	200
106	CABO DE ALUM QUADRUPLEX 3X35+35MM (Nexans ou equivalente).	m	550
107	CABO PARALELO SIL 2X1,50MM BRANCO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	100
108	CABO PP FLEX 1KV 2X2,5MM PRETO HEPR-90 (Induscabos ou equivalente).	m	600

109	CABO PP FLEX 1KV 3X2,5MM PRETO HEPR-90 (Induscabos ou equivalente).	m	3500
110	CABO PP FLEX 1KV 3X4MM PRETO HEPR-90 (Induscabos ou equivalente).	m	800
111	CAIXA 4X2 DRYWALL AMARELA (Tigre, Amanco ou equivalente).	un.	500
112	CAIXA 4X4 DRYWALL AMARELA (Tigre, Amanco ou equivalente).	un.	200
113	CAIXA CONDULETE PVC CINZA 4X2 (Tigre ou equivalente).	un.	20
114	CAIXA DE PADRAO CEB P/ATERRAMENTO 25X23 (Schneider ou equivalente).	un.	40
115	CAIXA DE PASSAGEM 20X20 ALUMINIO CP-2020 C/T (Wetzel, Daisa ou equivalente).	un.	24
116	CAIXA MULTIPLA PETRO X 1 POL S/T (Tramontina, Daisa ou equivalente).	un.	40
117	CAIXA MULTIPLA PETRO X 3/4 POL S/T (Tramontina, Daisa ou equivalente).	un.	1000
118	CAIXA P/MONTAGEM 30X20X20 S/F (Cemar ou equivalente).	un.	6
119	CAIXA P/MONTAGEM 40X40X20 C/F (Cemar ou equivalente).	un.	6
120	CAIXA P/MONTAGEM 50X40X20 C/F (Cemar ou equivalente).	un.	6
121	CAIXA P/MONTAGEM 60X40X20 (Cemar ou equivalente).	un.	6
122	CAIXA P/MONTAGEM QDO. COMANDO 080X60X20 C/FLANGE 19/19/16 (Cemar QDETG ou equivalente).	un.	3
123	CAMPAINHA ELET SEM FIO POLIFONICA BIV	un.	20
124	CANAleta ABERTA CINZA 30 LARG. X 30 ALT. 2MT (Hellermann ou equivalente).	un.	30
125	CANAleta ABERTA CINZA 50 LARG. X 80 ALT. 2MT (Hellermann ou equivalente).	un.	30
126	CANAleta ABERTA CINZA 80 LARG. X 80 ALT. 2MT (Hellermann ou equivalente).	un.	30
127	CANAleta C/ DIVISORIA 20X10X2000MM C/ FITA (Tramontina ou equivalente).	un.	300
128	CANAleta DE PISO SLIM (Dutotec ou equivalente).	un.	80
129	CANAleta P/PISO 60X13 CZ (Schneider Dexson ou equivalente).	un.	40
130	CANHAO LED PAR SLIM MINI 7X15W RGBWA LEDS 5 EM 1 MKP-7010	un.	99
131	CAPACITADOR ALTA TENSÃO MICROONDAS 0,90 NF 2100V	un.	1
132	CAPACITOR ESPECIAL 3MFX450AC	un.	1
133	CHAVE 2 POSIÇÕES (Margirius, Steck ou Schneider ou equivalente).	un.	1
134	CHAVE SEC. NH SC-01 250A - FSW250-3 (WEG ou equivalente).	un.	2
135	CHUMBADOR 1/4" X 2" C/PARAFUSO (Ciser, Walsywa ou equivalente).	un.	300
136	CHUMBADOR CB 3/8X3 1/2 C/PF (Ciser, Walsywa ou equivalente).	un.	50
137	CHUVEIRO MAXI DUCHA 4600W (Lorenzetti ou equivalente).	un.	120
138	CITY COLOR 36 LEDS RGB 1W IP65 CC36 1W GLOW	un.	4
139	CONECTOR BARRA 10.0MM (SINDAL C 1612 BR ou equivalente).	un.	4
140	CONECTOR BORNE 2,5MM (Sindal ou equivalente).	un.	15
141	CONECTOR P/CABO CDP 70 PERF 10/95MM (Intelli ou equivalente).	un.	12
142	CONECTOR P/HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 POL (Intelli ou equivalente).	un.	120
143	CONECTOR PAR. BIMETALICO ATE 50 MM (Intelli ou equivalente).	un.	19
144	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO SPLIT BOLT 16MM (Intelli ou equivalente).	un.	60
145	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO SPLIT BOLT 50MM (Intelli ou equivalente).	un.	40
146	CONJ. ARSTOP SOB. 2P+T PB 20A S/DISJ MONO (Siemens, Legrand ou equivalente).	un.	100
147	CONTATOR 18A TRIFASICO BOBINA 220V 1NA (Siemens ou equivalente).	un.	3
148	CONTATOR 220V 50/60HZ 45A (Siemens 3TS36 ou equivalente).	un.	1
149	CONTATOR 25A TRIFASICO BOBINA 220V (Siemens ou equivalente).	un.	6

150	CONTATOR 32A TRIFASICO COM CONTATO AUXILIAR 1NA 380V (Siemens ou equivalente).	un.	6
151	COPEX REVESTIDO DE 03/4 POL (Indeflex, Ecoflex, Sealflex ou equivalente).		200
152	COPEX REVESTIDO DE 1.1/2 POL ROLO 15MT (Indeflex, Ecoflex, Sealflex ou equivalente).	un.	9
153	CORDOALHA DE COBRE NU 16MM2 NBR (SIL ou equivalente).	m	300
154	CORDOALHA DE COBRE NU 35MM2 NBR (SIL ou equivalente).	m	50
155	CORDOALHA DE COBRE NU 50MM NBR (SIL ou equivalente).	m	30
156	CURVA CANALETA SISTEMA X . VERTICAL 90G INTERNA BR (Dutotec ou equivalente).	un.	11
157	CURVA CONDULETE 03/4" S/R (Daisa ou equivalente).	un.	20
158	CURVA ELET. GALV. D 90X1.1/4 POL (Daisa ou equivalente).	un.	50
159	CURVA ELETRODUTO . PVC 90G . 3/4 POL S/ROSCA BR (Tigre, Amanco ou equivalente).	un.	20
160	CURVA ELETRODUTO GALV 1 POL X 90 (Daisa ou equivalente).	un.	30
161	CURVA GALV ELETROL 90X2 POL (Daisa ou equivalente).	un.	3
162	CURVA VERT. EXT. PERF. 90X200X50 EL 1310 (Inbrael ou equivalente).	un.	3
163	DISJUNTOR 20A CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	120
164	DISJUNTOR 25A CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	200
165	DISJUNTOR 25A TRIFASICO CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	20
166	DISJUNTOR 32A TRIFASICO CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	20
167	DISJUNTOR 40A TRIFASICO CURVA C (Schneider ou equivalente).	un.	10
168	DISJUNTOR CX. MOLDADA FIXO 100A 380V 35KA (Schneider ou equivalente).	un.	10
169	DISJUNTOR MON. 40A 3KA CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	30
170	DISJUNTOR MON. 63A 3KA CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	20
171	DISJUNTOR TRIP. 100A 10KA - CURVA C (Schneider ou equivalente).	un.	10
172	DISJUNTOR TRIP. 80A 3KA CURVA C (Schneider ou equivalente).	un.	10
173	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 32A 3KA CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	20
174	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 50A 3KA CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	10
175	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 63A 3KA CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	10
176	DISJUNTOR UNIPOLAR DIN 16A 3KA CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	100
177	DISJUNTOR UNIPOLAR DIN 32A CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	60
178	DMX WIRELESS FEMEA KLIGHT	un.	1
179	DMX WIRELESS MACHO KLIGHT	un.	1
180	DUTO CORRUGADO PEAD 2 POL PRETO (Kanaflex ou equivalente).	m	20
181	DUTO CORRUGADO PEAD 25MM 3/4 POL PRETO (Kanaflex ou equivalente).	m	300
182	DUTO CORRUGADO PEAD 3 POL PRETO (Kanaflex ou equivalente).	m	62
183	DUTO CORRUGADO PEAD 32MM 1 POL (Kanaflex ou equivalente).	m	200
184	DUTO CORRUGADO PEAD 40MM 1.1/ 4 POL PRETO (Kanaflex ou equivalente).	m	120
185	ELETROCALHA PERF U 200X50X3000 (Perfil Lider ou equivalente).	un.	20
186	ELETROD PVC CORRUG 25MM 3/4 POL AMARELO (Tigre, Amanco ou equivalente).	m	500
187	ELETRODUTO FLEXÍVEL REVESTIDO DE 2 POL- COPEX (Indeflex, Ecoflex, Sealflex ou equivalente).	un.	40
188	ELETRODUTO FLEXIVEL REVESTIDO 1" (Indeflex, Ecoflex, Sealflex ou equivalente).	m	120
189	ELETRODUTO GALVANIZADO LEVE 2 POL (Perfil Lider ou equivalente).	un.	20

190	ELETRODUTO GALVANIZADO LEVE 3/4 POL (Perfil Lider ou equivalente).	un.	800
191	EMENDA INTERNA PERF 150X50 (Perfil Lider ou equivalente).	un.	20
192	EMENDA INTERNA PERF 200X50 (Perfil Lider ou equivalente).	un.	10
193	ESPAGUETE TERMO RETRATIL 15 MM	un.	20
194	ESPAGUETE TERMO RETRATIL 20 MM	un.	10
195	ESPAGUETE TERMO RETRATIL 25MM	un.	20
196	ESPAGUETE TERMO RETRATIL 3,5 MM	un.	20
197	ESPUMA EXPANSIVA DE PU 740GR/750ML	un.	20
198	Fita Auto Fusao 19mmx10m	un.	24
199	FITA DUPLA FACE TRANSPARENTE 19MMX20M (3M ou equivalente).	un.	50
200	FITA EMBALAGEM 45MMX45M TRSNP (3M ou equivalente).	un.	2
201	FITA ISOLANTE 19MM x 20M (3M, Prismyam ou equivalente).		540
202	FITA VEDA ROSCA 18MMX50M (Tigre, Amanco ou equivalente).	un.	20
203	FIXADOR DE PORTA EQP SLIM-CINZA (Dutotec DS-19130 ou equivalente).	un.	80
204	FUSÍVEL DIAZED 25A	un.	12
205	FUSIVEL DIAZED 6A	un.	12
206	FUSIVEL NH-00 160A (NEGRINI /MAVEL ou equivalente).	un.	20
207	FUSIVEL NH-1 160A (NEGRINI /MAVEL ou equivalente).	un.	20
208	GANCHO VERT 200X50 ELETROCALHA (Perfil Lider ou equivalente).	un.	12
209	GRELHA INOX QUAD 150MM C/CAIXILHO	un.	12
210	HASTE P/ ATERRAMENTO 5/8 POL 2,40M (Intelli ou equivalente).	un.	80
211	INT SIMPLES 10A 250V SISTEMA X (Legrand ou equivalente).	un.	40
212	INTERRUPTOR 1 SIMPLES + 1 PARALELO 10A/250V (Legrand ou equivalente).	un.	30
213	INTERRUPTOR SEM PLACA 3SS (Legrand ou equivalente).	un.	20
214	ISOLADOR EPOXI 25X30 1/4POL (Negrini ou equivalente)	un.	50
215	ISOLADOR EPOXI 30X30 3/8 POL (Negrini ou equivalente)	un.	10
216	ISOLADOR EPOXI PAR 16X25 1/4 POL (Negrini ou equivalente)	un.	10
217	ISOLADOR ROLDANA 72X72MM 0004 (Negrini ou equivalente)	un.	20
218	LAMP. ELET. ESPIRAL 15W X 220V E27 6500K (Dulux Star Osram ou similar)	un.	240
219	LAMPADA BULBO LED T80 20W 6500K (Osram ou equivalente).	un.	30
220	LAMPADA BULBO T120/40W 6500K (Osram ou equivalente).	un.	30
221	LAMPADA ELETRONICA 3U 25W 220V 6500K (Osram ou equivalente).	un.	143
222	LAMPADA ELETRONICA COMPACTA 20W 220V E27 6500K (Osram ou equivalente).	un.	80
223	LAMPADA ELETRONICA COMPACTA 23W 220V E27 6500K (Osram ou equivalente).	un.	400
224	LAMPADA ELETRONICA COMPACTA 26W E27 6500K (Osram ou equivalente).	un.	352
225	LAMPADA ELETRONICA COMPACTA 45W 220V E27 6500K (Osram ou equivalente).	un.	200
226	LAMPADA ELETRONICA COMPACTA MINI 15W 220V E27 6500K (Osram ou equivalente).	un.	300
227	LAMPADA FLUOR LUMILUX T5 HE 28W/21-840	un.	1
228	LAMPADA FLUORESCENTE 14W T5 6400K (Osram ou equivalente).	un.	160
229	LAMPADA FLUORESCENTE 16W T8 G13 6500K (Osram ou equivalente).	un.	600
230	LAMPADA FLUORESCENTE 28W T5 6400K (Osram ou equivalente).	un.	300
231	LAMPADA FLUORESCENTE 32W T8 6400K 7000H (Osram ou equivalente).	un.	2500

232	LAMPADA FLUORESCENTE PL 4 PINOS 26W 6500K (Osram ou equivalente).	un.	200
233	LAMPADA HALOG. 150W 220V REF BLISTER	un.	10
234	LAMPADA HALOGENA 300W 220V	un.	30
235	LAMPADA HALOPAR 30 75W 220V	un.	30
236	LAMPADA LED BULBO 12W 110-220V E27 6500K (Osram Superstar ou equivalente).	un.	100
237	LAMPADA LED BULBO 8W 110-220V E27 6500K (Osram Superstar ou equivalente).	un.	40
238	LAMPADA LED PAR16 4,8W 110-220V GU10 6500K (Osram ou equivalente).	un.	40
239	LAMPADA MISTA 160W 220V HWL E27 6000K (Osram ou equivalente).	un.	240
240	LAMPADA MISTA 250W 220V E27 6000K (Osram ou equivalente).	un.	50
241	LAMPADA MISTA 500W 220V E40 6000K (Osram ou equivalente).	un.	50
242	LAMPADA PL 2 PINOS 26W BRANCA (Osram ou equivalente).	un.	20
243	LAMPADA SECAGEM 250W 127V E27 6000K	un.	30
244	LAMPADA TUBO LED 18W 3000K BIV 1850LM	un.	120
245	LAMPADA TUBO LED T8 10W 3000K 60CM BIV (Osram ou equivalente).	un.	100
246	LAMPADA VAPOR MET HQI 150W (Osram ou equivalente).	un.	120
247	LAMPADA VAPOR METALICO HQI 250W (Osram ou equivalente).	un.	140
248	LAMPADA VAPOR METALICO HQI 70W (Osram ou equivalente).	un.	50
249	LAMPADA VAPOR METALICO HQI-T 400W E40 (Osram ou equivalente).	un.	50
250	LAMPADA VAPOR SODIO 400W E-40 SON T (Osram ou equivalente).	un.	20
251	LED EMISSOR TIL 32 5MM	un.	7
252	LED RECEPTOR TIL 78 3MM	un.	4
253	LED RECEPTOR TIL 78 5MM	un.	2
254	LUM. SOB.BR400 2X16/18/20 (Abalux ou equivalente).	un.	30
255	LUM. SOBR.A -401 2X32/36/40W (Abalux ou equivalente).	un.	80
256	LUMINARIA ARANDELA TIPO MEIA-LUA COM VIDRO FOSCO *30 X 15* CM, PARA 1 LAMPADA, BASE E27, POTENCIA MAXIMA 40/60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	un.	50
257	LUMINARIA BLINDADA 2X16W (Abalux ou equivalente).	un.	6
258	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LED BIVOLT (Segurimax ou equivalente).	un.	30
259	LUMINARIA TIPO PLAFON	un.	1
260	LUVA COMPRESSAO 010 MM2 LM-010 704 (Intelli ou equivalente).	un.	30
261	LUVA COMPRESSAO 035 MM2 LM-010 704 (Intelli ou equivalente).	un.	30
262	LUVA DE EMENDA 16MM (Intelli ou equivalente).	un.	30
263	LUVA DE EMENDA 25MM (Intelli ou equivalente).	un.	30
264	LUVA DE EMENDA 70MM (Intelli ou equivalente).	un.	10
265	LUVA DE EMENDA 95MM (Intelli ou equivalente).	un.	5
266	MAGNETRON - 6 10A (GALANZ M24FB ou equivalente).	un.	1
267	MEDUSA DE AUDIO DE 6 VIAS (Indeleta ou equivalente).	un.	2
268	MESA DMX 512 KLIGHT ES-192 (MAK PRO ou equivalente).	un.	1
269	MIOLO C/RABICHO PADRAO NBR 10A PRETA (Margirius ou equivalente).	un.	400
270	MODULO BLK 10A 3P NBR BRANCA (Dutotec ou equivalente).	un.	100
271	MODULO BLK 10A 3P NBR PRETA (Dutotec ou equivalente).	un.	20
272	MODULO CAMPAINHA CIGARRA BRANCA 220V (Legrand PIAL Plus ou equivalente).	un.	100
273	MODULO INTERRUPTOR PARARELO 10A (Legrand ou equivalente).	un.	10
274	MODULO INTERRUPTOR SIMPLES (Legrand PIAL Plus ou equivalente).	un.	400

275	MODULO TOMADA 2P+T 10A (Legrand ou equivalente).	un.	500
276	MODULO TOMADA 2P+T 20A (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	200
277	MODULO TOMADA RJ11 2 FIOS (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	20
278	PAINEL LED SOB 22,5X22,5 18W 6500K BIVOL (Osram ou equivalente).	un.	3
279	PARAFUSO C. CHATA PHILLIPS 5.0X50 (Ciser, Walsywa ou equivalente).	un.	4
280	PARAFUSO PB 4,2 X 13MM CAB FLANG CX C/ 0500 (Ciser, Walsywa ou equivalente).	un.	800
281	PARAFUSO PONTA DE AGULHA 3,5X25MM (Ciser, Walsywa ou equivalente).	un.	15
282	PARAFUSO S8 (Ciser, Walsywa ou equivalente).	un.	200
283	PERFILADO PERFIL 38X38 (Perfil Lider ou equivalente).	m	35
284	PLACA 1 POSTO 4X2 QUAD WHITE 582562B (Legrand Arteor ou equivalente).	un.	8
285	PLACA 4X2 1 POSTO HORIZ- (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	300
286	PLACA 4X2 2 POSTOS SEPARADOS (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	200
287	PLACA 4X2 3 POSTOS (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	60
288	PLACA 4X4 01 POSTO HORIZONTAL (Legrand ou equivalente).	un.	10
289	PLACA 4X4 1+1 POSTO HORIZ (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	20
290	PLACA 4X4 2+2 POSTO JUNTOS (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	20
291	PLACA 4X4 2+2 POSTOS SEPARADOS (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	12
292	PLACA 4X4 3+3 POSTO (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	20
293	PLACA 4X4 CEGA (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	60
294	PLACA CEGA 4X2 (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	400
295	PLACA CEGA REDONDA 3X3 (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	40
296	PLAFON BEM. C/VIDRO C.FOSCO 2XE27 (Blumenau ou equivalente).	un.	7
297	PLUG FEMEA 2P+T 10A BR (Tramontina ou equivalente).	un.	200
298	PLUG MACHO 180 2P+T 20A (Tramontina ou equivalente).	un.	100
299	PLUG MACHO 2P+T 180G 10A BR (Tramontina ou equivalente).	un.	600
300	PORCA 1/4 SEX ZINC (Ciser, âncora ou equivalente).	un.	400
301	PORCA SEXT. ZINCADA 3/8 UNC (Ciser, âncora ou equivalente).	un.	150
302	PRENSA CABO BSP 3/8 CINZA	un.	200
303	PULSADOR DE CAMPAINHA (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	4
304	QUADRO ELÉTRICO EMBUTIR C/B+G 24 DIN 150A BEGE (Cemar QDETG ou equivalente).	un.	1
305	REATOR ELETR BIVOLT AFP 1X16W (Intral ou equivalente).	un.	20
306	REATOR ELETR. 2X28W BIV(Intral ou equivalente).	un.	90
307	REATOR ELETRONICO 1X26W PL 220V AFP (Intral, Philips ou equivalente).	un.	10
308	REATOR ELETRONICO 1X32W 110-220V AFP (Intral, Philips ou equivalente).	un.	200
309	REATOR ELETRONICO 2X16W 110-220V AFP (Intral, Philips ou equivalente).	un.	120
310	REATOR ELETRONICO 2X26W PL 220V AFP (Intral, Philips ou equivalente).	un.	13
311	REATOR ELETRONICO 2X32W 110-220V AFP (Intral, Philips ou equivalente).	un.	400
312	REATOR VAPOR MET 70W - (Intral, Philips ou equivalente).	un.	40
313	REATOR VAPOR MET. (Intral, Philips ou equivalente).	un.	3
314	REATOR VAPOR METALICO 250W (Intral, Philips ou equivalente).	un.	8
315	REATOR VAPOR METALICO HQI 150W 220V USO EXTERNO AFP (Intral, Philips ou equivalente).	un.	90
316	REATOR VAPOR METALICO HQI 250W 220V REF AFP(Intral, Philips ou equivalente).	un.	120
317	REATOR VAPOR METALICO HQI 70W 220V USO INTERNO REF AFP (Intral, Philips ou equivalente).	un.	25

318	RECEPTACULO E-27 PORCELANA (Lorenzetti ou equivalente).	un.	300
319	REFLETOR LED 100W 6500K IP65 BIV (Osram ou equivalente).	un.	17
320	REFLETOR LED 200W 220V 5000K IP65 (Osram ou equivalente).	un.	7
321	REFLETOR LED 50W 220V 5000K IP65 (Osram ou equivalente).	un.	12
322	REFLETOR LED PAR 64 RGB IP 65 OUTDOOR	un.	28
323	REFLETOR LEDVANCE FLOODLIGHT 30W/850 (Osram ou equivalente).	un.	24
324	REFLETOR RETANGULAR 400W E-40	un.	6
325	RELE FOTOELETRICO SEM BASE (Stieletrônica, Tecnowatt ou equivalente).	un.	120
326	RESISTOR 1/4W	un.	30
327	SAIDA HORIZONTAL PARA ELETROCALHA 3/4 POL (Perfil Lider ou equivalente).	un.	6
328	SENSOR DE PRESENÇA TETO 360 EMB/SOB-SP (Osram ou equivalente).	un.	37
329	SILICONE ITW SILOC ACET USO GERAL INC 280ML	un.	8
330	SINAL LED VD 220V (STECK ou equivalente).	un.	3
331	SOLDA ESTANHO COM FLUXO AZUL 189 MSX10 -500GR CX C/ 0500GR (Best ou equivalente).	un.	3
332	SOQUETE P/ABAJUR/PEND TERMOPLASTICO BRANCO E-27	un.	29
333	SOQUETE P/CALHA ANTIVIBRATORIO T5 (Lorenzetti ou equivalente).	un.	104
334	SOQUETE PARA LAMPADA GU10 (Lorenzetti ou equivalente).	un.	12
335	STRAHL PLUGUE 16A (5P) 3P+N+T 380/440V 6H V (STECK 5076BC ou equivalente).	un.	4
336	SUPORTE PARA CAIXA 4X2 HORIZONTAL (Legrand Pial Arteur ou equivalente).	un.	2
337	TAMPA P/ PETROLETE 1/2 - 3/4 P/ 2 POSTOS (Tramontina, Daisa ou equivalente).	un.	7
338	TAMPA P/PETRO 01/2 E 3/4 1 TOM RED (Tramontina, Daisa ou equivalente).	un.	200
339	TAMPA P/PETRO 01/2 E 3/4 3 SS (Tramontina, Daisa ou equivalente).	un.	143
340	TAMPA P/PETRO 1 CEGA (Tramontina, Daisa ou equivalente).	un.	31
341	TERM PRE ISOL PINO 10MM (Intelli ou equivalente).	un.	200
342	TERM PRE-ISOL OLHAL 16MM (Intelli ou equivalente).	un.	100
343	TERM. PRESSAO BOTINHA TA 25MM (Intelli ou equivalente).	un.	23
344	TERMINAL MC 16MM BOTINHA (Intelli ou equivalente).	un.	120
345	TERMINAL MC 35MM BOTINHA (Intelli ou equivalente).	un.	22
346	TERMINAL MC 50MM BOTINHA (Intelli ou equivalente).	un.	22
347	TERMINAL PRE ISOL TPP GARFO 4 A 6MM (Intelli ou equivalente).	un.	200
348	TERMINAL PRE ISOL TPP OLHAL 4 A 6MM (Intelli ou equivalente).	un.	300
349	TERMINAL PRE ISOL TPP OLHAL 70MM (Intelli ou equivalente).	un.	11
350	TERMINAL PRE ISOL TPP PINO 4 A 6MM (Intelli ou equivalente).	un.	500
351	TERMINAL PRE ISOL TPP PINO 70MM (Intelli ou equivalente).	un.	11
352	TOM. RED . C/ HASTE 2P+T PB S/PLACA PT 10A (Weg, Tramontina ou equivalente).	un.	1600
353	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	un.	300
354	TRANSISTOR BC 337	un.	5
355	TRANSISTOR IRF 540N	un.	6
356	TRANSFORMADOR DIMERIZAVEL PARA LAMPADA DICROICA 12V 50W 220V	un.	20
357	TRILHO DIN GALVANIZADO	un.	6,2
358	TUBO ELETRODUTO PVC ANTI-CH 3/4 PRETO (Tigre ou equivalente).	un.	11

359	TUBO GALV. ELETROL 1 POL LEVE (Perfil Lider ou equivalente).	un.	60
360	UNIDUT RETO 1 POL (C-PB) CONECTOR NV (Wetzel ou equivalente).	un.	60
361	UNIDUT RETO 3/4 POL (C-PB) CONECTOR (Wetzel ou equivalente).	un.	240
362	VENTOINHA/COOLER 08CM COM ROLAMENTO 12V (RONTEK ou equivalente).	un.	20

9.2.5.3 Para o fornecimento de peças, materiais, componentes e equipamentos para execução dos serviços solicitados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA será paga pelo valor por unidade utilizado em cada ordem de serviço. O valor por unidade a ser pago será o valor unitário pactuado na Planilha de Custos e Formação de Preços (1771456) aba Materiais acrescidos do BDI de acordo com o limite máximo do terceiro quartil constante nas páginas nº 1 e 2 do Acórdão do TCU nº 2622/2013 – Plenário (1370423) não podendo exceder o valor total de BDI no valor de 16,80% (dezesesseis vírgula oitenta por cento).

9.2.6 A CONTRATADA deverá, além de colocar sob sua guarda, receber no início da vigência do contrato, todos os materiais que vinham sendo utilizados pela antiga CONTRATADA que estão em posse do almoxarifado da Coordenação Geral de Engenharia, após sua listagem e devidas conferências para sua posterior aplicação, sem custo para o CONTRATANTE.

9.2.6.1 A CONTRATADA deverá utilizar os materiais relatados no item anterior nas Ordens de Serviços demandadas pela CONTRATANTE. Os materiais oriundos da transferência de almoxarifado não serão pagos à CONTRATADA. A CONTRATADA deve prestar contas à Fiscalização do Contrato da utilização deste material até o seu término.

9.2.7 Desde que solicitada pela CONTRATADA, os preços dos materiais Planilha de Custos e Formação de Preços (1771456) aba Materiais poderão ser reajustados anualmente, de acordo com a legislação em vigor, Decreto nº 1.054, de 7/2/1994, alterado pelo Decreto nº 1.110 de 10/4/1994 e Lei nº 10.192, de 14/2/2001, ou em conformidade com outra norma que vier a ser editada pelo Poder Público, com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo – medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ocorrida no período.

9.2.8 Os valores unitários dos combustíveis, estimados na Planilha de Custos e Formação de Preços (1771456) aba (VIII) combustíveis, serão ressarcidos mediante apresentação de Nota Fiscal acrescida de BDI de acordo com o limite máximo do terceiro quartil constante nas páginas nº 1 e 2 do Acórdão do TCU nº 2622/2013 – Plenário (1370423) não podendo exceder o valor total de BDI no valor de 16,80% (dezesesseis vírgula oitenta por cento) conforme os preços praticados no Distrito Federal, tendo por base o último levantamento de preços do mês anterior, publicado pela Agência Nacional do Petróleo –ANP, site: https://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Por_Estado_Municipio.asp e a quantidade não deverá exceder as quantidades estimadas na Planilha de Custos e Formação de Preços (1771456) aba (VIII) Combustíveis, exceto quando devidamente autorizado pela CONTRATANTE.

9.2.8.1 A indisponibilidade do IPCA ou ANP implicará na sua substituição por outro índice de mesma relevância no mercado, até a data que sua substituição ocorra.

9.2.9 Quando o resultado da variação do IPCA ou ANP se apresentar negativo, os valores acordados serão objeto de negociação, visando a sua redução.

9.2.10 Os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência deste Contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

9.2.11 A CONTRATADA, para os itens não listados na Planilha de Custos e Formação de Preços (1771456) aba Materiais e que não constem na tabela SINAPI (não desonerada), deverá realizar pesquisa de mercado, apresentando pelo menos três orçamentos válidos, com CNPJ do fornecedor, validade da proposta e condições de entrega e indicar o orçamento com o menor preço por produto, para aprovação da Fiscalização do Contrato e posterior compra. Tais materiais serão ressarcidos mediante apresentação de Nota Fiscal acrescida de BDI de acordo com o limite máximo do terceiro quartil constante nas páginas nº 1 e 2 do Acórdão do TCU nº 2622/2013 – Plenário (1370423) não podendo exceder o valor total de BDI no valor de 16,80% (dezesesseis vírgula oitenta por cento).

9.2.11.1 Caso o material não seja encontrado no mercado local, Brasília - DF, o valor orçado do material deve ser o valor do material entregue na praça de Brasília - DF.

9.2.11.2 A CONTRATADA deve fornecer uma justificativa informando que o material não é vendido no mercado local, Brasília - DF.

9.2.11.3 A Fiscalização do Contrato deve verificar se tal material realmente não é vendido no mercado local, Brasília - DF, e em caso positivo, autorizar a compra do material fora do Distrito Federal pagando à CONTRATADA o valor do material entregue em Brasília - DF.

9.2.12 Caso a Fiscalização do Contrato discorde do menor preço obtido pela CONTRATADA, realizará uma pesquisa no mercado em busca de preços menores para os mesmos itens. Encontrando, dará conhecimento à CONTRATADA para que a mesma forneça, de imediato, e pelo menor preço encontrado pela Fiscalização do Contrato, os materiais, peças, componentes e equipamentos necessários.

9.2.13 A compra deverá ser do item de menor valor de cada orçamento, na condição de preço à vista. Caso a CONTRATADA obtenha algum desconto no orçamento de menor preço, deverá repassá-lo à CONTRATANTE.

9.2.13.1 A comparação deve levar em conta o valor orçado do material no mercado local e o valor orçado do material entregue em Brasília - DF quando orçado fora do mercado local.

9.2.14 Para o pagamento dos gastos com materiais, peças, componentes e equipamentos aplicados nos serviços solicitados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar além das Ordens de Serviços contendo o material utilizado em cada uma delas a Planilha de Utilização de Material confeccionada pela mesma e aprovada pela Fiscalização do Contrato onde a Fiscalização do Contrato atesta a aplicação do material. Nos casos de materiais não listados na Planilha de Custos e Formação de Preços (1771456) aba Materiais, deverá apresentar as notas fiscais das compras dos materiais, peças, componentes e equipamentos utilizados, bem como os respectivos orçamentos com a anuência da Fiscalização do Contrato. O valor a ser pago será a soma de todo material utilizado, deduzindo-se eventuais descontos e acréscimos do BDI de acordo com o limite máximo do terceiro quartil constante nas páginas nº 1 e 2 do Acórdão do TCU nº 2622/2013 – Plenário (1370423) não podendo exceder o valor total de BDI no valor de 16,80% (dezesesseis vírgula oitenta por cento).

9.2.15 A CONTRATANTE deverá cotar o valor individual dos materiais listados no item 9.2.5.2 acima e Planilha de Custos e Formação de Preços (1771456) aba Materiais, incluindo valor do BDI de acordo com o limite máximo do terceiro quartil constante nas páginas nº 1 e 2 do Acórdão do TCU nº 2622/2013 – Plenário (1370423) não podendo exceder o valor total de BDI no valor de 16,80% (dezesesseis vírgula oitenta por cento), o

somatório do valor dos itens será utilizado para fins de empenho de dotação orçamentária destinada ao pagamento à CONTRATADA dos gastos com os materiais listados ou não na Planilha de Custos e Formação de Preços e que não constem na tabela SINAPI nos serviços solicitados pela CONTRATANTE.

9.2.16 O valor de **R\$ 64.300,00 (sessenta e quatro mil e trezentos reais)** mensal é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de materiais e combustíveis efetivamente utilizados nos serviços prestados [Item 03 da Planilha de Custos e Formação de Preços, aba (I) Resumo] não será um valor fixo a ser faturado mensalmente. Só será faturado o gasto efetivamente ocorrido em cada mês. Esse valor variará para mais ou para menos, ficando o gasto restrito ao total da dotação orçamentária de cada período de vigência contratual.

9.2.17 O pagamento do material fornecido pela empresa sofrerá a retenção dos impostos federais, nos termos da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004. O DARF referente ao valor retido poderá ser solicitado à CONTRATANTE, para fins de compensação de impostos pela CONTRATADA junto ao Fisco.

9.2.18 A CONTRATANTE deverá cotar o valor de **R\$ 4.715,16 (quatro mil, setecentos e quinze reais e dezesseis centavos)** mensais, para fins de empenho de dotação orçamentária destinada ao pagamento à CONTRATADA com serviços subcontratados de profissional/empresa especializada na forma temporária num determinado projeto/serviço desde que sejam serviços específicos que utilizem software, mão de obra e/ou equipamentos de propriedade exclusiva do fabricante ou casos esporádicos autorizados pela Fiscalização do Contrato [Item 02 da Planilha de Custos e Formação de Preços, aba (I) Resumo]. O valor destacado para Serviços Eventuais não será objeto de disputa na fase de lances, devendo ser cotado o valor integral e compor o valor da contratação. Tais serviços serão ressarcidos mediante apresentação de Nota Fiscal acrescida de BDI de acordo com o limite máximo do terceiro quartil constante nas páginas nº 1 e 2 do Acórdão do TCU nº 2622/2013 – Plenário ([1370423](#)) não podendo exceder o valor total de BDI no valor de 16,80% (dezesseis vírgula oitenta por cento).

9.2.19 O valor de **R\$ 4.715,16 (quatro mil, setecentos e quinze reais e dezesseis centavos)** não será um valor fixo a ser faturado mensalmente. Só será faturado o gasto, efetivamente, ocorrido em cada mês. Esse valor variará para mais ou para menos, ficando seu gasto restrito ao total da dotação orçamentária de cada período de vigência contratual.

9.3 Das ferramentas e equipamentos:

9.3.1 Manter, na Usina do Palácio do Planalto, o ferramental mínimo no quantitativo e especificação detalhada na Planilha de Custos e Formação de Preços ([1771456](#)) aba Ferramentas e abaixo relacionado, completando-os ou acrescentando, inclusive adquirindo outros não listados, sempre que se fizer necessário:

Ferramentas			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	Quantidade mínima estimada
1	Alicate amperímetro 600V, 0 - 1000A	Un.	1
2	Alicate amperímetro 600V, 0 - 400A	Un.	5
3	Alicate crimpador (RJ 11, 12 e 45)	Un.	2
4	Decibelímetro	Un.	1
5	Escada pequena	Un.	6
6	Escada média	Un.	2
7	Escada grande	Un.	2
8	lanterna de 12 led recarregável.	Un.	1
9	Fasímetro	Un.	1

10	Ferro de solda 40W	Un.	4
11	Ferro de solda 60W	Un.	2
12	Furadeira elétrica manual de impacto	Un.	6
13	Jogo de brocas, aço rápido, 1/16" a 1/2"	Un.	5
14	Jogo de chave Allen, milímetro 3 - 14 mm	Un.	2
15	Jogo de chave Allen, polegada 5/32 - 5/8	Un.	2
16	Jogo de chave canhão, milímetro 3 - 14 mm	Un.	2
17	Jogo de chave canhão, polegada 1/8 - 9/16	Un.	2
18	Jogo de chave combinada, milímetro	Un.	2
19	Jogo de chave combinada, polegada	Un.	2
20	Jogo de chave de estria, milímetro	Un.	2
21	Jogo de chave de estria, polegada	Un.	2
22	Jogo de chave soquete, encaixe, completo, milímetro e polegada	Un.	4
23	Luxímetro	Un.	1
24	Medidor de resistência de aterramento	Un.	1
25	Megômetro 10.000V(AC) / 2.000 Mohm analógico	Un.	1
26	Multímetro digital Multímetro AC/DC	Un.	8
27	Parafusadeira à bateria	Un.	2
28	Parafusadeira elétrica	Un.	2
29	Sugador de solda manual	Un.	2
30	Tacômetro digital	Un.	6
31	Testador de baterias	Un.	1
32	Alicate Hidráulico Prensa Terminais até 300mm²	Un.	2
33	Conjunto vara de manobra	Un.	1
34	Analizador de energia trifasico	Un.	1
35	Prensa terminal até 10 mm gedore	Un.	1
36	Termo visor	Un.	1
37	Osciloscópio	Un.	1
38	Estação de solda	Un.	1
39	Torquímetro	Un.	2

9.3.2 A CONTRATANTE deve solicitar à CONTRATADA que adquira outras ferramentas que por ventura sejam necessárias para uma realização adequada dos serviços do Contrato. A CONTRATADA deve prover a compra destas ferramentas adicionais em até 3 (três) dias úteis. Caso seja uma ferramenta muito específica ou de pouca utilização a CONTRATADA, se preferir, deve efetuar sua locação. Tais casos não trarão ônus à CONTRATANTE.

9.3.3 Colocar à disposição dos empregados, no mínimo, 39 (trinta e nove) bolsas/malas/maletas de ferramentas com cadeado, para guarda e transporte de ferramentas, contendo cada uma, no mínimo, o ferramental abaixo relacionado, complementando-as ou adquirindo outras não listadas, sempre que os serviços exigirem:

Ferramentas individuais			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	Quantidade estimada em cada maleta
1	Alicate bico chato, cabo isolado 6"	Un.	1
2	Alicate corte diagonal cabo isolado 6"	Un.	1
3	Alicate Universal, cabo isolado 8"	Un.	1
4	Arco de serra	Un.	1
5	Chave de fenda 1/4" x 8"	Un.	1

6	Chave de fenda 5/16" x 10"	Un.	1
7	Chave de fenda, 1/8" x 5"	Un.	1
8	Chave de fenda, 3/16" x 6"	Un.	1
9	Chave de fenda, cotolo, 3/16" x 1 1/2"	Un.	1
10	Chave inglesa 10"	Un.	1
11	Chave inglesa 6"	Un.	1
12	Chave philips, 3/16 x 4"	Un.	1
13	Chave de teste de tensão	Un.	1
14	Lima meia cana	Un.	1
15	Lima retangular, bastarda, 6"	Un.	1
16	Bolsa para ferramentas	Un.	1
17	Martelo bola 300g	Un.	1
18	Trena com 20m	Un.	1

9.3.4 Além das ferramentas e equipamentos listados acima, a CONTRATADA deverá providenciar, quando necessário, toda e qualquer outra ferramenta, máquina e equipamento indispensáveis à perfeita execução dos serviços, objetivando melhor qualidade com menor tempo de trabalho, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

9.3.5 Todas as ferramentas/equipamentos deverão ser novos, sem uso.

9.4 Dos equipamentos de proteção individual e uniforme:

9.4.1 A CONTRATADA deverá promover todas medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer todos os equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários, tais como óculos, luvas, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares e etc. descritos na Planilha de Custos e Formação de Preços ([1771456](#)) aba EPI's deste Termo de Referência, dentre outros necessários aos serviços, fiscalizando e exigindo que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;

9.4.2 Todos os empregados deverão exercer seus ofícios devidamente uniformizados (calça e camisa), inclusive calçados, com logotipo da empresa. A CONTRATADA deverá exigir dos seus empregados asseio diário de seus uniformes e ótima apresentação pessoal, não se admitindo, sob hipótese nenhuma, uniformes e calçados sujos, manchados e/ou desgastados;

9.4.3 A inobservância do item anterior ensejará na imediata dispensa do empregado, bem como o registro de sua falta e posterior glosa na fatura da CONTRATADA. Em caso de reincidência, o empregado deverá ser substituído;

9.4.4 Cada empregado que faz jus ao uso de uniforme deverá receber semestralmente ou antes, se necessário, 3 (três) camisas, 2 (dois) calças e 2 (dois) pares de botas meio cano de couro macio e solado de borracha vulcanizado conforme descritos na Planilha de Custos e Formação de Preços ([1771456](#)) deste Termo de Referência ou outros específicos para as atividades que exerçam conforme suas respectivas CCT's.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1 Serviços continuados de operação e periódicos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva nos sistemas de energia elétrica de baixa, média e alta tensão, com seus respectivos sistemas de controle e proteção, sistemas de fornecimento próprio de energia elétrica ininterrupta, sistemas de geração própria de energia elétrica de emergência, redes

estabilizadas, instalações e circuitos elétricos com controle, proteção, supervisão e automação, subestações, bancos de capacitores, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, sistemas de aterramento, máquinas e equipamentos elétricos, eletroeletrônicos, eletromecânicos e eletrodomésticos, bem como modificação, adequação e ampliação das instalações elétricas internas e externas das edificações do Complexo da Presidência da República.

10.1.2 A CONTRATADA deve fornecer profissionais especializados, materiais, componentes, ferramentas, máquinas e equipamentos necessários para a execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

10.1.3 A CONTRATADA deve manter as instalações elétricas, internas e externas, de forma a garantir suas funcionalidades, com o propósito de assegurar um funcionamento perfeito e duradouro, o que influencia diretamente no desempenho e na produtividade das atividades públicas.

10.2 O quadro abaixo mostra o número estimado dos principais equipamentos e instalações elétricas diversas existentes/instalados nas principais edificações do Complexo da Presidência da República. Esse número de equipamentos deverá ser considerado para fins de elaboração e dimensionamento da proposta.

Principais equipamentos				
QTD	UNIDADE	PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS	LOCAL	DESCRIÇÃO
4	un.	motogeradores a diesel, potência nominal de 1250KVA 1000KW, 380V, marca CUMMINS POWER GENERATION, modelo DFHD, alternadores marca CUMMINS modelo HC6K, com sistema de controle microprocessado Power Comand 3100, dotados de sistema de arrefecimento	PALÁCIO DO PLANALTO	
4	un.	SISTEMA E CONTROLE MICROPROCESSADO POWER COMAND 3100	PALÁCIO DO PLANALTO	
2	un.	NOBREAK 80KVA CHLORIDE MODELO: MP-NET	PALÁCIO DO PLANALTO - SALA OESTE	
2	un.	NOBREAK 60KVA CHLORIDE MODELO: MP-NET	PALÁCIO DO PLANALTO - SALA OESTE	
2	un.	NOBREAK 80KVA CHLORIDE MODELO: MP-NET	PALÁCIO DO PLANALTO - SALA LESTE	
2	un.	NOBREAK 60KVA CHLORIDE MODELO: MP-NET	PALÁCIO DO PLANALTO - SALA LESTE	
1	un.	NOBREAK 40KVA C/ BANCO DE BATERIAS CHLORIDE MODELO: MP-NET	PALÁCIO DO PLANALTO - 3º ANDAR	
1	un.	NOBREAK 220V SCHNEIDER APC, MODELO SURT 10000 XLI	PALÁCIO DO PLANALTO - 3º ANDAR	
1	un.	BANCO DE CAPACITORES SCHNEIDER 380V 260KVA 10 ESTÁGIOS	PALÁCIO DO PLANALTO	ILUMINAÇÃO E TOMADAS
1	un.	BANCO DE CAPACITORES SCHNEIDER 380V 247KVA 10 ESTÁGIOS	PALÁCIO DO PLANALTO	AR CONDICIONADOS
1	un.	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	PALÁCIO DO PLANALTO	
70	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO IP 54	PALÁCIO DO PLANALTO	SUBESTAÇÃO CEB AO BGE - 4800A

2	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO VENTILADO IP31	PALÁCIO DO PLANALTO	BGE AO PSSN - 4300A
8	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO VENTILADO IP31	PALÁCIO DO PLANALTO	BGE AO QDAC - 2000A
2,32	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO VENTILADO IP31	PALÁCIO DO PLANALTO	PSSN AO QDGE - 4300A
2,68	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO VENTILADO IP31	PALÁCIO DO PLANALTO	PAINEL DE PARALELISMO AO PSSN - 4300A
6	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO VENTILADO IP31	PALÁCIO DO PLANALTO	PAINEL DE PARALELISMO AO PSSA - 1000A
150	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO VENTILADO IP31	PALÁCIO DO PLANALTO	QDFE AO QDG-LESTE - 2000A
190	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO VENTILADO IP31	PALÁCIO DO PLANALTO	QDFE AO QDG-OESTE - 2350A
150	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO VENTILADO IP31	PALÁCIO DO PLANALTO	QDGAC AO QDGAC-LESTE - 1250A
190	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO VENTILADO IP31	PALÁCIO DO PLANALTO	QDGAC AO QDGAC-OESTE - 1500A
	un.	CAPACITOR TIPO FRANKLIN	PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
18	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
	un.	CORDALHA DE DESCIDA	PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
84	un.	CANHÕES DE LED SLIM MINI 7X15W RGBWA MKP-7010	PALÁCIO DO PLANALTO - MONUMENTO	ILUMINAÇÃO COLORIDA DO MONUMENTO
28	un.	REFLETORES LED PAR 64 RGB IP 65	PALÁCIO DO PLANALTO - MONUMENTO	ILUMINAÇÃO COLORIDA DO MONUMENTO
8	un.	AMPLIFICADORES TIPO SPLITTERS HI1 CENT 4 SAÍDA MPL S03 H	PALÁCIO DO PLANALTO - MONUMENTO	ILUMINAÇÃO COLORIDA DO MONUMENTO
1	un.	MESA DMX 512 KLIGHT ES-192	PALÁCIO DO PLANALTO - MONUMENTO	ILUMINAÇÃO COLORIDA DO MONUMENTO
1	un.	BANCO AUTOMATICO DE CAPACITORES TRICAP 250KVA 10 ESTAGIOS	ANEXOS PALÁCIO DO PLANALTO	
1	un.	FUSIVEL 400A SIEMENS	ANEXOS PALÁCIO DO PLANALTO	
1	un.	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	ANEXOS PALÁCIO DO PLANALTO	
24	un.	LÂMPADAS DE SINALIZAÇÃO	HELIPONTO	
16	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	ANEXO I PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
	un.	CAPACITOR TIPO FRANKLIN	ANEXO I PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
16	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	ANEXO II PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
	un.	CAPACITOR TIPO FRANKLIN	ANEXO II PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
16	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	ANEXO III PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
	un.	CAPACITOR TIPO FRANKLIN	ANEXO III PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
9	un.	HASTE DE ATERRAMENTO TIPO GAIOLA FARADAY	ANEXO IV PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
1	un.	GERADOR DIESEL 500KVA 380V MOTOR SCANIA, COM ALTERNADOR WEG, QUADRO DE COMANDO,	PALÁCIO DO PLANALTO	GARAGENS E OFICINAS

		CONTROLADORA COMAP MODELO INTELILITE AMF25		
1	un.	TANQUE DE COMBUSTIVEL 300L	PALÁCIO DO PLANALTO	GARAGENS E OFICINAS
1	un.	GERADOR DIESEL 500KVA 380V MARCA CUMMINS COM QUADRO DE COMANDO E CONTROLADORA POWER COMMAND	PALÁCIO DO PLANALTO	SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL
1	un.	TANQUE DE COMBUSTIVEL 500L	PALÁCIO DO PLANALTO	SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL
1	un.	NOBREAK 100KVA LACERDA COM BANCO DE BATERIAS	PALÁCIO DO PLANALTO	SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL
1	un.	BANCO DE CAPACITORES TRICAP 15KVAR DE 5 ESTAGIOS 380V	PALÁCIO DO PLANALTO	GARAGENS, OFICINAS E SPR
1	un.	BANCO DE CAPACITORES TRICAP 15KVAR DE 3 ESTAGIOS 380V	PALÁCIO DO PLANALTO	CECAD
1	un.	TRANSFORMADOR 200KVA 13800/380V, CHAVE SELETORA EM MÉDIA TENSÃO E DISJUNTOR BAIXA TENSÃO SIEMENS MODELO 3AE1282-2 1250A	PALÁCIO DO PLANALTO	SUBESTAÇÃO TRANSFORMADOR PARA AS GARAGENS E OFICINAS.
1	un.	TRANSFORMADOR 1000KVA 13800/380V COM CHAVE SELETORA	PALÁCIO DO PLANALTO	GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
1	un.	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	PALÁCIO DO PLANALTO	GARAGENS, OFICINAS E SPR
242	m	REDE DE DISTRIBUIÇÃO SUBTERRANEA DE BAIXA TENSÃO 380V	PALÁCIO DO PLANALTO	GARAGENS, OFICINAS E SPR
13	un.	HASTE DE ATERRAMENTO TIPO GAIOLA DE FARADAY	PALÁCIO DO PLANALTO	COENGE
	un.	CAPACITOR TIPO FRANKLIN	PALÁCIO DO PLANALTO	COSEG
17	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	PALÁCIO DO PLANALTO	COTRAN
1	un.	ATENA TIPO FRANKLIN	PALÁCIO DO PLANALTO	COTRAN
4	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	PALÁCIO DO PLANALTO	GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL - GARAGEM
1	un.	CAPACITOR TIPO FRANKLIN	PALÁCIO DO PLANALTO	GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL - GARAGEM
3	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	PALÁCIO DO PLANALTO	GUARDA
3	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	PALÁCIO DO PLANALTO	PAVILHÃO COMANDO
5	un.	CAPACITOR TIPO FRANKLIN	PALÁCIO DO PLANALTO	PAVILHÃO COMANDO
3	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	PALÁCIO DO PLANALTO	PAVILHÃO LOGÍSTICA
1	un.	CAPACITOR TIPO FRANKLIN	PALÁCIO DO PLANALTO	PAVILHÃO LOGÍSTICA
2	un.	GERADOR DIESEL 750KVA 440V, MOTOR PERKINS, GERADOR GENERAC, ACIONADOR AUTOMATICO ComAp MODELO INTELIMAINS, COM SISTEMA DE ARREFECIMENTO E PRÉ-AQUECIMENTO	PALÁCIO DA ALVORADA	
2	un.	TANQUE COMBUSTIVEL 800L (PARA O GERADOR - UNDIVIDUAL)	PALÁCIO DA ALVORADA	
1	un.	RESERVATÓRIO 6000L (PARA OS GERADORES - EM COMUM)	PALÁCIO DA ALVORADA	

2	un.	TRANSFORMADOR ELEVADOR, ISOLAMENTO A SECO 1000KVA 440V/1380V, COMANDO AUTOMATICO MARCA COMAP MODELO INTELIMAIS	PALÁCIO DA ALVORADA	
2	un.	RELE DE PROTEÇÃO MARCA ABB SÉRIE 615	PALÁCIO DA ALVORADA	
1	un.	TRANSFORMADOR REBAIXADOR, ISOLAMENTO A SECO 75KVA 13800V/380V	PALÁCIO DA ALVORADA	
5	un.	CUBÍCULO DE MÉDIA Tensão 13,8kv MOLA SIMPLES MARCA ABB MODELO UNISEC, ISOLAMENTO A GÁS HEXAFLUORETO DE ENXOFRE - SF6, 17,5KV, CORRENTE NOMINAL DE 630A E CORRENTE DE CURTO DE 20KV.	PALÁCIO DA ALVORADA	
5	un.	CUBÍCULO DE MÉDIA Tensão 13,8kv MOLA DUPLA MARCA ABB MODELO UNISEC, ISOLAMENTO A GÁS HEXAFLUORETO DE ENXOFRE - SF6, 17,5KV, CORRENTE NOMINAL DE 630A E CORRENTE DE CURTO DE 20KV.	PALÁCIO DA ALVORADA	
2	un.	CUBÍCULO DE MÉDIA Tensão 13,8kv DE TRANSIÇÃO MARCA ABB MODELO UNISEC, ISOLAMENTO A GÁS HEXAFLUORETO DE ENXOFRE - SF6, 17,5KV, CORRENTE NOMINAL DE 630A E CORRENTE DE CURTO DE 20KV.	PALÁCIO DA ALVORADA	
1	un.	TRANSFORMADOR REBAIXADOR, 13800V/380V 150KVA ISOLAMENTO A ÓLEO	PALÁCIO DA ALVORADA	ALIMENTAÇÃO CASA DE BOMBAS
2	un.	TRANSFORMADO REBAIXADOR 13800V/380V 500KVA MARCA ABB SÉRIE 615, ISOLAMENTO A SECO, COM RELE DE PROTEÇÃO	PALÁCIO DA ALVORADA	ALIMENTAÇÃO PALÁCIO DA ALVORADA
10	un.	LÂMPADA DE SINALIZAÇÃO	PALÁCIO DA ALVORADA	HELIPONTO
1	un.	BANCO DE FUSÍVEIS MARCA NEWTECH, TENSÃO NOMINAL 380/220V, CORRENTE NOMINAL 1800A	PALÁCIO DA ALVORADA	PROTEÇÃO DE LINHA DE TRANSMISSÃO SUBTERRÂNEA
1	un.	PROTETOR DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA SUBTERRÂNEA VENTILADO MARCA FUTURA MODELO SMART NETPRO 1600, TENSÃO NOMINAL 380/220V, CORRENTE NOMINAL 1600A, CORRENTE DE CURTO 30KA	PALÁCIO DA ALVORADA	
1	un.	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	PALÁCIO DA ALVORADA	
386	m	REDE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SUBTERRÂNEAS DE BAIXA TENSÃO 380V E MÉDIA TENSÃO 13800V	PALÁCIO DA ALVORADA	
1	un.	SPDA, GAIOLA DE FARADAY COM 20 HASTES DE ATERRAMENTO	PALÁCIO DA ALVORADA	
198	un.	ESTAÇÃO DE CONTROLE AUTOMATICO ABERTURA/FECHAMENTO VÁLCULA HIDRÁULICAS, MARCA HUNTER, MODELO ACC-99D.	PALÁCIO DA ALVORADA	DECODIFICADOR DISPONÍVEIS 1, 2, 4 E 6. PROGRAMÁVEL NO CAMPO 0 ICD-HP. COMUNICAÇÃO BIDIRECIONAL. COM SOLAR SYNC.
1	un.	GERADOR DIESEL 302KVA 380/220V, MARCA CUMMINS. COM QUADRO DE COMANDO, SISTEMA	PALÁCIO DO JABURU	

		ARREFECIMENTO E PRE-AQUECIMENTO		
1	un.	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	PALÁCIO DO JABURU	
500	m	REDE DE DISTRIBUIÇÃO SUBTERRANEA DE BAIXA TENSÃO 380V	PALÁCIO DO JABURU	
3	un.	CAPACITOR TIPO FRANKLIN	PALÁCIO DO JABURU	SPDA
4	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	PALÁCIO DO JABURU	SPDA
1	un.	GERADOR DIESEL 170KVA 380/220V, MOTOR MWM, QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA, USCA E ATUADOR ELETRÔNICO, SISTEMA DE ARREFECIMENTO E PRE-AQUECIMENTO	GRANJA DO TORTO	
1	un.	GERADOR DIESEL 260KVA 380/220V, MARCA CUMMINS, MODELO 1260 DGFM-12, ALTERNADOR LAF, USCA, SISTEMA DE ARREFECIMENTO E PRE-AQUECIMENTO	GRANJA DO TORTO	
1	un.	NOBREAK 10KVA IN:380 OUT:220V MARCA CP ELETRÔNICA, MODELO TOP 24100, COM 24 BATERIAS NO BANCO DE BATERIAS	GRANJA DO TORTO	
39	un.	LÂMPADA DE SINALIZAÇÃO	GRANJA DO TORTO	HELIPONTO1
1	un.	BANCO DE CAPACITORES 50 KVAR COM 5 ESTÁGIOS	GRANJA DO TORTO	
1	un.	BANCO DE CAPACITORES 30 KVAR COM 1 ESTÁGIO	GRANJA DO TORTO	
1580	m	REDE DE DISTRIBUIÇÃO SUBTERRANEA DE BAIXA TENSÃO 380V	GRANJA DO TORTO	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK, POTENCIA 1.3 KVA, AUTONOMIA DE ATE 60 MINUTOS Marca: SMS Modelo: 115-USB Série: 272240001521	PALÁCIO DA ALVORADA	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK, POTENCIA 1.3 KVA, AUTONOMIA DE ATE 60 MINUTOS Marca: SMS Modelo: 115-USB Série: 272240001515	PALÁCIO DA ALVORADA	
1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA, BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER Modelo: SINUS II Série: 278360010792	PALÁCIO DA ALVORADA	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK 10,0 KVA Marca: TOP Modelo: TOP-24100 Série: 0433002	RESIDÊNCIA OFICIAL DO TORTO	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK POTENCIA 1.3KVA Marca: SMS Modelo: MANAGER NET3+	RESIDÊNCIA OFICIAL DO TORTO	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK 2.5 BIV/110 RMS Marca: SMS Série: 15805004 9586	RESIDÊNCIA OFICIAL DO TORTO	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK 2.5 BIV/110 RMS Marca: SMS Série: 15805004 9584	RESIDÊNCIA OFICIAL DO TORTO	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK 2200VA. Marca: POWER VISION Modelo: PV2200BIFIX Série: 277140008464	RESIDÊNCIA OFICIAL DO TORTO	
1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA, BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER	COORDENAÇÃO DO CENTRO DE	

		Modelo: SINUS II Série: 278360010806	CAPACITAÇÃO E DESEN	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK , POTENCIA 1.3 KVA, AUTONOMIA DE ATE 60 MINUTOS Marca: SMS Modelo: 115-USB Série: 272240001516	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITEC- COSIT	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK , POTENCIA 1.3 KVA, AUTONOMIA DE ATE 60 MINUTOS Marca: SMS Modelo: 115-USB Série: 272240001537	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITEC- COSIT	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK , POTENCIA 1.3 KVA, AUTONOMIA DE ATE 60 MINUTOS Marca: SMS Modelo: 115-USB Série: 272240001519	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITEC- COSIT	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK POTENCIA 1.3KVA Marca: SMS Modelo: MANAGER NET3+	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITEC- COSIT	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK DE 1.000VA 220V. Marca: RAGTECH Modelo: IFD 1400 Série: 838073700 39	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITEC- COSIT	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK PORTAS USB, ENTRADA E SAIDA PARA FAX MODEM Marca: ENERMAX Modelo: PQ II 2500	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITEC- COSIT	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK PORTAS USB, ENTRADA E SAIDA PARA FAX MODEM Marca: ENERMAX Modelo: PQ II 2500	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITEC- COSIT	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK 5,5 KVA, TENSÃO DE ENTRADA BIVOLT 115/220V, TENSÃO DE SAIDA, 115V, 06 TOMADAS Marca: ENERMAX Modelo: POWER GUARD	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITEC- COTER	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK Marca: KVA Série: 148.267	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITEC- COTER	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK Marca: KVA Série: 148.255	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITEC- COTER	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK 2200VA. Marca: POWER VISION Modelo: PV2200BIFIX Série: 277140008181	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITEC- COTER	
1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA, BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER Modelo: SINUS II Série: 278360010783	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITEC- COTER	
1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA, BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER Modelo: SINUS II Série: 278360010807	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITEC- COTER	
1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA, BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER Modelo: SINUS II Série: 278360010784	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITEC- COTER	
1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA, BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER Modelo: SINUS II Série: 278360010793	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITEC- COTER	
1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA, BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER Modelo: SINUS II Série: 278360010799	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITEC- COTER	
1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA, BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER Modelo: SINUS II Série: 27836001078	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITEC- COTER	
1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA,	DIRETORIA DE	

		BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER Modelo: SINUS II Série: 278360010787	TECNOLOGIA/DITEC- COTER	
1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA, BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER Modelo: SINUS II Série: 278360010795	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITEC- COTER	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK DE 2.2 KVA Marca: SMS Série: 27714000 6191	DIRETORIA DE TECNOLOGIA - DITEC/LABORATÓRIO	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK TBL 10000VA E220 S FNT FFNT ISO BI Marca: LACERDA Série: 00026704	SPR/GSI	
1	un.	NO BREAK . UPS SAI 90/125KVA E/S 380/220V. Marca: LACERDA Modelo: SAI 125KVA	SPR/GSI	

10.3 As quantidades, especificações, tipos e modelos dos equipamentos podem sofrer alterações, novos equipamentos podem ser adquiridos, equipamentos podem ser descontinuados, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

11. UNIFORMES

11.1 Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

11.2 Todos os empregados deverão exercer seus ofícios devidamente uniformizados (calça e camisa), inclusive calçados, com logotipo da empresa. A CONTRATADA deverá exigir dos seus empregados asseio diário de seus uniformes e ótima apresentação pessoal, não se admitindo, sob hipótese nenhuma, roupas e calçados sujos, manchados e/ou desgastados.

11.3 A inobservância do item anterior ensejará na imediata dispensa do empregado, bem como no registro de sua falta e posterior glosa na fatura da CONTRATADA. Em caso de reincidência, o empregado deverá ser substituído.

11.4 Cada empregado deverá receber semestralmente ou antes (ou ainda a qualquer época, após comunicação escrita da CONTRATADA, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação), se necessário, 3 (três) camisas, 2 (dois) calças e 2 (dois) pares de botas meio cano de couro macio e solado de borracha vulcanizado conforme descritos na Planilha de Custos e Formação de Preços ([1771456](#)) deste Termo de Referência ou outros específicos para as atividades que exerçam conforme suas respectivas CCT's.

11.5 A CONTRATADA deve manter o seu pessoal, quando em horário de trabalho, ou ainda, nas dependências da CONTRATANTE, devidamente uniformizado (camisa, calça e calçado), identificado por crachá e providos dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, substituindo, imediatamente, todo e qualquer empregado seu ou preposto que seja julgado inconveniente à ordem ou às normas disciplinadoras da CONTRATANTE.

11.6 A CONTRATADA deverá tomar providências durante a realização dos serviços de forma a reduzir impactos na realização de suas atividades como por exemplo, solicitações prévias de autorização para serviços eventuais, fornecimento de cronogramas, avisos, sinalizações aos usuários, identificação por uniforme e crachá dos seus empregados.

11.7 A CONTRATANTE deve colocar à disposição dos empregados da CONTRATADA, local para guarda de ferramentas, troca e guarda de uniformes, necessários ao bom desenvolvimento dos serviços.

11.8 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

11.8.1 Uniformes:

11.8.1.1 Camiseta gola polo em malha fria de algodão, com serigrafia (logomarca da empresa) no peito e costas;

11.8.1.2 Calça jeans, com dois bolsos frontais e dois bolsos traseiro;

11.8.1.3 Par de meias;

11.8.1.4 Japona (agasalho para frio);

11.8.2 Equipamentos de Proteção Individual:

11.8.2.1 Bota de Segurança com solado antiderrapante e sem biqueira de aço solado de poliuretano bidensidade antiderrapante. Certificado de Aprovação de EPI para eletricitista;

11.8.2.2 Capacete aba total, tipo I (NBR 8221), classe B (impactos e riscos elétricos), com jugular e carneira removível e ajustável;

11.8.2.3 Luva látex natural para limpeza pesada;

11.8.2.4 Luva de raspa de couro cano curto;

11.8.2.5 Óculos de Segurança de sobrepor incolor com proteção lateral e haste regulável;

11.8.2.6 Protetor Auricular tipo concha;

11.8.2.7 Protetor Auricular tipo plug de Silicone, 3 estágios, com cordão;

11.8.2.8 Camisa classe II composta de fibras, sendo 65% de modacrílico, 33% de aramidas e 2% de fibras antiestáticas, gramatura 220 g/m², gola social simples, fechamento primário com botões de melamina retardante de chamas, recobertos por pala do mesmo tecido, mangas compridas com carcela anatômica fechada e punho com fechamento em fita de arco e gancho retardante de chamas, bolsos, costura dupla com linha de meta-aramida em toda a peça conforme normas (ISO 11612, IEC 61482, NR 06 e NR 10);

11.8.2.9 Calça eletricitista classe II, com fechamento botão retardante a chama, braguilha botão com proteção, cós traseiro elástico de 40mm, 5 passantes, 2 bolsos frontais chapados, 2 bolsos traseiros chapados, com ou sem faixa refletiva, identificação do EPI, RISCO E ATPV bordados. Proteção contra fogo repentino e arco elétrico. Confeccionado com tecido retardante à chama, 100% ALGODÃO, 270 G/M² – 80Z, conforme normas (NFPA2112 e NFPA70E - NR10);

11.8.2.10 Luva de borracha isolante para baixa tensão, resistente a ozônio, tensão de par ensaio 2,5 KV (par);

11.8.2.11 Luva cobertura de raspa vaqueta;

11.8.2.12 Cinturão de segurança tipo paraquedista 4 pontos, fivela em aço, ajustes no suspensório, cintura e pernas;

11.8.2.13 Talabarte e cintos com absorvedor de energia com ganchos mosquetão em aço 55mm;

11.8.2.14 Kit protetor facial V-GARD 190 ARC ELET CL2.

11.9 O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

11.9.1 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

11.10 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela Fiscalização do Contrato.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.4 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

12.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições neste Termo de Referência;

12.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

12.7.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.7.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

12.7.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

12.7.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.8 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

12.8.1 A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

12.8.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

12.8.3 O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

12.9 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

12.10 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.11 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

12.12 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

12.13 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*As Built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

12.14 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.15 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12.16 Fornecer o combustível (óleo diesel S-10) necessário e com adequadas características ao funcionamento dos motores estacionários dos grupos geradores do Palácio da Alvorada num quantitativo estimado de 1.500 (um mil e quinhentos) litros de óleo diesel S-10 (média/ano), por meio de solicitação de fornecimento de combustível, feita por empregado da CONTRATADA ou servidor da Presidência da República, previamente cadastrados no banco de dados da Coordenação de Transportes - COTRAN, mediante apresentação de identificação funcional e digitação de senha no sistema específico da COTRAN para controles e registros futuros.

12.17 Fornecer crachá de identificação aos empregados da CONTRATADA, de uso obrigatório, para acesso às dependências da CONTRATANTE, que deverão ser devolvidos à Segurança, ao final do vínculo empregatício com o Contrato.

12.18 Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações da CONTRATANTE, desde que estejam devidamente credenciados, portando crachá de identificação e exclusivamente para execução dos serviços.

12.19 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA, mediante Preposto, relacionados com a execução dos serviços.

12.20 Colocar à disposição dos empregados da CONTRATADA, local para guarda de ferramentas, troca e guarda de uniformes, necessários ao bom desenvolvimento dos serviços.

12.21 Disponibilizar espaço físico para a CONTRATADA montar seu escritório e disponibilizar, se possível, linha telefônica restrita a chamadas internas.

12.22 A CONTRATANTE deve cobrar à CONTRATADA, as faltas de seus empregados que não tenham sido substituídos.

12.23 Observar todos os demais itens – anteriores e posteriores – deste Instrumento onde haja a definição/descrição de uma necessidade, uma responsabilidade, uma exigência e/ou uma condição para prestação do serviço que constitua obrigações à Contratante.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou pelo gestor, caso não haja fiscal designado, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.3 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração;

13.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.7 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.8 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

13.9 As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

13.9.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

13.9.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

13.9.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

13.9.4 declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

13.9.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

13.10 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

13.11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
3. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

13.12 Substituir, no prazo máximo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como qualquer tipo de falta, ausência legal e licenças, o empregado posto a serviço da CONTRATANTE, devendo identificar previamente o respectivo substituto à Fiscalização do Contrato;

13.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

13.13.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

13.14 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

13.15 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.15.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

13.16 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

13.17 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou pelo gestor, caso não haja fiscal designado, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.18 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

13.19 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.20 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.20.1 viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.20.2 viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.20.3 oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.21 Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

13.22 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.23 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

13.23.1 A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.23.2 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.23.2.1 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

13.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.25 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.26 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.27 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

13.28 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

13.28.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

13.29 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.30 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.31 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

13.32 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.33 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

13.34 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

13.35 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.36 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

13.37 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

13.38 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

13.39 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.40 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

13.40.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

13.40.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13.41 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT,

ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

13.41.1 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

13.41.2 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

13.41.3 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

13.42 Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006 e artigo 7º do Decreto n. 8.538/2015.

13.42.1 Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

13.42.2 Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

13.43 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

13.44 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

13.44.1 Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá instalar escritório, de acordo com a declaração apresentada para fins de habilitação, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

13.45 Atender às normas disciplinares e demais regulamentos em vigor nas dependências da CONTRATANTE, conforme Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017, e nas Portarias CGU 1.089/2018 e 57/2019, em especial, alinhando-se aos ditames do Programa de Integridade existente na Secretaria-Geral da Presidência da República e as normas de Segurança da Informação da Secretaria de Administração da Presidência da República, no que for aplicáveis, bem como as cláusulas constantes do Termo de Confidencialidade (Apêndice I deste Termo de Referência).

13.46 Ter sob vínculo empregatício, exclusivo, os seus empregados, estando em dia com seus encargos trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como o pagamento de adicional de periculosidade, ou insalubridade se o caso permitir.

13.47 Recolher em dia todos os impostos, taxas, emolumentos e encargos sociais incidentes sobre o objeto deste Termo.

13.48 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos às instalações ou bens, de propriedade da CONTRATANTE, dos servidores ou de terceiros, causados por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas

por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Termo e do Contrato que vier a ser assinado.

13.49 Implementar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre, em perfeita ordem, todas as dependências da CONTRATANTE, bem como não desviar o efetivo contratado para atividades diversas das que foi contratado.

13.50 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

13.51 Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente;
2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
4. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e
5. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção.

13.52 Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

13.53 Assessorar a Coordenação-Geral de Engenharia e Coordenação de Engenharia e Manutenção na elaboração e desenvolvimento dos projetos que envolvam instalações e equipamentos inerentes ao objeto deste Termo.

13.54 É de responsabilidade da CONTRATADA fornecer o combustível (óleo diesel S-500) necessário e com adequadas características ao funcionamento dos motores estacionários dos grupos geradores do Palácio do Planalto, Palácio do Jaburu, Granja do Torto, GSI, COTRAN/SPR e Caterpillar, além de outros que porventura venham a ser adquiridos, num quantitativo estimado de 3.000 (três mil) litros óleo diesel S-500 (média/ano).

13.54.1 O controle de utilização do combustível (óleo diesel S-500) deve ser enviado mensalmente à Fiscalização do Contrato para seu controle e aceite.

13.55 É de responsabilidade da CONTRATADA realizar o procedimento de circulação do combustível de todos os tanques de armazenamento dos motores estacionários dos grupos geradores da Presidência da República de acordo aos prazos e procedimentos definidos pela Fiscalização do Contrato.

13.56 A CONTRATADA deve, ao efetuar a troca de combustível do atual S-10 para S-500 dos motores estacionários dos grupos geradores do Palácio do Planalto, Palácio do Jaburu, Granja do Torto, GSI, COTRAN/SPR e Caterpillar, realizar uma limpeza cuidadosa dos equipamentos e, principalmente, a troca dos meios filtrantes.

13.57 Observar todos os demais itens – anteriores e posteriores – deste Instrumento onde haja a definição/descrição de uma necessidade, uma responsabilidade, uma exigência e/ou uma condição para prestação do serviço constituem obrigações da Contratada.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIO E COOPERATIVAS

14.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

14.1.1 É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

14.1.2 Quando na execução do Objeto deste Termo de Referência, se a mão-de-obra necessária não estiver contemplada no efetivo contrato, a CONTRATADA deverá subcontratar os serviços à profissional ou empresa especializada na atividade, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, exceto quanto ao gasto com peças.

14.1.3 A subcontratação de profissional/empresa especializada na forma temporária num determinado projeto/serviço só será permitida desde que sejam serviços específicos que utilizem software, mão de obra e/ou equipamentos de propriedade exclusiva do fabricante e casos esporádicos autorizados pela Fiscalização do Contrato.

14.2 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

14.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14.4 Não será admitida a participação de sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU.

14.5 É vedada a participação deste certame, empresas que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre

outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

16.3 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

V – Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

16.4 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

16.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.6 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.7 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

d.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.8 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

16.9 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

16.10 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7 acima deverão ser apresentados.

16.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficialar à Receita Federal do Brasil (RFB).

16.12 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficialar ao Ministério do Trabalho.

16.13 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

16.14 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

16.15 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

16.15.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.15.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

16.15.3. Fiscalização diária:

- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
- c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho

16.16 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

16.16.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

16.17 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.17.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

16.18 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

16.19 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Tabela deste Termo de Referência, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços,

devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.19.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.20 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.21 O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.22 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.23 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico ou pelo gestor, caso não haja fiscal técnico designado, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.24 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.25 O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.26 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.27 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.28 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.29 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.30 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.31 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições

de habilitação, ensinará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.32 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.32.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.32.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

16.32.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

16.33 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

16.34 A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.35 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16.36 O representante da Contratante deverá comunicar à Contratada por escrito, quanto à Política de Segurança da Informação da Secretaria Especial de Administração e suas normas complementares, para ciência e para que se responsabilize por todas as providências e deveres estabelecidos.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2 No prazo de até 10 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3 O recebimento provisório será realizado pelos fiscais técnico e administrativo após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços

realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

17.3.2 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2 Considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n.º 70.406, de 2002).

17.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser

corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.4.1 O prazo de validade;

18.4.2 A data da emissão;

18.4.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

18.4.4 O período de prestação dos serviços;

18.4.5 O valor a pagar; e

18.4.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.6.1 Não produziu os resultados acordados;

18.6.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.6.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

18.16.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

18.16.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

18.16.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

18.17 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

18.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação

financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

- **EM** = Encargos moratórios;
- **N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- **VP** = Valor da parcela a ser paga; e
- **I** = Índice (diário) de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) / 365	TX = Percentual da taxa anual = 6%	I = (6 / 100) / 365 I = 0,00016438
-----------------------	---	---

19. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

19.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

19.2 A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.2.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

19.3 A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

19.4 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

19.4.1 13º (décimo terceiro) salário;

19.4.2 Férias e um terço constitucional de férias;

19.4.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

19.4.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

19.4.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19.5 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

19.6 Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

19.7 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

19.8 A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

19.8.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

19.8.2 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

19.8.3 A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

19.9 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

20.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP Nº 5, de 2017.

20.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

20.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

20.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de

trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

20.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

20.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

20.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

20.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

20.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

20.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

20.7.1 Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

20.7.2 Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

20.7.3 Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

20.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

20.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

20.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

20.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

20.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de

Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

20.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo – medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ocorrida no período, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^o) / I^o$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

20.13.1 A mesma fórmula será utilizada para o reajustamento do Óleo Diesel S-500, constante na Planilha de Custos e Formação de Preços (1771456) aba (VIII) Combustíveis, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ocorrida no período.

20.13.2 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.13.3 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.13.4 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.13.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

20.13.6 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

20.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

20.14.1 A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

20.14.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

20.14.3 Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

20.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

20.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

20.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

20.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

20.19 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

21.1 A Contratada prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

21.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da data do recebimento da sua via do contrato assinada, a Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

21.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

21.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

21.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

21.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

21.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

21.4.2 Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

21.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

21.4.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

21.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

21.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

21.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

21.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

21.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

21.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

21.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

21.12 Será considerada extinta a garantia:

21.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

21.12.2 No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

21.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

21.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

21.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

21.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

21.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei n.º 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 22.1.1 não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 22.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 22.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 22.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou
- 22.1.5 cometer fraude fiscal.

22.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

22.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

22.2.2 Multa de:

22.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

22.2.2.2 2% (dois por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

22.2.2.3 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

22.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas CORRESPONDÊNCIA e INFRAÇÃO, abaixo; e

22.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

22.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

22.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

22.2.4.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência.

22.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.3 As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas CORRESPONDÊNCIA e INFRAÇÃO:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

22.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.14 As ocorrências bem como as penalidades resultantes serão formalizadas por meio de notificação, via Ofício.

23. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

23.1 Como critério de aceitabilidade de preços, serão considerados como máximos os preços estimados da planilha, tanto global quanto unitários, constante no subitem 1.1 deste Termo de Referência.

23.2 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

23.2.1 Considerando-se o disposto no inciso "b" do item 3.8 do Anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 e no art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e ainda levando-se em conta a natureza similar dos itens do grupo ora demandados, a adjudicação por item comprometeria a qualidade e efetividade dos resultados almejados pela Presidência da República. Portanto, para a pretensa contratação, não haverá o parcelamento do objeto, e sim o agrupamento de itens conforme discriminado na Tabela do subitem 1.1, tendo como critério de julgamento o menor preço por grupo, pois os serviços possuem interdependência em sua execução.

23.2.2 Tendo em vista também a Súmula 247 do TCU em que a regra geral é realizar a adjudicação por itens, cumpre ressaltar que o não parcelamento dos serviços justifica-se pela inviabilidade técnica e econômica decorrente da característica indivisível do objeto. Assim, o não parcelamento não restringirá o caráter competitivo do certame, muito menos irá gerar perda de economia de escala. Sendo assim, é necessário registrar que a natureza dos

serviços, objeto da presente contratação, requer a opção do critério de julgamento acima citado em razão do fator de economicidade gerado para a Administração, considerando-se que indubitavelmente ocorrerá uma eficiente execução e gestão contratual, em razão de ser efetuada a contratação de uma única empresa para a prestação dos serviços similares.

23.3 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23.4 Dos critérios de habilitação:

23.4.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

23.4.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

23.4.2.1 certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

23.4.2.1.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

23.4.2.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

23.4.2.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

23.4.2.2.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

23.4.2.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})}$$

$$SG = \frac{(\text{Ativo Total})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})}$$

$$LC = \frac{(\text{Ativo Circulante})}{(\text{Passivo Circulante})}$$

23.4.2.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

23.4.2.5 As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

23.4.2.5.1 Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66%

(dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

23.4.2.5.2 Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

23.4.2.5.3 Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo anexo do Edital, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Termo de Referência;

23.4.2.5.3.1 a declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social;

23.4.2.5.3.2 quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

23.4.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

23.4.3.1 Certidão de Registro da empresa no CREA, em plena validade, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação contendo, obrigatoriamente, o registro do responsável técnico da área de Engenharia Elétrica.

23.4.3.2 - Atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem que a LICITANTE tenha prestado serviços de natureza, vulto, quantidades e prazos compatíveis com o objeto ora licitado, ou com o item pertinente, e que faça explícita referência às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas com os serviços objeto da presente licitação, com as seguintes características:

1. Operação e manutenção de grupo gerador diesel automático de energia elétrica de emergência, com capacidade unitária igual ou superior a 500 kVA;
2. Manutenção em sistema trifásico de fornecimento de energia ininterrupta (*no-break*), com controle em paralelismo redundante e banco de baterias, com potência total mínima de 60 kVA;
3. Manutenção de subestação elétrica igual ou superior a 750 kVA;
4. Operação e manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com capacidade instalada igual ou superior a 1.500 kVA; e
5. Operação e manutenção de instalações elétricas com 13.8 kV de tensão.

23.4.3.3 As potências exigidas em cada parcela relevante deverão constar de apenas 1 (um) único atestado, não sendo admitidos somatórios de áreas ou capacidades para efeito de comprovação de qualificação técnica da respectiva parcela.

23.4.3.4 É permitida a soma dos atestados apresentados, referente a cada parcela relevante, desde que atendam, individualmente, a uma ou mais dessas parcelas. Por exemplo, é permitido um atestado comprovando a execução da potência de *no-break*, somado a outro comprovando a de subestação. No entanto, não será considerado o atestado de operação e manutenção de grupos geradores, com potência inferior a 500 kVA, ou seja, não será permitida a soma de dois atestados distintos para alcançar as potências definidas de qualquer parcela.

23.4.3.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

23.4.3.6 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

23.4.3.7 Para a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os dois anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

23.4.3.8 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

23.4.3.9 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

23.4.3.10 A licitante vencedora, conforme Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 ([1370441](#)), será a que apresentar o menor valor para cálculo do BDI de acordo com o limite máximo do terceiro quartil constante nas páginas nº 1 e 2 do Acórdão do TCU nº 2622/2013 – Plenário ([1370423](#)) não podendo exceder o valor total de BDI no valor de 16,80% (dezesseis vírgula oitenta por cento).

23.4.4 Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

23.4.5 Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato (s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

23.4.6 Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 2 (dois) anos, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

23.4.7 Declaração de que tem instalado ou instalará escritório na cidade de Brasília, ou em um raio máximo de até 50 km da cidade de Brasília, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SLTI/MP nº 05/2017. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

23.4.8 As exigências descritas nos itens anteriores e seus subitens, relativas à capacitação do profissional, faz-se necessárias uma vez que tais atividades requerem que o profissional obrigatoriamente as tenha para executá-las. Desta forma, uma vez que a empresa CONTRATADA assuma a execução do Contrato deve ter seus profissionais já aptos a executar as atividades. No que tange à comprovação da experiência faz-se necessária em função da complexidade e criticidade do parque de instalações elétricas, equipamentos (descritos na Tabela Principais equipamentos) que exigem manutenção específica, qualificada e experiente em função de suas potências operacionais e especificidades dos mesmos, além do fato de atenderem a autoridades como, por exemplo, o Presidente da República.

23.5 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, conforme disposto no item 10.2 deste Termo de Referência, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 11 horas e das 15 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 3411-2607, podendo sua realização ser comprovada por:

1. Declaração de Visita Técnica (24.1.3 Apêndice III deste edital) assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017; ou
2. Declaração de Dispensa de Vistoria (24.1.4 Apêndice IV deste edital) - Modelo de emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realiza-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Apêndice IV deste Edital.

23.5.1 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

23.5.2 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

24. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

24.1 O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

24.2 O valor global anual da proposta (mão de obra + material) de contratação com preços definidos na Planilha de Custos e Formação de Preços ([1771456](#)) foi estimado em:

24.2.1 R\$ 5.672.519,67 (cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil, quinhentos e dezenove reais e sessenta e sete centavos) sendo assim distribuídos:

24.2.1.1 Valor anual da prestação de serviços (mão de obra) estimado em **R\$ 4.844.337,77 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e sete reais e setenta e sete centavos);**

24.2.1.2 Valor anual para serviços de subcontratação (eventual) está estimado em **R\$ 56.581,87 (cinquenta e seis mil, quinhentos e oitenta e um reais e oitenta e sete centavos)**, já incluso BDI máximo de 16,80%;

24.2.1.3 Valor anual dos materiais e combustíveis, já incluso BDI máximo de 16,80% estimado em **R\$ 771.600,03 (setecentos e setenta e um mil, seiscentos reais e três centavos).**

24.3 Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

24.4 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na Unidade Gestora UG 110001 – Secretaria de Administração/Presidência da República (S.A/PR).

25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

25.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o 2020, na Unidade Gestora 110001 – Secretaria de Administração/Presidência da República.

26. TERMO DE CONTRATO

26.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante Termos Aditivos, de acordo com o art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

27. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

27.1 Integram este Termo de Referência os seguintes apêndices e anexos:

27.1.1 Apêndice I - Termo de Confidencialidade;

27.1.2 Apêndice II - Modelo de Proposta de Preços;

27.1.3 Apêndice III - Modelo de Declaração de Visita Técnica;

27.1.4 Apêndice IV - Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria;

27.1.5 Apêndice V - Estudos Preliminares.

27.1.6 Apêndice VI - Planilha de Custos e Formação de Preços Estimativa

Brasília, 12 de março de 2020.

Respeitosamente,

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
ANTONIO JOAQUIM DO NASCIMENTO FILHO Siape: 2352421	DANIEL ADRIANE DE PAULA Siape: 2362719
EDUARDO ANDRADE SILVA Siape: 1266019	VICTOR OLIVEIRA NASCIMENTO Siape: 2265870

Membros da Equipe de Planejamento da Contratação
(PORTARIA Nº 194, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018)

Ciente. Encaminhe-se à COENGE para conhecimento e aprovação.

ALEXANDRE CRISTINO CORREA DOS SANTOS

Coordenador Substituto de Engenharia e Manutenção

De acordo. Encaminhe-se à DILOG para conhecimento e aprovação.

MARCELO ESCHILETTI CALDAS RODRIGUES

Coordenador Geral de Engenharia

Aprovo. Encaminhe-se à Diretoria de Planejamento, Orçamento Finanças e Contabilidade - DIROF para prosseguimento da instrução processual.

MAURÍLIO DA COSTA SANTOS

Diretor

APÊNDICE I

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A _____, doravante designada simplesmente EMPRESA, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, com sede em _____, neste ato representada pelo Senhor (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____, expedida pela (o) _____ e do Cadastro da Pessoa Física, CPF/MF sob o n.º _____, conforme documentação comprobatória de vínculo anexo, compromete-se a observar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, em conformidade com as cláusulas que seguem:

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade é prover a necessária e adequada proteção às informações de acesso restrito de propriedade exclusiva da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, reveladas à EMPRESA, em função de possível prestação de serviços a serem realizados;
2. A expressão “informações de acesso restrito” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, contendo ela ou não rótulo de classificação quanto ao sigilo, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros, a que, diretamente ou por meio de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, venham a EMPRESA ter acesso em razão de possível prestação de serviços a serem realizados;
3. A EMPRESA compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, das informações de acesso restrito reveladas;
4. A EMPRESA compromete-se a não utilizar de forma diversa da prevista neste Termo as informações de acesso restrito reveladas;
5. A EMPRESA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento próprio;
6. A EMPRESA determinará a observância deste Termo de Confidencialidade a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam direta ou indiretamente envolvidos com a possível prestação de serviço, ficando ainda responsável pela fiscalização do cumprimento das condições constantes no instrumento firmado;
7. Os empregados, prepostos e prestadores de serviço da EMPRESA que terão acesso às informações da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA deverão ser imputáveis perante a lei;
8. A EMPRESA obriga-se a informar imediatamente à PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, por escrito e no prazo máximo de 24 horas, contados a partir da data e horário da ocorrência do incidente, qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas

neste termo de que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo;

9. A EMPRESA devolverá imediatamente à PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, ao término da possível realização dos serviços, todo e qualquer material de propriedade desta, inclusive registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, bem como de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação considerada de acesso restrito, nos termos do presente Termo de Confidencialidade, a que teve acesso em decorrência de possível prestação de serviços com a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA;

10. A EMPRESA estará sujeita, em caso de quebra do sigilo das informações de acesso restrito reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, por ação ou omissão, de eventuais sanções definidas em Lei aplicável ao caso, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo;

11. Tendo em vista o princípio da boa-fé objetiva, permanece em vigor o dever de sigilo, tratado no presente Termo de Confidencialidade, após o término da possível prestação do serviço. Ademais, a EMPRESA ao ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e de que não utilizará deste para quaisquer divulgação futura; e

12. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações de acesso restrito da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Por estar de acordo, a EMPRESA, por meio de seu representante legal, firma o presente Termo de Confidencialidade, lavrando em duas vias de igual teor e forma.

Brasília-DF, ____ de _____ de ____.

<REPRESENTANTE DA EMPRESA>
<Vínculo do representante com a EMPRESA>
RG:_____ CPF:_____

DE ACORDO: (Integrantes da equipe técnica da EMPRESA)

Nome:
RG:_____ CPF:_____

APÊNDICE II

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº ____ /20____ PROCESSO Nº 00059.000381/2018-99

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Referência: Pregão, na forma eletrônica, Nº ____ /2019

Data de Abertura: ____ / ____ / 2020

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER	PREÇO MENSAL ESTIMADO	PREÇO ANUAL ESTIMADO
1	1	Prestação de Serviços de Manutenção Elétrica – Postos de Trabalho			
	2	Serviços eventuais com BDI			
	3	Materiais+Combustíveis com BDI			

(*) O preço **anual** é o que deve ser cadastrado no sistema COMPRASNET.

1 Observações:

1.1 Prazo de validade da proposta de ____ (____) dias, a contar da data de sua apresentação. *(No mínimo, 60 (sessenta) dias)*

2 Declaração:

2.1 Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão.

3 Dados da empresa:

Empresa/Razão Social:

Endereço:

CEP:

CNPJ:

Telefone:

Banco:

Agência:

Conta-Corrente:

E-mail:

APÊNDICE III

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº ____/20__ PROCESSO Nº 00059.000381/2018-99

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital nº ____/____, que a Empresa _____, CNPJ _____, por intermédio de seu Representante Legal, Sr(a) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, compareceu perante o representante da Coordenação de Engenharia e Manutenção (COMAN), e visitou as dependências da Presidência da República descritas neste Termo de Referência, localizado em Brasília-DF, quando conheceu todas as áreas abrangidas, as condições técnicas exigidas na execução dos serviços, esclarecendo todas as dúvidas, junto a COMAN - Coordenação de Engenharia e Manutenção, sobre o objeto desta licitação, dando-se por satisfeita com as informações obtidas e considerando-se plenamente capacitada a elaborar a proposta de preços.

Brasília-DF, ____ de _____ de _____.

Coordenador de Engenharia e Manutenção – COMAN

Declaro, junto ao Pregoeiro da Presidência da República, que a empresa deu-se por satisfeita com as informações obtidas, junto a COMAN, e nos consideramos plenamente capacitados a elaborar a nossa proposta de preços.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome do Representante Legal da Empresa

Número da identidade e CPF do Representante Legal da Empresa

CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ
(dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.

Assinatura e carimbo
(Empresa)

APÊNDICE IV

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

A empresa _____, CNPJ
_____, por intermédio do (a) Senhor (a)
_____, RG _____ n°
_____ e CPF n° _____, indicado expressamente como seu
representante, declara ter conhecimento do serviço a ser prestado através do Edital e seus
Anexos, dispensando a necessidade da vistoria “in loco” prevista no Edital do Pregão Eletrônico
n° _____ da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Declaro, ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes. Declaro que
me foi dado acesso às dependências do referido Complexo, através de cláusula expressa no Edital
e anexos, ao qual dispensei por ter conhecimento suficiente para prestar o serviço com as
informações prestadas no Termo de Referência e no Edital.

Brasília-DF, ____ de _____ de _____.

Nome do declarante: _____

Cédula de identidade: _____

Assinatura e carimbo
(Empresa)

APÊNDICE V

ESTUDOS PRELIMINARES SERVIÇO SOB O REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA – INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MP Nº 5/2017

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Esta contratação tem por finalidade atender às necessidades das edificações do Complexo da Presidência da República, as quais possuem sistemas de energia elétrica de baixa, média e alta tensão, com seus respectivos sistemas de controle e proteção, sistemas de fornecimento próprio de energia elétrica ininterrupta, sistemas de geração própria de energia elétrica de emergência, redes estabilizadas, instalações e circuitos elétricos com controle, proteção, supervisão e automação, subestações, bancos de capacitores, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas, sistemas de aterramento, equipamentos de re-uso de água, sistemas de irrigação, máquinas e equipamentos elétricos, eletroeletrônicos, eletromecânicos e eletrodomésticos, que atendem tanto aos servidores da Presidência da República quanto aos visitantes.

Estas instalações elétricas, internas e externas, necessitam de serviços contínuos de operação e periódicos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, de forma a garantir suas funcionalidades, com o propósito de assegurar um funcionamento perfeito e duradouro, o que influencia diretamente no desempenho e na produtividade das atividades públicas.

A ausência de corpo técnico especializado para execução direta destes serviços faz com que a Presidência da República recorra à contratação de serviços continuados de mão de obra, os quais contam com o fornecimento de profissionais especializados, materiais, componentes, ferramentas, máquinas e equipamentos necessários para a execução dos serviços.

Atualmente, os serviços de manutenção de todo parque elétrico descrito anteriormente nas edificações do Complexo da Presidência da República são desenvolvidos por meio de mão de obra terceirizada, de forma programada e por demanda.

2. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA PR, SE HOVER:

A presente contratação está alinhada à orientação da Secretaria de Administração de “*atuar como facilitadora / provedora no atendimento às demandas técnicas e administrativas dos órgãos da PR, com qualidade, tempestividade, economia e suficiência*” (Relatório de Gestão) e “*atuar com excelência no “aperfeiçoamento da gestão administrativa”*” (mapa estratégico 2018 a 2023). Tal contratação alinha-se também ao processo interno de “*aprimorar a governança administrativa e de controle dos órgãos da Presidência da República - PR*”, mais especificamente na atividade de “*Viabilizar recursos logísticos adequados*” constantes do Mapa Estratégico do Planejamento Estratégico da SEGOV 2017-2022.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Elencar os requisitos necessários ao atendimento da necessidade.

Para a prestação dos serviços, a empresa CONTRATADA deverá ter em seu quadro de funcionários, profissionais especializados e devidamente qualificados, habilitados e devidamente capacitados para desenvolverem as atividades necessárias à perfeita e integral execução do objeto contratado.

A CONTRATADA deverá submeter à apreciação do CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a data de assinatura do contrato, o plano de execução dos serviços que comporão o Objeto do Termo de Referência, no qual deverão constar necessariamente a composição das equipes de trabalho e a função a ser exercida por cada um de seus membros.

O Responsável Técnico pela CONTRATADA deverá providenciar e registrar no CREA competente, no prazo máximo de 7 (sete) dias do início da vigência do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.), conforme disciplina a Resolução nº 425/1998 - CONFEA.

A CONTRATADA deverá observar e implementar, caso necessário, os requisitos de segurança e proteção nos equipamentos e instalações elétricas das edificações do Complexo da Presidência da República em conformidade com as normas vigentes para cada tipo de instalação.

A CONTRATADA deverá providenciar, tão logo inicie sua vigência, os esquemas/diagramas elétricos unifilares/multifilares de todas as instalações elétricas das edificações do Complexo da Presidência da República, bem como, atualizar os já existentes. Mantendo em seu poder para uso e disponibilizando para arquivamento na CONTRATANTE os arquivos impressos e digitais editáveis sempre atualizados.

A CONTRATADA deverá providenciar, tão logo inicie sua vigência, a identificação (TAG, quando couber) de todos os equipamentos elétricos contidos nos esquemas/diagramas elétricos unifilares/multifilares descritos no parágrafo anterior.

A CONTRATADA deverá obrigatoriamente, como rotina de trabalho, preparar o plano de ação para todo e qualquer serviço de manutenção a ser executado.

- **MANUTENÇÕES CORRETIVAS, ADEQUAÇÕES E AMPLIAÇÕES DAS INSTALAÇÕES E DOS EQUIPAMENTOS**
- **Instalações e equipamentos elétricos, eletrônicos, eletromecânicos e eletrodomésticos, em geral**

A CONTRATADA deverá atender por meio de Ordens de Serviços "OS", registradas pela CONTRATANTE, fazendo constar o dia e hora do início e término do atendimento, bem como os materiais, peças e componentes aplicados;

A CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA uma lista com todas Ordens de Serviços abertas no dia útil anterior. A CONTRATADA deve relacionar os serviços por ordens de prioridades juntamente com a Fiscalização do Contrato e definir prazos para execução, dentro do limite permitido.

A CONTRATADA deverá executar, a contar do recebimento da Ordem de Serviço, em até três dias úteis, os serviços de manutenção em instalações e/ou equipamentos elétricos, eletroeletrônicos, eletromecânicos e eletrodomésticos, exceto as situações de urgência e emergência definidas pela Fiscalização do Contrato, para as quais a solução deverá ser de imediato, ainda que de forma provisória, desde que aceita pela Fiscalização.

Quando as manutenções exigirem o desligamento geral das instalações elétricas de uma determinada área ou edificação, as mesmas deverão ser feitas em dia não útil ou após o

encerramento do expediente, conforme liberação da Fiscalização do Contrato, sem ônus adicional para CONTRATANTE.

Essas manutenções deverão ser comunicadas previamente à Fiscalização do Contrato para os devidos comunicados e informativos e definição de alternativas de atendimento provisório aos usuários, se for o caso. A implantação dessas alternativas ficará a cargo da CONTRATADA, sem ônus adicional para CONTRATANTE.

Quando a solicitação de serviço ou o sinistro - situações de urgência e emergência - ocorrer após as 17 (dezessete) horas, a CONTRATADA deverá, no mínimo, eliminar os efeitos danosos; se, porém, o problema acarretar suspensão da disponibilidade ou da operacionalidade de quaisquer sistemas prediais, as providências de solução deverão ser iniciadas de pronto.

Em se tratando de manutenção de equipamento das instalações elétricas, caso a CONTRATADA constate que seus reparos serão superiores aos 3 (três) dias úteis, deverá substituí-lo, de imediato, por outro com características e capacidades equivalentes ao do substituído, enquanto durar o conserto e retorno do equipamento que apresentou problemas ou a compra de um novo.

No caso de necessidade de deslocamento de equipamento para fora das edificações da CONTRATANTE, para fins de manutenção, a CONTRATADA, mediante autorização da Fiscalização do Contrato, fará sua retirada e o transporte, sem ônus adicional para CONTRATANTE, promovendo da mesma forma, seu retorno e reinstalação no local de origem. Observar o disposto item anterior.

Quando houver a necessidade de substituição de peças a CONTRATADA deverá comunicar previamente à Fiscalização do Contrato as razões técnicas de sua substituição para análise e aprovação.

Quando da necessidade de remanejamento de algum equipamento, por necessidade da CONTRATANTE, a CONTRATADA arcará com a total responsabilidade da desmontagem, transporte e reinstalação do mesmo, incluindo as adaptações necessárias, sem ônus adicional para CONTRATANTE.

Nas adaptações necessárias ao remanejamento constantes do item anterior, ficam excluídos da responsabilidade da CONTRATADA, os gastos relativos aos serviços e materiais para demolição e recomposição de pisos, paredes e instalações hidro-sanitárias.

A CONTRATADA deverá implantar rotina de substituição de lâmpadas, fotocélulas e reatores queimados, inclusive da iluminação dos estacionamentos, com o objetivo de minimizar registros de Ordens de Serviços para este tipo de manutenção. Esta rotina deve ser entregue à CONTRATANTE para aprovação.

- **Adequações, modificações, reformas e ampliações das instalações elétricas**

No atendimento das manutenções, adequações, modificações, reformas e ampliações das instalações elétricas, bem como de execução de novas instalações, a CONTRATADA deverá promover, sem ônus adicional para CONTRATANTE, os estudos e projetos necessários, identificar os materiais a serem aplicados e submeter propostas de soluções à Fiscalização do Contrato. A solução aprovada deverá ser executada, pela CONTRATADA, em até cinco dias corridos.

Em se tratando de serviços de maior porte ou complexidade, o prazo para execução deverá ser estipulado em reuniões com a Fiscalização do Contrato.

Os serviços deverão ser realizados preferencialmente dentro do horário do expediente determinado pelo CONTRATANTE e compatibilizados com as solicitações e necessidades do órgão, em períodos a serem acordados com a Fiscalização do Contrato.

Em situações de urgências ou emergências, a CONTRATADA deverá cumprir o prazo que a Fiscalização do Contrato determinar, ainda que implique em trabalhos noturnos, fora do

expediente, fins de semana e feriados, sem despesa adicional para CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá dar suporte a todos e quaisquer serviços de adequações, modificações, acréscimos e reformas que envolvam as instalações elétricas existentes, disponibilizando seus empregados para o acompanhamento e execução integral dos serviços de desligar, adaptar, modificar, acrescentar, remanejar, instalar, ligar ou religar as fiações, circuitos e equipamentos elétricos.

A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente:

1. As normas e especificações constantes neste Termo de Referência;
2. As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas;
3. As disposições legais da União;
4. As disposições emanadas pelo Governo do Distrito Federal;
5. As normas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal pertinentes ao tema;
6. As prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos elétricos;
7. As normas internacionais, em caso de falta de normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Caso a natureza do serviço a ser executado possa causar interrupções no funcionamento do equipamento elétrico ou afetar o desenvolvimento das atividades da CONTRATANTE, os serviços deverão ser previamente autorizados e programados para dias e horários, inclusive sábados, domingos ou feriados, sem ônus para a CONTRATANTE. Nessa eventualidade, os serviços deverão ser acompanhados pela Fiscalização do Contrato ou por pessoa indicada pela mesma.

A CONTRATADA deverá manter atualizado o Histórico de Manutenção de forma detalhada, o qual deverá estar disponível à Fiscalização do Contrato, em formato acordado entre ambas as partes, no qual serão reportados todos os fatos ou ocorrências no âmbito da prestação dos serviços que constituirá o Termo de Referência.

O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, mediante comunicação prévia e fundamentada nas normas e legislações correspondentes, alterar as rotinas e a periodicidade dos serviços de manutenção dos sistemas constantes no Contrato, sem que isso represente ônus para a CONTRATANTE.

Em ocasiões especiais ou eventos na CONTRATANTE, a CONTRATADA, mediante solicitação da CONTRATANTE, deverá disponibilizar, em caráter temporário, equipe habilitada durante todo o evento, sem que isso represente ônus à CONTRATANTE.

Eventuais falhas no cumprimento dos prazos a serem estipulados no Termo de Referência implicarão à CONTRATADA penalidades que constarão também no Termo de Referência.

• **MANUTENÇÕES PREVENTIVAS - Rotinas**

Sem prejuízo de outras rotinas preventivas necessárias ao bom funcionamento dos equipamentos e instalações elétricas da CONTRATANTE as abaixo listadas devem ser observadas.

• **Painéis Gerais De Distribuição De Baixa Tensão - Força e Luz**

Diariamente:

1. Ler os instrumentos de medição, inclusive entrada de energia estabilizada, e realizar os devidos estudos;
2. Verificar o aquecimento (termografia) e o funcionamento dos disjuntores termomagnéticos;
3. Trocar todas as lâmpadas, disjuntores, reatores etc. , que apresentarem defeito.

Mensalmente:

1. Limpar externamente os quadros;
2. Inspeccionar os isoladores e as conexões de saída dos disjuntores;
3. Verificar pontos de resistência elevada;
4. Verificar a resistência de aterramento, mantendo-a dentro dos limites normalizados;
5. Inspeccionar os cabos de alimentação para prevenir aquecimento (estado e isolamento);
6. Verificar a fixação dos barramentos e das conexões;
7. Medir a corrente elétrica nos alimentadores em todas as saídas dos disjuntores termomagnéticos, para que não superem as tabelas de corrente elétrica máxima permitida para cada condutor;
8. Efetuar a limpeza geral dos barramentos, conexões e disjuntores;
9. Verificar regulagens e ajustes dos reles de proteção dos disjuntores;
10. Verificar o equilíbrio de fases dos circuitos;
11. Verificar o aquecimento dos disjuntores;
12. Trocar os disjuntores necessários;
13. Lubrificar as dobradiças das portas dos painéis gerais de distribuição;
14. Verificar o funcionamento das chaves dos armários;
15. Verificar a organização, identificação e manutenção das fiações em perfeitas condições.

Anualmente:

1. Medir a resistência de isolamento dos cabos de alimentação dos circuitos de entrada em todos os quadros e painéis elétricos em baixa tensão;
2. Verificar as regulagens e ajustes dos relés de proteção dos disjuntores.
3. **Painéis De Emergência**

Diariamente

1. Fazer a leitura de instrumentos de medição;
2. Verificar todo o sistema elétrico/eletrônico;
3. Verificar conexões, cabos, quadros e demais componentes mecânicos do sistema;
4. Inspeccionar quadros de comando, controle, proteção e medição;
5. Efetuar limpeza do equipamento.

Mensalmente

1. Limpar os quadros;
2. Inspeccionar os cabos de alimentação;
3. Eliminar pontos de isolamento;
4. Lubrificar dobradiças das portas dos armários;
5. Verificar o funcionamento das chaves dos armários;
6. Verificar aspectos dos cabos.
7. **Quadros de distribuição dos andares: Luz, Força e Energia Estabilizada**

Diariamente

1. Verificar o aquecimento do disjuntor geral em todos os quadros de todos os pavimentos;
2. Verificar o aquecimento dos disjuntores;
3. Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento dos quadros de distribuição nos andares;
4. Operar, ligar e desligar os quadros de luz nos andares, em horários predeterminados pelo setor de fiscalização da CONTRATANTE;

5. Trocar todas as lâmpadas, disjuntores, reatores etc. que apresentarem defeito.

Mensalmente

1. Medir e controlar a tensão;
2. Medir e anotar a corrente elétrica nos fios e cabos de entrada e saída dos disjuntores;
3. Efetuar limpeza geral dos quadros e reaperto dos barramentos;
4. Verificar os contatos na entrada e saída dos disjuntores, chaves e contadores, evitando pontos de resistência elevada;
5. Efetuar reaperto geral de todos os componentes do quadro;
6. Identificar os disjuntores e circuitos elétricos.
7. **Sistema De Iluminação Geral Interna e Externa**

Diariamente

1. Verificar e corrigir as luminárias quanto à ocorrência de lâmpadas queimadas ou com funcionamento deficiente;
2. Testar e corrigir o funcionamento das tomadas elétricas;
3. Testar e corrigir os interruptores elétricos;
4. Substituir as lâmpadas fluorescentes, incandescentes, e demais tipos de lâmpadas queimadas ou com funcionamento deficiente;
5. Apertar os parafusos de fixação e contatos dos soquetes das luminárias;
6. Verificar as condições gerais de segurança no sistema geral de iluminação;
7. Inspeccionar as baterias de luz de emergência;
8. Efetuar a limpeza das luminárias e lâmpadas;
9. Reapertar os contatos dos reatores elétricos.

Mensalmente

1. Testar o funcionamento das lâmpadas de emergência;
2. Testar a carga das baterias de emergência;
3. Reapertar os parafusos de sustentação das luminárias;
4. Medir a densidade da solução das baterias.
5. **Grupos Geradores**

Semanalmente

1. Inspeccionar as chaves seccionadoras, disjuntores, contadores, fusíveis;
2. Verificar a carga das baterias;
3. Inspeccionar os instrumentos de medição;
4. Efetuar limpeza dos geradores e dos painéis;
5. Verificar o nível de água do radiador;
6. Verificar o nível de óleo lubrificante;
7. Verificar a tensão das correias;
8. Verificar o nível de combustível no tanque;
9. Verificar a existência de vazamento de água, óleo ou combustível;
10. Testar o funcionamento dos geradores "em vazio";
11. Inspeccionar quadros de comando;
12. Efetuar limpeza da sala de máquinas e dos equipamentos;
13. Verificar o funcionamento do sistema de pré-aquecido.

Mensalmente

1. Verificar o funcionamento da bomba auto respirante;
2. Efetuar a limpeza dos terminais das baterias;
3. Verificar a pressão do óleo lubrificante;

4. Verificar o estado dos mancais;
5. Testar o gerador com carga;
6. Inspeccionar as escovas e anéis;
7. Completar o nível de solução eletrolítica nas baterias;
8. Reapertar os parafusos de fixação da base;
9. Verificar o aperto dos parafusos nos cabeçotes com torquímetro;
10. Verificar os anéis coletores;
11. Verificar o estado da pintura;
12. Efetuar limpeza do filtro de ar;
13. Reapertar a tubulação do combustível;
14. Verificar a instalação elétrica;
15. Verificar e aferir o acoplamento;
16. Verificar e aferir os instrumentos de medição.

Semestralmente

1. Limpar respiro de Carter;
2. Limpar trocador de calor;
3. Substituir elementos dos filtros de óleo lubrificante e óleo diesel;
4. Trocar o óleo lubrificante.

Anualmente

1. Aferir os reles de proteção;
2. Aferir amperímetros, frequencímetros e volímetros.
3. **Sistema De Pára-Raios e Aterramento**

Mensalmente

1. Verificar o estado dos isoladores, conectores, cordoalhas e captos.

Semestralmente

1. Medir a resistência de aterramento e adotar as medidas de correção, se necessário.
2. **Sistemas Nobreak/Estabilizador/Baterias**

Mensalmente

1. Antes do início dos trabalhos de manutenção, o nobreak deverá ser desligado da rede;
2. Desconectar o banco de baterias do nobreak;
3. Limpar externa e internamente o nobreak, mantendo totalmente livres as aberturas frontais e laterais de ventilação, verificando o bom contato das bases dos fusíveis e utilizando, nessa limpeza interna, jato de ar comprimido;
4. Verificar reapertando, se necessário for, todas as conexões do equipamento, tais como contactoras, transformadores, semicondutores, síndais, soquetes, plugs de placas, relés, transistores de potência e especialmente as conexões dos cabos de entrada e saída da rede, dos cabos de baterias e o cabo do aterramento;
5. Limpar os terminais das baterias (lixando e/ou trocando, quando necessário), colocando graxa ou vaselina, verificando o nível do eletrólito e completando a solução, quando necessário;
6. Inspeccionar os componentes, verificando sobreaquecimento, corrosão e sinais de descarga;
7. Conectar as baterias ao nobreak;
8. Ajustar via placa retificadora, a corrente limitadora de baterias, ajuste de tensão mínima e máxima das baterias;
9. Testar semicondutores da fonte retificadora;
10. Ligar o retificador testar e ajustar a placa controladora do retificador;

11. Testar semicondutores da ponte inversora;
12. Ligar o inversor, testar e ajustar a placa controladora do inversor;
13. Ajustar a tensão de saída do nobreak;
14. Calibrar instrumentos de medição caso existam;
15. Simular a falta de energia da rede e verificar o comportamento do inversor, nível de tensão de saída e alarme;
16. Religar o nobreak à rede e verificar o retomo do retificador e a sinalização do estado das baterias;
17. Testar a chave estática quanto ao funcionamento da mesma;
18. Efetuar todos os testes necessários ao perfeito funcionamento dos estabilizadores de tensão.

Semestralmente

Seguir, inicialmente, a ordem de todos os itens que constam da verificação mensal prosseguindo com:

1. Ensaio da capacidade, para verificar o estado das baterias;
2. Energizar o circuito de controle e medir as tensões;
3. Verificar as funções do anunciador, como: sobretensão do retificador, alarme de baixa tensão contínua, disparo de baixa tensão contínua, alarme do inversor de impedância;
4. Verificar todas as conexões;
5. Verificar isolamento da fixação dos ventiladores;
6. Verificar suporte de fusíveis para um contato correto;
7. Verificar todas e quaisquer anormalidades nos componentes, tais como: sobretensão, corrosão, sinais de descargas etc;
8. Reapertar todas as conexões de força nos inversores e retificadores;
9. Verificar todas as ligações do controle;
10. Limpar contatos do relê de alarme;
11. Limpar contatos de todos os contactores do circuito de partida dos inversores e contactores dos ventiladores;
12. Inspeccionar cuidadosamente todos os componentes elétricos a fim de verificar a existência de desligamentos, descoloração ou aquecimento;
13. Verificar o estado das conexões das ligações das baterias quanto à corrosão;
14. Reaperto e lubrificação das conexões dos bornes das baterias;
15. Limpar os motores e ventiladores com jato de ar comprimido;
16. Remover o circuito de potência dos inversores;
17. Limpar cuidadosamente os cubículos;
18. Reapertar todas as ligações;
19. Limpar o excesso de graxa nos dissipadores;
20. Verificar as ligações e reapertá-las, quando necessário;
21. Limpar os isoladores;
22. Limpar e verificar o conjunto amplificador de pulsor;
23. Testar a partida do inversor e verificar operação do inversor de impedância;
24. Fazer verificação geral, reapertando porcas, parafusos, ligações e terminais, em cada unidade;
25. Limpar completamente os componentes, no interior e no exterior dos cubículos;
26. Desligar e colocar peças de reposição necessárias;
27. Verificar a operacionalidade;
28. Religar o equipamento e verificar a operação do sistema, executando testes e

simulação de falta de energia.

29. Subestações

Mensalmente

1. Limpar a área das subestações;
2. Verificar visualmente os estados dos transformadores, chaves a óleo, isoladores, cabos, aterramentos e muflas.

Anualmente

1. Analisar físico-quimicamente o óleo isolante.
2. **Barramentos Blindados**

Além das inspeções de rotina, os barramentos blindados deverão, semestralmente, passar por análise termográfica realizada com equipamento(s) moderno(s) de termovisão.

Após as inspeções semestrais, a CONTRATADA deverá fornecer relatório técnico detalhando através de fotos, gráficos e outros recursos de toda a análise termográfica dos barramentos blindados do Complexo da Presidência da República.

Caso haja necessidade, os barramentos deverão ser reapertados, em cronograma a ser definido pela CONTRATANTE.

• Considerações sobre as manutenções

Além das ações mencionadas acima, executar outras que se fizerem necessárias, em conformidade com os manuais dos fabricantes dos equipamentos e normas técnicas, bem como segundo exigido pela Fiscalização do Contrato, inclusive as manutenções e assistência técnica de portas automatizadas dos Anexos do Planalto, e ainda os sistemas automatizados de abre/fecha de portões de todas as edificações.

A CONTRATADA deverá elaborar uma planilha de check-list para acompanhamento, supervisão e registro de todas atividades preventivas, elaborando e disponibilizando para acompanhamento da CONTRATANTE a programação e execução das mesmas.

A CONTRATADA deverá, com base nas medições diárias do consumo energético, regular, ajustar ou solicitar para CONTRATANTE modificação dos bancos de capacitores, com o objetivo de não ocorrer, ou reduzir ao máximo, gastos com energia reativa excedente. Caso necessário, informar a necessidade de troca do banco de capacitores ou outras possíveis substituições/alterações.

Para os serviços de reapertos analisar os devidos torques determinados pelo fabricante bem como a utilização de ferramentas adequadas como torquímetros por exemplo.

A CONTRATADA emitirá mensalmente relatórios técnicos contemplando todos os itens verificados de forma detalhada, informando os procedimentos utilizados, materiais substituídos, laudos conclusivos, problemas detectados e sugestões para melhorias. Os relatórios técnicos deverão ser entregues à Fiscalização do Contrato até o quinto dia útil do mês subsequente. O modelo deste relatório mensal deverá ser previamente discutido e aprovado pelo CONTRATANTE.

O Relatório Técnico mensal será, necessariamente, firmado pelos responsáveis técnicos pela execução dos serviços que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

1. Discriminação dos serviços executados, incluindo a identificação, data, hora de início e fim dos serviços;
2. Nome e função dos profissionais alocados para execução dos serviços no mês de referência do Relatório Técnico mensal;
3. Resumo das anormalidades e fatos ocorridos no período;
4. Resumo dos serviços de manutenção preventiva e corretiva executados, com a

indicação de pendências, as razões de sua existência, ressaltando aquelas cuja solução dependam de ações por parte da CONTRATANTE;

5. Sugestões sobre os reparos preventivos ou modernizações cuja necessidade tenha sido constatada;
6. Acidentes de trabalho porventura ocorridos;
7. Relação de peças, componentes e materiais substituídos por defeito ou desgaste;
8. Parecer sobre o estado das instalações e diversos equipamentos, indicando as deficiências e sugerindo correções.

A CONTRATADA deverá promover a certificação de todos os seus profissionais, aplicados na execução dos serviços, de acordo com o estabelecido no Contrato. Durante a execução do contrato, é obrigação da CONTRATADA manter os seus profissionais atualizados conforme legislação pertinente.

Não haverá pagamentos adicionais, por parte da CONTRATANTE, quanto aos custos decorrentes de treinamentos, certificações, capacitações, credenciamentos e atualizações conforme legislação pertinente, necessários à prestação dos serviços.

Os profissionais aplicados pela CONTRATADA na execução dos serviços devem ser qualificados e estar em número adequado para atender a completa execução de todas as tarefas deste Contrato. Sugere-se à CONTRATADA, com base em expertise e contratações passadas, o quantitativo de 42 (quarenta e dois) postos de trabalho (pessoal) descritos a seguir:

nº	Categoria profissional	Quantidade sugerida
1	Engenheiro eletricista (44h semanais)	2
2	Encarregado geral (44h semanais)	2
3	Eletricista (44h semanais)	15
4	Eletricista plantonista (escala 12 x 36)	6 (*)
5	Auxiliar de manutenção (44h semanais)	6
6	Técnico em eletroeletrônica (44h semanais)	2
7	Técnico em comando, controle e automação (44h semanais)	1
8	Técnico em nobreak (44h semanais)	1
9	Técnico em grupo motogerador (80h/mês)	1
10	Cadista (60h/mês)	1
11	Almoxarife (44h semanais)	1
12	Administrador (44h semanais)	1
13	Auxiliares administrativos (44h semanais)	1
14	Motorista (44h semanais)	2
Total		42

(*) Para cobrir os 6 (seis) postos de trabalho "Eletricista plantonista" na escala 12 x 36 são necessários 24 (vinte e quatro) funcionários.

A CONTRATADA deverá, minimamente, atender a seguinte qualificação/formação de seus postos de trabalho:

- **Engenheiro eletricista:** curso superior em engenharia elétrica com habilitação reconhecida pelo CREA para o desempenho das atividades objeto do presente contrato, apresentando ainda registro regular junto ao CREA, curso de NR-10 dentro da validade e NR 10 (Sistema Elétrico de Potência), deverá possuir experiência mínima de 3 (três) anos em instalações elétricas e gerenciamento de equipes, comprovada através de registros da

Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e mediante Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA;

- **Encarregado geral:** curso técnico em eletricidade ou eletrotécnica com registro e regularidade junto ao CREA (antigo) ou CFT (novo), conhecimentos básicos de informática (editor de texto e planilha), curso de NR-10 dentro da validade e NR 10 (Sistema Elétrico de Potência) e experiência mínima de 6 (seis) meses no cargo de encarregado ou supervisor em manutenção elétrica, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- **Eletricista:** ensino médio completo, certificação do curso profissionalizante em eletricidade, instalações elétricas, comandos elétricos ou similar com carga horária mínima de 120 horas, curso de NR-10 dentro da validade e NR 10 (Sistema Elétrico de Potência) e comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses no cargo de eletricista, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- **Eletricista plantonista:** ensino médio, certificação do curso profissionalizante em eletricidade, instalações elétricas, comandos elétricos ou similar com carga horária mínima de 120 horas, curso de NR-10 dentro da validade e NR 10 (Sistema Elétrico de Potência) e comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses no cargo de eletricista, incluindo ainda operação de grupo moto gerador, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, é necessário que 4 (quatro) funcionários, um de cada equipe, ocupante do posto de eletricista plantonista, tenha carteira de habilitação categoria D;
- **Auxiliar de manutenção:** ensino fundamental completo, curso de NR-10 dentro da validade;
- **Técnico em eletroeletrônica:** curso técnico em eletrônica ou mecatrônica e registro de regularidade junto ao CREA (antigo) ou CFT (novo), experiência mínima de 1 (ano) comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, sendo no mínimo 6 (seis) meses no cargo de técnico em eletroeletrônica e mais 6 (seis) meses no cargo de técnico em nobreak;
- **Técnico de comando, controle e automação:** ensino médio completo, registro profissional junto ao CREA (antigo) ou CFT (novo), como Técnico em Comando, Controle e Automação ou Mecatrônica ou Automação, curso de NR-10 dentro da validade e NR 10 (Sistema Elétrico de Potência), 6 (seis) meses de experiência na profissão, comprovada em carteira de trabalho ou por certidões de acervo técnico emitidas pelo CREA (antigo) ou CFT (novo);
- **Técnico em nobreak:** ensino médio completo, certificação do curso profissionalizante em eletricidade, instalações elétricas, comandos elétricos ou similar com carga horária mínima de 120 horas, curso de NR-10 dentro da validade e comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano no cargo de manutenção de nobreaks, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- **Técnico em grupo motogerador:** ensino médio completo, certificação do curso profissionalizante em mecânica ou similar com carga horária mínima de 120 horas, curso de NR-10 dentro da validade e comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses no cargo de manutenção de grupo motogerador, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- **Cadista:** ensino médio completo, registro profissional junto ao CREA (antigo) ou CFT (novo), como Técnico em Eletrotécnica, Eletricidade ou Edificações, treinamento comprovado em CAD, curso de NR-10 dentro da validade e experiência mínima de 6 (seis) meses no cargo de cadista, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho

- **Almoxarife**: ensino fundamental completo, curso de qualificação de almoxarife, experiência mínima de 6 (seis) meses no cargo de almoxarife, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- **Administrador**: curso superior em administração ou engenharia de produção, deverá possuir experiência mínima de 3 (três) anos gerenciamento de equipes administrativas, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- **Auxiliar administrativo**: ensino médio completo e curso de informática com experiência mínima de 6 (seis) meses no cargo de auxiliar administrativo, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- **Motorista**: ensino médio completo, carteira de habilitação categoria D ou E, comprovação de experiência mínima de 6 (seis) meses no cargo de motorista, comprovada através de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

- Das 07:30 às 12:00 - 13:00 às 17:30 de segunda-feira a quinta-feira e das 07:30 às 12:00 - 13:00 às 16:30 na sexta-feira:

[illegible]

(*) Para cada plantão serão necessários quatro empregados, totalizando 24 (vinte e quatro) eletricitas plantonistas. Os eletricitas plantonistas deverão fazer rodízio de turnos, a cada três meses, ou a critério da Fiscalização do Contrato, informando com antecedência mínima de 30 (trinta) dias à CONTRATADA.

- **Horários especiais:**

EFETIVO SUGERIDO	Palácio do Planalto	Anexos e Complexo N2	Granja do Torto	Usina	Palácio da Alvorada	Palácio do Jaburu	Soma
Técnico em grupo motogerador (80h/mês)	0	0	0	1	0	0	1
Cadista (60h/mês)	0	0	0	1	0	0	1
SOMA							2

Todo efetivo, ou parte dele, poderá ser remanejado conforme a necessidade de demandas definida pela Fiscalização do Contrato, através do preposto da empresa, sem ônus adicional para CONTRATANTE.

Se na execução de alguma manutenção preventiva, corretiva ou preditiva, dentro do escopo do contrato, a equipe da CONTRATADA não conseguir realizá-la, a CONTRATADA deverá executá-la por outros meios, inclusive subcontratando o serviço de profissional/empresa especializada, sem ônus adicional para CONTRATANTE, exceto no custeio dos materiais.

A CONTRATADA pagará adicional de periculosidade a todos os seus empregados, conforme o Enunciado 361/98 do TST e Laudo de Avaliação Ambiental 02/13-DIGEP, por se tratar de atividades executadas em instalações integrantes dos sistemas elétricos de potência das edificações da Presidência da República, ainda que, para alguns, se dê de forma intermitente.

Todos os candidatos às vagas deverão ser submetidos a teste de experiência e conhecimento, antes de sua contratação, mediante avaliação em campo.

A CONTRATADA deverá indicar, para fins de credenciamento, os empregados do Quadro Reserva para as eventuais substituições em casos de férias, faltas, licenças e outras ausências com o objetivo de manter, diariamente, o todo efetivo contratado.

A CONTRATADA deverá informar, antecipadamente, à Fiscalização do Contrato, sempre que existirem serviços a serem realizados fora do expediente (sábados, domingos, feriados e etc.), lista dos funcionários (nome, função e CPF) que farão parte da equipe de execução do serviço, Ordem de Serviço, local e horário de sua realização (previsão).

- **Da carga horária dos empregados**

Os empregados cumprirão, a princípio, as jornadas de trabalho especificadas nas tabelas expressas anteriormente.

Todo e qualquer serviço que possa afetar as atividades normais da Presidência da República, bem como aqueles determinados pela Fiscalização do Contrato, deverão ser executados fora do expediente normal, inclusive fins de semana e feriados, sem ônus adicional para CONTRATANTE.

- **Assiduidade dos empregados**

A CONTRATADA deverá substituir qualquer empregado no caso de qualquer tipo de falta, ausência, audiência legal, treinamentos, cursos, licenças ou férias mantendo, diariamente, o todo efetivo pactuado.

As substituições de férias deverão ser planejadas e comunicadas, por escrito e com antecedência, à Fiscalização do Contrato.

As faltas que não ocorram substituições deverão ser deduzidas, pela CONTRATADA, na sua próxima fatura, imediatamente comunicado à Fiscalização do Contrato.

O valor a ser glosado por horas não trabalhadas será calculado sobre o custo homem/mês dividido por 30 e multiplicado pelo total de horas devidas em cada mês.

Quando o empregado ultrapassar o teto de horas/mês estabelecidas na Convenção do seu Sindicato, as horas excedentes serão compensadas mediante folga observando-se os critérios da convenção, tais compensações devem ser cobertas pelos empregados do Quadro Reserva, mantendo, diariamente, o efetivo completo.

A CONTRATADA devera garantir a presença de seus empregados nas edificações da CONTRATANTE, inclusive em caso de paralisações dos transportes coletivos, valendo-se de meios próprios de transporte, se necessário, com o objetivo de não ocorrer interrupção na prestação dos serviços.

- **LOGÍSTICA DA CONTRATADA**

Disponibilizar, de sua propriedade, aparelhos de telefonia celular habilitados para ligações externas para celular, incluindo o aplicativo "WhatsApp", e fixo para o engenheiro eletricista, para os encarregados gerais e para cada plantonista do dia, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, visando suas imediatas localizações e instruções sobre serviços. A CONTRATADA deve fornecer à CONTRATANTE, uma lista contendo a relação nominal com endereços e telefones de todos os empregados para o pronto atendimento das demandas, não serão aceitas alegações de indisponibilidades dos aparelhos por falta de bateria, manutenções ou créditos.

Disponibilizar para o engenheiro eletricista, bem como para outros funcionários que julgue necessário, computador com impressora, dotado de serviço de internet e correio eletrônico, para facilitar e agilizar a troca de informações e instruções, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

Disponibilizar 2 (dois) veículos para locomoção, um do tipo Van e outro utilitário com carroceria ou equivalentes, para seus empregados se deslocarem para as diversas edificações da CONTRATANTE e imóveis residenciais funcionais, com o objetivo de atender as frentes de trabalho prestando o suporte técnico necessário à perfeita execução dos serviços.

O veículo não poderá ter mais de dois anos de fabricação na data de assinatura do contrato e em caso de quebra, deverá ser substituído por outro imediatamente.

Os engenheiros eletricistas atuarão na execução técnica do contrato, comando, controle e gerenciamento dos demais empregados e será o responsável técnico do objeto, devidamente registrado no CREA-DF. Não é permitido que o engenheiro eletricista seja o PREPOSTO da CONTRATADA.

Sugere-se que a CONTRATADA indique um PREPOSTO, o qual ficará responsável por receber correspondências e comunicações da Fiscalização do Contrato, bem como será o elo entre a CONTRATADA e a Fiscalização do Contrato.

Mobilizar seus empregados, a qualquer dia e hora, para atender aos chamados de urgências e emergências da Fiscalização do Contrato, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

- **Equipamentos de proteção individual e uniforme**

Equipamentos de proteção individual:

A CONTRATADA deverá promover todas medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer todos os equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários, tais como óculos, luvas, máscaras, calçados

apropriados, protetores auriculares, dentre outros necessários aos serviços do Contrato, fiscalizando e exigindo que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas.

Uniforme:

Todos os empregados deverão exercer seus ofícios devidamente uniformizados (calça e camisa), inclusive calçados, com logotipo da empresa. A CONTRATADA deverá exigir dos seus empregados asseio diário de seus uniformes e ótima apresentação pessoal, não se admitindo, sob hipótese nenhuma, roupas e calçados sujos, manchados e/ou desgastados.

A inobservância do item anterior ensejará na imediata dispensa do empregado, bem como no registro de sua falta e posterior glosa na fatura da CONTRATADA. Em caso de reincidência, o empregado deverá ser substituído.

Cada empregado deverá receber anualmente ou antes, se necessário, 5 (cinco) camisas de malha tipo gola pólo, 3 (três) calças jeans e 2 (dois) pares de botas meio cano de couro macio e solado de borracha vulcanizado.

- **Ferramentas/equipamentos**

Manter, na Usina do Palácio do Planalto, o ferramental mínimo no quantitativo abaixo relacionado, completando-os ou acrescentando, inclusive adquirindo outros não listados, sempre que se fizer necessário:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	Quantidade mínima estimada
1	Alicate amperímetro 600V, 0 - 1000A	Un.	1
2	Alicate amperímetro 600V, 0 - 400A	Un.	5
3	Alicate crimpador (RJ 11, 12 e 45)	Un.	2
4	Decibelímetro	Un.	1
5	Escada pequena	Un.	6
6	Escada média	Un.	2
7	Escada grande	Un.	2
8	lanterna de 12 led recarregável.	Un.	1
9	Fasímetro	Un.	1
10	Ferro de solda 40W	Un.	4
11	Ferro de solda 60W	Un.	2
12	Furadeira elétrica manual de impacto	Un.	6
13	Jogo de brocas, aço rápido, 1/16" a 1/2"	Un.	5
14	Jogo de chave Allen, milímetro 3 - 14 mm	Un.	2
15	Jogo de chave Allen, polegada 5/32 - 5/8	Un.	2
16	Jogo de chave canhão, milímetro 3 - 14 mm	Un.	2
17	Jogo de chave canhão, polegada 1/8 - 9/16	Un.	2
18	Jogo de chave combinada, milímetro	Un.	2
19	Jogo de chave combinada, polegada	Un.	2
20	Jogo de chave de estria, milímetro	Un.	2
21	Jogo de chave de estria, polegada	Un.	2
22	Jogo de chave soquete, encaixe, completo, milímetro e polegada	Un.	4
23	Luxímetro	Un.	1
24	Medidor de resistência de aterramento	Un.	1
25	Megômetro 10.000V(AC) / 2.000 Mohm analógico	Un.	1

26	Multímetro digital Multímetro AC/DC	Un.	8
27	Parafusadeira à bateria	Un.	2
28	Parafusadeira elétrica	Un.	2
29	Sugador de solda manual	Un.	2
30	Tacômetro digital	Un.	6
31	Testador de baterias	Un.	1
32	Alicate Hidráulico Prensa Terminais até 300mm ²	Un.	2
33	Conjunto vara de manobra	Un.	1
34	Analizador de energia trifasico	Un.	1
35	Prensa terminal até 10 mm gedore	Un.	1
36	Termo visor	Un.	1
37	Osciloscópio	Un.	1
38	Estação de solda	Un.	1
39	Torquímetro	Un.	2

A CONTRATANTE deve solicitar à CONTRATADA que adquira outras ferramentas que por ventura sejam necessárias para uma realização adequada dos serviços do Contrato. A CONTRATADA deve prover a compra destas ferramentas adicionais em até três dias úteis. Caso seja uma ferramenta muito específica ou de pouca utilização a CONTRATADA, se preferir, deve efetuar sua locação. Tais casos não trarão ônus à CONTRATANTE.

Colocar à disposição dos empregados, no mínimo, 39 (trinta e nove) maletas metálicas com cadeado, para guarda e transporte de ferramentas, contendo cada uma, no mínimo, o ferramental abaixo relacionado, complementando-as ou adquirindo outras não listadas, sempre que os serviços exigirem:

Item	Descrição ferramentas e equipamentos (para cada eletricista)	Quantidade
1	Alicate bico chato, cabo isolado 6"	1
2	Alicate corte diagonal cabo isolado 6"	1
3	Alicate Universal, cabo isolado 8"	1
4	Arco de serra	1
5	Canivete lâmina fixa, 3" , cabo isolado	1
6	Chave de fenda 1/4" x 8"	1
7	Chave de fenda 5/16" x 10"	1
8	Chave de fenda, 1/8" x 5"	1
9	Chave de fenda, 3/16" x 6"	1
10	Chave de fenda, cotolo, 3/16" x 1 1/2"	1
11	Chave inglesa 10"	1
12	Chave inglesa 6"	1
13	Chave Philips, 3/16 x 4"	1
14	Chave de teste de tensão	1
15	Lima meia	1
16	Lima retangular, bastarda, 6"	1
17	Martelo bola 300gr	1
18	Trena com 20m	1

Além das ferramentas e equipamentos listados acima, a CONTRATADA deverá providenciar, quando necessário, toda e qualquer outra ferramenta, máquina e equipamento indispensáveis à perfeita execução dos serviços, objetivando melhor qualidade com menor tempo de trabalho, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

Todas as ferramentas/equipamentos deverão ser novos, sem uso.

- **Disciplina**

Designar para realização dos serviços, empregados devidamente habilitados conforme exigido no Termo de Referência, reservando-se à Fiscalização do Contrato, o direito de mandar substituir, a qualquer tempo, aqueles que, a seu juízo, não preencherem os requisitos exigíveis para o desempenho dos serviços pertinentes.

Substituir imediatamente, por determinação da Fiscalização do Contrato, qualquer empregado cuja conduta ou desempenho insatisfatório comprometa o bom andamento dos serviços.

Responder por danos materiais ou físicos causados, culposa ou dolosamente, por seus empregados, ou equipamentos, quando em serviço, a servidores da CONTRATANTE ou a terceiros, nas áreas cobertas pelo Contrato, devendo ser adotadas providências necessárias, dentro de 48 horas, após o comunicado da Fiscalização do Contrato.

Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares da CONTRATANTE, porém, sem qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.

Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

Atender às normas de segurança e demais regulamentos em vigor nas dependências da CONTRATANTE.

Acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na convenção coletiva do Sindicato da classe, a que seus empregados estejam filiados, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

Pagar em dias os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos.

A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto do Termo de Referência, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

- **Gerenciamento da execução dos serviços**

Fica estabelecida como MANUTENÇÃO PREVENTIVA a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos e instalações elétricas de todo Complexo da CONTRATANTE conservando-os em perfeito estado de funcionamento.

Caracteriza-se por serviços cuja realização seja programada com antecedência, considerando as estimativas da durabilidade esperada dos sistemas, equipamentos, elementos ou componentes das instalações elétricas.

Fica estabelecida como MANUTENÇÃO CORRETIVA a série de procedimentos com o objetivo de restaurar as condições iniciais e ideais de operação de máquinas, equipamentos e instalações elétricas, eliminando as fontes de falhas que possam existir. Podendo ocorrer devido a uma avaria inesperada e não planejada ou, devido ao relato de problema identificado.

Fica estabelecida como MANUTENÇÃO PREDITIVA a técnica de manutenção com base no estado do equipamento. A manutenção preditiva acompanha periodicamente os sistemas, equipamentos, elementos ou componentes das instalações elétricas, baseando-se na análise de dados coletados por meio de monitoramentos ou inspeções em campo. A manutenção preditiva tem como principal objetivo a verificação pontual dos equipamentos a fim de antecipar eventuais

problemas que possam causar gastos maiores com manutenções corretivas.

Os SERVIÇOS CORRELATOS são os serviços necessários à adaptação, adequação, modificação, e ampliação dos sistemas, equipamentos, elementos ou componentes das instalações elétricas inerentes à engenharia elétrica.

A CONTRATADA terá o prazo de até 03 (três) dias corridos para a conclusão das Ordens de Serviços - "**O.S.**", a contar da data de seus recebimentos, exceto as de caráter de urgência e emergência, conforme definição dada pela Fiscalização do Contrato, que deverão ter início imediato e concluídas dentro do prazo definido pela Fiscalização do Contrato.

Quando se tratar de serviços de maior complexidade de execução, seja por questões técnicas ou pelo volume do serviço, a CONTRATADA deverá estabelecer e registrar de comum acordo com a Fiscalização do Contrato, para cada "**O.S.**", as datas de início e conclusão dos serviços nelas solicitados, que só poderão ser prorrogadas, em caráter excepcional, mediante prévia concordância da Fiscalização do Contrato ou por outro servidor por ele designado.

Os prazos já incluem a compra e aquisição dos materiais necessários.

Iniciar e concluir os serviços, cumprindo as datas referidas nos itens anteriores e estabelecidas na previsão de atendimento de cada "**O.S.**".

Pelo não cumprimento dos prazos obrigações previstas nos itens anteriores, a CONTRATADA ficará sujeita às multas e outras sanções estabelecidas neste Termo.

Fazer constar, em cada "**O.S.**" atendida, os materiais, peças e componentes aplicados e seus respectivos quantitativos e valores, as datas e horas de início e término, bem como os empregados envolvidos.

As "**O.S.**" só poderão ser consideradas atendidas, após o "aceite" do Cliente, quando for o caso, e o "de acordo" da Fiscalização.

Cumpridas as etapas do subitem anterior, as "**O.S.**" serão encaminhadas, de imediato, ao Escritório da Coordenação de Engenharia, para providenciar o seu encerramento.

Fornecer à Fiscalização do Contrato, juntamente com a fatura dos serviços prestados, relatório mensal informando as manutenções preventivas e corretivas identificando, detalhadamente, os equipamentos e locais contemplados, o total das "**O.S.**" recebidas no mês, o número de atendidas por tipo de serviço, bem como o consolidado dos materiais aplicados com seus respectivos quantitativos e valores.

Agir e operar com organização completa, fornecendo a mão-de-obra, ferramentas, materiais, utensílios e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços realizando, também, todas as atividades inerentes à coordenação, administração e execução dos serviços, utilizando-se de empregados treinados, preparados e de bom nível educacional, moral e mental.

Refazer, às suas custas, os serviços reprovados pela Fiscalização, quer seja pela baixa qualidade dos materiais aplicados, quanto pela imperícia, imprudência e/ou incompetência de seus empregados, arcando com o custo de todos os materiais necessários.

Manter as Oficinas da CONTRATANTE sempre organizadas promovendo, semanalmente, uma limpeza geral, bem como não permitir que seus empregados deixem objetos pessoais nos locais de trabalho.

Exigir de seus empregados que mantenham os lugares, onde estiverem trabalhando, livres de entulho, desobstruídos e limpos, visando minimizar o impacto dos serviços nos ambientes.

Remover às suas expensas e para local autorizado pelo Governo do Distrito Federal - GDF, os entulhos decorrentes dos seus serviços, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

Acatar todas as orientações da Fiscalização do Contrato, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização prestando, de imediato e com solicitude, os esclarecimentos solicitados e

atendimento das reclamações formuladas.

Não ceder ou transferir os serviços deste objeto.

Quando na execução de manutenção preventiva e corretiva, se a mão-de-obra necessária não estiver contemplada no efetivo contrato, a CONTRATADA deverá subcontratar os serviços à profissional ou empresa especializada na atividade, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, exceto quanto ao gasto com materiais.

Providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os reparos ou indenizações de avarias em equipamentos, instalações e bens da CONTRATANTE, causadas por seus empregados na execução dos serviços ou por imperícia, imprudência ou vandalismo, inclusive a servidores e terceiros, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

Executar todos os serviços deste Termo de Referência, necessários à CONTRATANTE, bem como aos órgãos vinculados diretamente ao seu Gabinete, mesmo que localizados em outras edificações, bem como em unidades residenciais funcionais de propriedade da União, localizadas no Distrito Federal.

Não utilizar nenhum dos empregados listados em seu Quadro de Funcionários para atividades diversas das quais foram contratados.

- MATERIAIS, PEÇAS, COMPONENTES E EQUIPAMENTOS**

A CONTRATADA deverá fornecer e instalar, de imediato, toda e qualquer peça, materiais, componentes e equipamentos necessários às manutenções preventivas, preditivas e corretivas, bem como nos serviços correlatos de modificação, adequação, reforma, ampliação e novas instalações elétricas.

Os materiais, peças, componentes e equipamentos deverão ser novos, de primeira qualidade e aprovados pela Fiscalização. As peças deverão ser originais e genuínas.

Em caso de impasse entre a CONTRATADA e a Fiscalização sobre a reprovação de algum material, peça, componente ou equipamento fornecido pela CONTRATADA e considerado, pela Fiscalização, como não sendo de primeira qualidade a CONTRATADA deverá apresentar laudo técnico de laboratório credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial - INMETRO, como contraprova da boa qualidade do produto ofertado, para a aprovação do material, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá manter em seu almoxarifado, estoque dos materiais complementares para manutenções preventivas, preditivas e corretivas, urgência e emergência:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	ESTIMATIVA ANUAL
1	ABRAÇADEIRA CIRCULAR 1/4 POL X38X220MM C/ PARAFUSO (Thelmar ou equivalente).	un.	20
2	ABRACADEIRA COPO 3/4 POL (Thelmar ou equivalente).	un.	800
3	ABRACADEIRA CUNHA 3/4 POL (Thelmar ou equivalente).	un.	240
4	ABRAÇADEIRA D 1 POL C/ CUNHA (Thelmar ou equivalente).	un.	30
5	ABRACADEIRA D 1.1/4 POL C/ PARAFUSO (Thelmar ou equivalente).	un.	30
6	ABRAÇADEIRA NYLON 200X4,6MM (Hellermann ou equivalente).	un.	1200
7	ABRAÇADEIRA NYLON 390X4,6MM (Hellermann ou	un.	600

	equivalente).		
8	ABRACADEIRA PARA LAMPADA FLUORESCENTE ACO T5 (Tramontina ou equivalente).	un.	120
9	ABRACADEIRA PARA LAMPADA FLUORESCENTE ACO T8 (Tramontina ou equivalente).	un.	200
10	ABRACADEIRA ROSCA SEM FIM, PARAFUSO INOX, LARGURA FITA *12,6 A *14 MM, D = 2" A 2 1/2" (Würth ou equivalente).	un.	15
11	ABRAÇADEIRA TIPO COPO 1 1/4 POL (Thelmar ou equivalente).	un.	20
12	ABRACADEIRA TIPO COPO 1 POL (Thelmar ou equivalente).	un.	120
13	ABRACADEIRA TIPO COPO 2 POL (Thelmar ou equivalente).	un.	6
14	ACRILICO PLACA EM ACRILICO CRISTAL 3MM DE ESPESSURA 60X50	un.	6
15	ADAPTADOR 2P+T 10A BR PADRAO NOVO (Tramontina ou equivalente).	un.	152
16	ADESIVO LIQUIDO EPOXI ESR 16 G	un.	6
17	ADESIVO PU CONSTRUCAO 420G CINZA (Ultraflex ou equivalente).	un.	10
18	ANILHA 1,5 A 6,0 MM - DIVERSOS (Würth ou equivalente).	un.	300
19	ANILHA 2,5 A 10,0 MM - DIVERSOS (Würth ou equivalente).	un.	200
20	ARAF. AA CHATA MAD. FEND. 3,8X40 200UN	un.	2,19
21	ARAME GALVANIZADO N 16 (Belgo ou equivalente).	kg	2
22	ARANDELA CAMARIM MEDIO 2XE27 122CM (Edimbraz ou equivalente).	un.	190
23	ARANDELA CLEAN 30CM 1L C/VD (Bronzearte BC-G-CR CL73 ou equivalente).	un.	220
24	ARMAÇÃO 3X3 (REX, Pressbow ou equivalente).	un.	1
25	ARRUELA 3/8 POL GALVANIZADA (Würth, Mabelini ou equivalente).	un.	20
26	ARRUELA LISA 1/4 POL GALVANIZADA (Würth, Mabelini ou equivalente).	un.	500
27	BARRA 3/8X3MT ROSCA INT. ACO GALV (Ciser, Âncora ou equivalente).	un.	1
28	BARRA CHATA DE COBRE 3/4X1/8 146A - 2 (MCEIG ou equivalente).	un.	1
29	BARRA ROSCADA 1/4 POL 3 METROS FIXAÇÃO (Ciser, Âncora ou equivalente).	un.	5,3
30	BARRAMENTO MON. 12P 80A DIN (Steck, Schneider ou equivalente).	un.	30
31	BARRAMENTO TERRA/NEUTRO 12 FUIROS TRILHO D (MCEIG, Cemar ou equivalente).	un.	8
32	BARRAMENTO TRIF. 12MOD 63A 5ST37380MB (Steck, Schneider, Siemens ou equivalente).	un.	6
33	BARRAMENTO TRIF. DIN 57 MOD. BRM3 -80A 1 (Steck, Schneider, Siemens ou equivalente).	un.	2

34	BASE PARA RELE FOTOELETRICO (IEP Iluminação ou equivalente).	un.	43
35	BATERIA 45AH (Moura ou equivalente).	un.	3
36	BATERIA ALCALINA A23 12V (Duracel ou equivalente).	un.	11
37	BATERIA Estacionária 200AH LINHA DIESEL (Moura ou equivalente).	un.	4
38	BATERIA Estacionária 225AH LINHA DIESEL (Moura ou equivalente).	un.	2
39	BATERIA SELADA 12V 18AH (UNIPOWER UP12180 ou equivalente)	un.	30
40	BATERIA SELADA 12V 7AH (UNIPOWER - UP1270 ou equivalente)	un.	120
41	BLOCO AUTONOMO LED 2200 LUMENS 2 FARÓIS (Intelbras BLA 2200 ou equivalente).	un.	24
42	BLOCO DE CONTATO NA (Siemens ou equivalente).	un.	3
43	BLOCO LUMINOSO LED VERDE 220V (Schneider ou equivalente).	un.	10
44	BOIA INDICADORA	un.	1
45	BOTAO COMANDO MAN. CURTO 0-1	un.	8
46	BOX CURVO 1 POL C/R ARRUELA (Tramontina Flexor ou equivalente).	un.	24
47	BOX CURVO 1.1/4 POL C/R ARRUELA (Tramontina Flexor ou equivalente).	un.	6
48	BOX CURVO 2 POL C/R ARRUELA (Tramontina Flexor ou equivalente).	un.	3
49	BOX CURVO 3/4 POL C/R ARRUELA (Tramontina Flexor ou equivalente).	un.	220
50	BOX RETO 1.1/4 POL C/R ARRUELA (Tramontina Flexor ou equivalente).	un.	30
51	BOX RETO 2 POL C/R ARRUELA (Tramontina Flexor ou equivalente).	un.	30
52	BOX RETO DE 1 POL C/R ARRUELA (Tramontina Flexor ou equivalente).	un.	150
53	BOX RETO DE 1.1/2 POL C/R ARRUELA (Tramontina Flexor ou equivalente).	un.	6
54	BOX RETO DE 3/4 POL C/R ARRUELA (Tramontina Flexor ou equivalente).	un.	1000
55	BRACO PVC P/CHUVEIRO 30 CM BR (Amanco, Tigre ou equivalente).	un.	35
56	BUCHA B 3/4 (Inca, Daisa ou equivalente).	un.	30
57	BUCHA FIXACAO NYLON GESSO MD 3/8" C/100 (Fischer, Âncora, Ivasa ou equivalente).	un.	240
58	BUCHA FIXACAO PLAST S08 (Fischer, Âncora, Ivasa ou equivalente).	un.	2600
59	BUCHA P/ ELET DE 1.1/4 POL (Inca, Daisa ou equivalente).	un.	20
60	BUCHA P/ELET DE 2 pol (Inca, Daisa ou equivalente).	un.	6
61	BUCHA S10 ABA IVASA (Fischer, Âncora, Ivasa ou equivalente).	un.	24

62	CABO 0,6/1KV FLEX 10MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	300
63	CABO 0,6/1KV FLEX 10MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	600
64	CABO 0,6/1KV FLEX 10MM VERDE (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	300
65	CABO 0,6/1KV FLEX 16MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	200
66	CABO 0,6/1KV FLEX 16MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	300
67	CABO 0,6/1KV FLEX 16MM VERDE (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	200
68	CABO 0,6/1KV FLEX 25MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	30
69	CABO 0,6/1KV FLEX 25MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	60
70	CABO 0,6/1KV FLEX 25MM VERDE (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	30
71	CABO 0,6/1KV FLEX 35MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	20
72	CABO 0,6/1KV FLEX 35MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	60
73	CABO 0,6/1KV FLEX 35MM VERDE (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	60
74	CABO 0,6/1KV FLEX 3X4,0MM EPR90 (Induscabos ou equivalente).	m	800
75	CABO 0,6/1KV FLEX 4X10MM EPR-90 (Induscabos ou equivalente).	m	40
76	CABO 0,6/1KV FLEX 4X4,0MM EPR-90 (Induscabos ou equivalente).	m	30
77	CABO 0,6/1KV FLEX 50MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	10
78	CABO 0,6/1KV FLEX 50MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	30
79	CABO 0,6/1KV FLEX 50MM VERDE (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	30
80	CABO 0,6/1KV FLEX 70MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	16
81	CABO 0,6/1KV FLEX 70MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	8
82	CABO 0,6/1KV FLEX 70MM VERDE (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	5
83	CABO 1KV FLEX 3X1,5MM EPR-90 (Induscabos ou equivalente).	m	1600
84	CABO 1KV FLEX 3X6MM EPR-90 (Induscabos ou equivalente).	m	60
85	CABO 1KV FLEX 4X6,0MM EPR-90 (Induscabos ou equivalente).	m	40
86	CABO 300V 2X2,5MM PARARELO BRANCO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	700

87	CABO 450/750V FLEX 1,0 MM BRANCO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	200
88	CABO 450/750V FLEX 1,0 MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	200
89	CABO 450/750V FLEX 1,0MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	200
90	CABO 450/750V FLEX 1,5 MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	300
91	CABO 450/750V FLEX 1,5MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	100
92	CABO 450/750V FLEX 1,5MM BRANCO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	500
93	CABO 450/750V FLEX 2,5MM AMARELO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	500
94	CABO 450/750V FLEX 2,5MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	5000
95	CABO 450/750V FLEX 2,5MM BRANCO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	1200
96	CABO 450/750V FLEX 2,5MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	5000
97	CABO 450/750V FLEX 2,5MM VERDE (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	3500
98	CABO 450/750V FLEX 2,5MM VERMELHO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	600
99	CABO 450/750V FLEX 4,0MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	1100
100	CABO 450/750V FLEX 4,0MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	1100
101	CABO 450/750V FLEX 4,0MM VERDE (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	600
102	CABO 450/750V FLEX 4,0MM VERMELHO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	10
103	CABO 450/750V FLEX 6,0MM AZUL (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	600
104	CABO 450/750V FLEX 6,0MM PRETO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	800
105	CABO 450/750V FLEX 6,0MM VERDE (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	200
106	CABO DE ALUM QUADRUPLIX 3X35+35MM (Nexans ou equivalente).	m	550
107	CABO PARALELO SIL 2X1,50MM BRANCO (Superastic Prysmiam ou equivalente).	m	100
108	CABO PP FLEX 1KV 2X2,5MM PRETO HEPR-90 (Induscabos ou equivalente).	m	600
109	CABO PP FLEX 1KV 3X2,5MM PRETO HEPR-90 (Induscabos ou equivalente).	m	3500
110	CABO PP FLEX 1KV 3X4MM PRETO HEPR-90 (Induscabos ou equivalente).	m	800
111	CAIXA 4X2 DRYWALL AMARELA (Tigre, Amanco ou equivalente).	un.	500

112	CAIXA 4X4 DRYWALL AMARELA (Tigre, Amanco ou equivalente).	un.	200
113	CAIXA CONDULETE PVC CINZA 4X2 (Tigre ou equivalente).	un.	20
114	CAIXA DE PADRAO CEB P/ATERRAMENTO 25X23 (Schneider ou equivalente).	un.	40
115	CAIXA DE PASSAGEM 20X20 ALUMINIO CP-2020 C/T (Wetzel, Daisa ou equivalente).	un.	24
116	CAIXA MULTIPLA PETRO X 1 POL S/T (Tramontina, Daisa ou equivalente).	un.	40
117	CAIXA MULTIPLA PETRO X 3/4 POL S/T (Tramontina, Daisa ou equivalente).	un.	1000
118	CAIXA P/MONTAGEM 30X20X20 S/F (Cemar ou equivalente).	un.	6
119	CAIXA P/MONTAGEM 40X40X20 C/F (Cemar ou equivalente).	un.	6
120	CAIXA P/MONTAGEM 50X40X20 C/F (Cemar ou equivalente).	un.	6
121	CAIXA P/MONTAGEM 60X40X20 (Cemar ou equivalente).	un.	6
122	CAIXA P/MONTAGEM QDO. COMANDO 080X60X20 C/FLANGE 19/19/16 (Cemar QDETG ou equivalente).	un.	3
123	CAMPAINHA ELET SEM FIO POLIFONICA BIV	un.	20
124	CANALETA ABERTA CINZA 30 LARG. X 30 ALT. 2MT (Hellermann ou equivalente).	un.	30
125	CANALETA ABERTA CINZA 50 LARG. X 80 ALT. 2MT (Hellermann ou equivalente).	un.	30
126	CANALETA ABERTA CINZA 80 LARG. X 80 ALT. 2MT (Hellermann ou equivalente).	un.	30
127	CANALETA C/ DIVISORIA 20X10X2000MM C/ FITA (Tramontina ou equivalente).	un.	300
128	CANALETA DE PISO SLIM (Dutotec ou equivalente).	un.	80
129	CANALETA P/PISO 60X13 CZ (Schneider Dexson ou equivalente).	un.	40
130	CANHAO LED PAR SLIM MINI 7X15W RGBWA LEDS 5 EM 1 MKP-7010	un.	99
131	CAPACITADOR ALTA TENSÃO MICROONDAS 0,90 NF 2100V	un.	1
132	CAPACITOR ESPECIAL 3MFX450AC	un.	1
133	CHAVE 2 POSIÇÕES (Margirius, Steck ou Schneider ou equivalente).	un.	1
134	CHAVE SEC. NH SC-01 250A - FSW250-3 (WEG ou equivalente).	un.	2
135	CHUMBADOR 1/4" X 2" C/PARAFUSO (Ciser, Walsywa ou equivalente).	un.	300
136	CHUMBADOR CB 3/8X3 1/2 C/PF (Ciser, Walsywa ou equivalente).	un.	50
137	CHUVEIRO MAXI DUCHA 4600W (Lorenzetti ou equivalente).	un.	120
138	CITY COLOR 36 LEDS RGB 1W IP65 CC36 1W GLOW	un.	4

139	CONECTOR BARRA 10.0MM (SINDAL C 1612 BR ou equivalente).	un.	4
140	CONECTOR BORNE 2,5MM (Sindal ou equivalente).	un.	15
141	CONECTOR P/CABO CDP 70 PERF 10/95MM (Intelli ou equivalente).	un.	12
142	CONECTOR P/HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 POL (Intelli ou equivalente).	un.	120
143	CONECTOR PAR. BIMETALICO ATE 50 MM (Intelli ou equivalente).	un.	19
144	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO SPLIT BOLT 16MM (Intelli ou equivalente).	un.	60
145	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO SPLIT BOLT 50MM (Intelli ou equivalente).	un.	40
146	CONJ. ARSTOP SOB. 2P+T PB 20A S/DISJ MONO (Siemens, Legrand ou equivalente).	un.	100
147	CONTATOR 18A TRIFASICO BOBINA 220V 1NA (Siemens ou equivalente).	un.	3
148	CONTATOR 220V 50/60HZ 45A (Siemens 3TS36 ou equivalente).	un.	1
149	CONTATOR 25A TRIFASICO BOBINA 220V (Siemens ou equivalente).	un.	6
150	CONTATOR 32A TRIFASICO COM CONTATO AUXILIAR 1NA 380V (Siemens ou equivalente).	un.	6
151	COPEX REVESTIDO DE 03/4 POL (Indeflex, Ecoflex, Sealflex ou equivalente).		200
152	COPEX REVESTIDO DE 1.1/2 POL ROLO 15MT (Indeflex, Ecoflex, Sealflex ou equivalente).	un.	9
153	CORDOALHA DE COBRE NU 16MM2 NBR (SIL ou equivalente).	m	300
154	CORDOALHA DE COBRE NU 35MM2 NBR (SIL ou equivalente).	m	50
155	CORDOALHA DE COBRE NU 50MM NBR (SIL ou equivalente).	m	30
156	CURVA CANALETA SISTEMA X . VERTICAL 90G INTERNA BR (Dutotec ou equivalente).	un.	11
157	CURVA CONDULETE 03/4" S/R (Daisa ou equivalente).	un.	20
158	CURVA ELET. GALV. D 90X1.1/4 POL (Daisa ou equivalente).	un.	50
159	CURVA ELETRODUTO . PVC 90G . 3/4 POL S/ROSCA BR (Tigre, Amanco ou equivalente).	un.	20
160	CURVA ELETRODUTO GALV 1 POL X 90 (Daisa ou equivalente).	un.	30
161	CURVA GALV ELETROL 90X2 POL (Daisa ou equivalente).	un.	3
162	CURVA VERT. EXT. PERF. 90X200X50 EL 1310 (Inbrael ou equivalente).	un.	3
163	DISJUNTOR 20A CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	120
164	DISJUNTOR 25A CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	200
165	DISJUNTOR 25A TRIFASICO CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	20

166	DISJUNTOR 32A TRIFASICO CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	20
167	DISJUNTOR 40A TRIFASICO CURVA C (Schneider ou equivalente).	un.	10
168	DISJUNTOR CX. MOLDADA FIXO 100A 380V 35KA (Schneider ou equivalente).	un.	10
169	DISJUNTOR MON. 40A 3KA CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	30
170	DISJUNTOR MON. 63A 3KA CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	20
171	DISJUNTOR TRIP. 100A 10KA - CURVA C (Schneider ou equivalente).	un.	10
172	DISJUNTOR TRIP. 80A 3KA CURVA C (Schneider ou equivalente).	un.	10
173	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 32A 3KA CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	20
174	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 50A 3KA CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	10
175	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 63A 3KA CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	10
176	DISJUNTOR UNIPOLAR DIN 16A 3KA CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	100
177	DISJUNTOR UNIPOLAR DIN 32A CURVA C (Siemens ou equivalente).	un.	60
178	DMX WIRELESS FEMEA KLIGHT	un.	1
179	DMX WIRELESS MACHO KLIGHT	un.	1
180	DUTO CORRUGADO PEAD 2 POL PRETO (Kanaflex ou equivalente).	m	20
181	DUTO CORRUGADO PEAD 25MM 3/4 POL PRETO (Kanaflex ou equivalente).	m	300
182	DUTO CORRUGADO PEAD 3 POL PRETO (Kanaflex ou equivalente).	m	62
183	DUTO CORRUGADO PEAD 32MM 1 POL (Kanaflex ou equivalente).	m	200
184	DUTO CORRUGADO PEAD 40MM 1.1/ 4 POL PRETO (Kanaflex ou equivalente).	m	120
185	ELETROCALHA PERF U 200X50X3000 (Perfil Lider ou equivalente).	un.	20
186	ELETROD PVC CORRUG 25MM 3/4 POL AMARELO (Tigre, Amanco ou equivalente).	m	500
187	ELETRODUTO FLEXÍVEL REVESTIDO DE 2 POL-COPEX (Indeflex, Ecoflex, Sealflex ou equivalente).	un.	40
188	ELETRODUTO FLEXIVEL REVESTIDO 1" (Indeflex, Ecoflex, Sealflex ou equivalente).	m	120
189	ELETRODUTO GALVANIZADO LEVE 2 POL (Perfil Lider ou equivalente).	un.	20
190	ELETRODUTO GALVANIZADO LEVE 3/4 POL (Perfil Lider ou equivalente).	un.	800
191	EMENDA INTERNA PERF 150X50 (Perfil Lider ou equivalente).	un.	20

192	EMENDA INTERNA PERF 200X50 (Perfil Lider ou equivalente).	un.	10
193	ESPAGUETE TERMO RETRATIL 15 MM	un.	20
194	ESPAGUETE TERMO RETRATIL 20 MM	un.	10
195	ESPAGUETE TERMO RETRATIL 25MM	un.	20
196	ESPAGUETE TERMO RETRATIL 3,5 MM	un.	20
197	ESPUMA EXPANSIVA DE PU 740GR/750ML	un.	20
198	Fita Auto Fusao 19mmx10m	un.	24
199	FITA DUPLA FACE TRANSPARENTE 19MMX20M (3M ou equivalente).	un.	50
200	FITA EMBALAGEM 45MMX45M TRSNP (3M ou equivalente).	un.	2
201	FITA ISOLANTE 19MM x 20M (3M, Prismyam ou equivalente).		540
202	FITA VEDA ROSCA 18MMX50M (Tigre, Amanco ou equivalente).	un.	20
203	FIXADOR DE PORTA EQP SLIM-CINZA (Dutotec DS-19130 ou equivalente).	un.	80
204	FUSÍVEL DIAZED 25A	un.	12
205	FUSIVEL DIAZED 6A	un.	12
206	FUSIVEL NH-00 160A (NEGRINI /MAVEL ou equivalente).	un.	20
207	FUSIVEL NH-1 160A (NEGRINI /MAVEL ou equivalente).	un.	20
208	GANCHO VERT 200X50 ELETROCALHA (Perfil Lider ou equivalente).	un.	12
209	GRELHA INOX QUAD 150MM C/CAIXILHO	un.	12
210	HASTE P/ ATERRAMENTO 5/8 POL 2,40M (Intelli ou equivalente).	un.	80
211	INT SIMPLES 10A 250V SISTEMA X (Legrand ou equivalente).	un.	40
212	INTERRUPTOR 1 SIMPLES + 1 PARALELO 10A/250V (Legrand ou equivalente).	un.	30
213	INTERRUPTOR SEM PLACA 3SS (Legrand ou equivalente).	un.	20
214	ISOLADOR EPOXI 25X30 1/4POL (Negrini ou equivalente)	un.	50
215	ISOLADOR EPOXI 30X30 3/8 POL (Negrini ou equivalente)	un.	10
216	ISOLADOR EPOXI PAR 16X25 1/4 POL (Negrini ou equivalente)	un.	10
217	ISOLADOR ROLDANA 72X72MM 0004 (Negrini ou equivalente)	un.	20
218	LAMP. ELET. ESPIRAL 15W X 220V E27 6500K (Dulux Star Osram ou similar)	un.	240
219	LAMPADA BULBO LED T80 20W 6500K (Osram ou equivalente).	un.	30
220	LAMPADA BULBO T120/40W 6500K (Osram ou equivalente).	un.	30
221	LAMPADA ELETRONICA 3U 25W 220V 6500K	un.	143

	(Osram ou equivalente).		
222	LAMPADA ELETRONICA COMPACTA 20W 220V E27 6500K (Osram ou equivalente).	un.	80
223	LAMPADA ELETRONICA COMPACTA 23W 220V E27 6500K (Osram ou equivalente).	un.	400
224	LAMPADA ELETRONICA COMPACTA 26W E27 6500K (Osram ou equivalente).	un.	352
225	LAMPADA ELETRONICA COMPACTA 45W 220V E27 6500K (Osram ou equivalente).	un.	200
226	LAMPADA ELETRONICA COMPACTA MINI 15W 220V E27 6500K (Osram ou equivalente).	un.	300
227	LAMPADA FLUOR LUMILUX T5 HE 28W/21-840	un.	1
228	LAMPADA FLUORESCENTE 14W T5 6400K (Osram ou equivalente).	un.	160
229	LAMPADA FLUORESCENTE 16W T8 G13 6500K (Osram ou equivalente).	un.	600
230	LAMPADA FLUORESCENTE 28W T5 6400K (Osram ou equivalente).	un.	300
231	LAMPADA FLUORESCENTE 32W T8 6400K 7000H (Osram ou equivalente).	un.	2500
232	LAMPADA FLUORESCENTE PL 4 PINOS 26W 6500K (Osram ou equivalente).	un.	200
233	LAMPADA HALOG. 150W 220V REF BLISTER	un.	10
234	LAMPADA HALOGENA 300W 220V	un.	30
235	LAMPADA HALOPAR 30 75W 220V	un.	30
236	LAMPADA LED BULBO 12W 110-220V E27 6500K (Osram Superstar ou equivalente).	un.	100
237	LAMPADA LED BULBO 8W 110-220V E27 6500K (Osram Superstar ou equivalente).	un.	40
238	LAMPADA LED PAR16 4,8W 110-220V GU10 6500K (Osram ou equivalente).	un.	40
239	LAMPADA MISTA 160W 220V HWL E27 6000K (Osram ou equivalente).	un.	240
240	LAMPADA MISTA 250W 220V E27 6000K (Osram ou equivalente).	un.	50
241	LAMPADA MISTA 500W 220V E40 6000K (Osram ou equivalente).	un.	50
242	LAMPADA PL 2 PINOS 26W BRANCA (Osram ou equivalente).	un.	20
243	LAMPADA SECAGEM 250W 127V E27 6000K	un.	30
244	LAMPADA TUBO LED 18W 3000K BIV 1850LM	un.	120
245	LAMPADA TUBO LED T8 10W 3000K 60CM BIV (Osram ou equivalente).	un.	100
246	LAMPADA VAPOR MET HQI 150W (Osram ou equivalente).	un.	120
247	LAMPADA VAPOR METALICO HQI 250W (Osram ou equivalente).	un.	140
248	LAMPADA VAPOR METALICO HQI 70W (Osram ou equivalente).	un.	50
249	LAMPADA VAPOR METALICO HQI-T 400W E40	un.	50

	(Osram ou equivalente).		
250	LAMPADA VAPOR SODIO 400W E-40 SON T (Osram ou equivalente).	un.	20
251	LED EMISSOR TIL 32 5MM	un.	7
252	LED RECEPTOR TIL 78 3MM	un.	4
253	LED RECEPTOR TIL 78 5MM	un.	2
254	LUM. SOB.BR400 2X16/18/20 (Abalux ou equivalente).	un.	30
255	LUM. SOBR.A -401 2X32/36/40W (Abalux ou equivalente).	un.	80
256	LUMINARIA ARANDELA TIPO MEIA-LUA COM VIDRO FOSCO *30 X 15* CM, PARA 1 LAMPADA, BASE E27, POTENCIA MAXIMA 40/60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	un.	50
257	LUMINARIA BLINDADA 2X16W (Abalux ou equivalente).	un.	6
258	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LED BIVOLT (Segurimax ou equivalente).	un.	30
259	LUMINARIA TIPO PLAFON	un.	1
260	LUVA COMPRESSAO 010 MM2 LM-010 704 (Intelli ou equivalente).	un.	30
261	LUVA COMPRESSAO 035 MM2 LM-010 704 (Intelli ou equivalente).	un.	30
262	LUVA DE EMENDA 16MM (Intelli ou equivalente).	un.	30
263	LUVA DE EMENDA 25MM (Intelli ou equivalente).	un.	30
264	LUVA DE EMENDA 70MM (Intelli ou equivalente).	un.	10
265	LUVA DE EMENDA 95MM (Intelli ou equivalente).	un.	5
266	MAGNETRON - 6 10A (GALANZ M24FB ou equivalente).	un.	1
267	MEDUSA DE AUDIO DE 6 VIAS (Indeleta ou equivalente).	un.	2
268	MESA DMX 512 KLIGHT ES-192 (MAK PRO ou equivalente).	un.	1
269	MIOLO C/RABICHO PADRAO NBR 10A PRETA (Margirius ou equivalente).	un.	400
270	MODULO BLK 10A 3P NBR BRANCA (Dutotec ou equivalente).	un.	100
271	MODULO BLK 10A 3P NBR PRETA (Dutotec ou equivalente).	un.	20
272	MODULO CAMPAINHA CIGARRA BRANCA 220V (Legrand PIAL Plus ou equivalente).	un.	100
273	MODULO INTERRUPTOR PARARELO 10A (Legrand ou equivalente).	un.	10
274	MODULO INTERRUPTOR SIMPLES (Legrand PIAL Plus ou equivalente).	un.	400
275	MODULO TOMADA 2P+T 10A (Legrand ou equivalente).	un.	500
276	MODULO TOMADA 2P+T 20A (Legrand PIAL Plus ou equivalente).	un.	200
277	MODULO TOMADA RJ11 2 FIOS (Legrand PIAL Plus ou equivalente).	un.	20

278	PAINEL LED SOB 22,5X22,5 18W 6500K BIVOL (Osram ou equivalente).	un.	3
279	PARAFUSO C. CHATA PHILLIPS 5.0X50 (Ciser, Walsywa ou equivalente).	un.	4
280	PARAFUSO PB 4,2 X 13MM CAB FLANG CX C/ 0500 (Ciser, Walsywa ou equivalente).	un.	800
281	PARAFUSO PONTA DE AGULHA 3,5X25MM (Ciser, Walsywa ou equivalente).	un.	15
282	PARAFUSO S8 (Ciser, Walsywa ou equivalente).	un.	200
283	PERFILADO PERFIL 38X38 (Perfil Lider ou equivalente).	m	35
284	PLACA 1 POSTO 4X2 QUAD WHITE 582562B (Legrand Arteor ou equivalente).	un.	8
285	PLACA 4X2 1 POSTO HORIZ- (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	300
286	PLACA 4X2 2 POSTOS SEPARADOS (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	200
287	PLACA 4X2 3 POSTOS (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	60
288	PLACA 4X4 01 POSTO HORIZONTAL (Legrand ou equivalente).	un.	10
289	PLACA 4X4 1+1 POSTO HORIZ (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	20
290	PLACA 4X4 2+2 POSTO JUNTOS (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	20
291	PLACA 4X4 2+2 POSTOS SEPARADOS (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	12
292	PLACA 4X4 3+3 POSTO (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	20
293	PLACA 4X4 CEGA (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	60
294	PLACA CEGA 4X2 (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	400
295	PLACA CEGA REDONDA 3X3 (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	40
296	PLAFON BEM. C/VIDRO C.FOSCO 2XE27 (Blumenau ou equivalente).	un.	7
297	PLUG FEMEA 2P+T 10A BR (Tramontina ou equivalente).	un.	200
298	PLUG MACHO 180 2P+T 20A (Tramontina ou equivalente).	un.	100
299	PLUG MACHO 2P+T 180G 10A BR (Tramontina ou equivalente).	un.	600
300	PORCA 1/4 SEX ZINC (Ciser, âncora ou equivalente).	un.	400
301	PORCA SEXT. ZINCADA 3/8 UNC (Ciser, âncora ou equivalente).	un.	150
302	PRENSA CABO BSP 3/8 CINZA	un.	200
303	PULSADOR DE CAMPAINHA (Legrand Pial Plus ou equivalente).	un.	4
304	QUADRO ELÉTRICO EMBUTIR C/B+G 24 DIN 150A BEGE (Cemar QDETG ou equivalente).	un.	1
305	REATOR ELETR BIVOLT AFP 1X16W (Intral ou	un.	20

	equivalente).		
306	REATOR ELETR. 2X28W BIV(Intral ou equivalente).	un.	90
307	REATOR ELETRONICO 1X26W PL 220V AFP (Intral, Philips ou equivalente).	un.	10
308	REATOR ELETRONICO 1X32W 110-220V AFP (Intral, Philips ou equivalente).	un.	200
309	REATOR ELETRONICO 2X16W 110-220V AFP (Intral, Philips ou equivalente).	un.	120
310	REATOR ELETRONICO 2X26W PL 220V AFP (Intral, Philips ou equivalente).	un.	13
311	REATOR ELETRONICO 2X32W 110-220V AFP (Intral, Philips ou equivalente).	un.	400
312	REATOR VAPOR MET 70W - (Intral, Philips ou equivalente).	un.	40
313	REATOR VAPOR MET. (Intral, Philips ou equivalente).	un.	3
314	REATOR VAPOR METALICO 250W (Intral, Philips ou equivalente).	un.	8
315	REATOR VAPOR METALICO HQI 150W 220V USO EXTERNO AFP (Intral, Philips ou equivalente).	un.	90
316	REATOR VAPOR METALICO HQI 250W 220V REF AFP(Intral, Philips ou equivalente).	un.	120
317	REATOR VAPOR METALICO HQI 70W 220V USO INTERNO REF AFP (Intral, Philips ou equivalente).	un.	25
318	RECEPTACULO E-27 PORCELANA (Lorenzetti ou equivalente).	un.	300
319	REFLETOR LED 100W 6500K IP65 BIV (Osram ou equivalente).	un.	17
320	REFLETOR LED 200W 220V 5000K IP65 (Osram ou equivalente).	un.	7
321	REFLETOR LED 50W 220V 5000K IP65 (Osram ou equivalente).	un.	12
322	REFLETOR LED PAR 64 RGB IP 65 OUTDOOR	un.	28
323	REFLETOR LEDVANCE FLOODLIGHT 30W/850 (Osram ou equivalente).	un.	24
324	REFLETOR RETANGULAR 400W E-40	un.	6
325	RELE FOTOELETRICO SEM BASE (Stielectrônica, Tecnowatt ou equivalente).	un.	120
326	RESISTOR 1/4W	un.	30
327	SAIDA HORIZONTAL PARA ELETROCALHA 3/4 POL (Perfil Lider ou equivalente).	un.	6
328	SENSOR DE PRESENÇA TETO 360 EMB/SOB-SP (Osram ou equivalente).	un.	37
329	SILICONE ITW SILOC ACET USO GERAL INC 280ML	un.	8
330	SINAL LED VD 220V (STECK ou equivalente).	un.	3
331	SOLDA ESTANHO COM FLUXO AZUL 189 MSX10 - 500GR CX C/ 0500GR (Best ou equivalente).	un.	3
332	SOQUETE P/ABAJUR/PEND TERMOPLASTICO BRANCO E-27	un.	29
333	SOQUETE P/CALHA ANTIVIBRATORIO T5	un.	104

	(Lorenzetti ou equivalente).		
334	SOQUETE PARA LAMPADA GU10 (Lorenzetti ou equivalente).	un.	12
335	STRAHL PLUGUE 16A (5P) 3P+N+T 380/440V 6H V (STECK 5076BC ou equivalente).	un.	4
336	SUPORTE PARA CAIXA 4X2 HORIZONTAL (Legrand Pial Arteor ou equivalente).	un.	2
337	TAMPA P/ PETROLETE 1/2 - 3/4 P/ 2 POSTOS (Tramontina, Daisa ou equivalente).	un.	7
338	TAMPA P/PETRO 01/2 E 3/4 1 TOM RED (Tramontina, Daisa ou equivalente).	un.	200
339	TAMPA P/PETRO 01/2 E 3/4 3 SS (Tramontina, Daisa ou equivalente).	un.	143
340	TAMPA P/PETRO 1 CEGA (Tramontina, Daisa ou equivalente).	un.	31
341	TERM PRE ISOL PINO 10MM (Intelli ou equivalente).	un.	200
342	TERM PRE-ISOL OLHAL 16MM (Intelli ou equivalente).	un.	100
343	TERM. PRESSAO BOTINHA TA 25MM (Intelli ou equivalente).	un.	23
344	TERMINAL MC 16MM BOTINHA (Intelli ou equivalente).	un.	120
345	TERMINAL MC 35MM BOTINHA (Intelli ou equivalente).	un.	22
346	TERMINAL MC 50MM BOTINHA (Intelli ou equivalente).	un.	22
347	TERMINAL PRE ISOL TPP GARFO 4 A 6MM (Intelli ou equivalente).	un.	200
348	TERMINAL PRE ISOL TPP OLHAL 4 A 6MM (Intelli ou equivalente).	un.	300
349	TERMINAL PRE ISOL TPP OLHAL 70MM (Intelli ou equivalente).	un.	11
350	TERMINAL PRE ISOL TPP PINO 4 A 6MM (Intelli ou equivalente).	un.	500
351	TERMINAL PRE ISOL TPP PINO 70MM (Intelli ou equivalente).	un.	11
352	TOM. RED . C/ HASTE 2P+T PB S/PLACA PT 10A (Weg, Tramontina ou equivalente).	un.	1600
353	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	un.	300
354	TRANSISTOR BC 337	un.	5
355	TRANSISTOR IRF 540N	un.	6
356	TRANSFORMADOR DIMERIZAVEL PARA LAMPADA DICROICA 12V 50W 220V	un.	20
357	TRILHO DIN GALVANIZADO	un.	6,2
358	TUBO ELETRODUTO PVC ANTI-CH 3/4 PRETO (Tigre ou equivalente).	un.	11
359	TUBO GALV. ELETROL 1 POL LEVE (Perfil Lider ou equivalente).	un.	60

360	UNIDUT RETO 1 POL (C-PB) CONECTOR NV (Wetzel ou equivalente).	un.	60
361	UNIDUT RETO 3/4 POL (C-PB) CONECTOR (Wetzel ou equivalente).	un.	240
362	VENTOINHA/COOLER 08CM COM ROLAMENTO 12V (RONTEK ou equivalente).	un.	20
363	ÓLEO DIESEL S500	lt	3000

Para o fornecimento de peças, materiais, componentes e equipamentos para execução dos serviços correlatos de modificação, adequação, reforma, ampliação e novas instalações elétricas, a CONTRATADA será paga pelo valor por unidade utilizado em cada ordem de serviço. O valor por unidade a ser pago será o valor pactuado na Planilha de Custos e Formação de Preços (1682458) acrescidos do BDI.

A CONTRATADA vencedora será a que apresentar o menor valor para cálculo do BDI de acordo com os limites mínimos e máximos dos quartis constantes das páginas nº 1 e 2 do Acórdão do TCU nº 2622/2013 – Plenário ([1370423](#)) não excedendo o valor total de BDI no valor de 16,80%.

Desde que solicitada pela CONTRATADA, os preços dos materiais da **Planilha de Custos e Formação de Preços** poderão ser reajustados anualmente, de acordo com a legislação em vigor, Decreto nº 1.054, de 7/2/1994, alterado pelo Decreto nº 1.110 de 10/4/1994 e Lei nº 10.192, de 14/2/2001, ou em conformidade com outra norma que vier a ser editada pelo Poder Público, com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo – medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ocorrida no período.

A indisponibilidade do IPCA, implicará na sua substituição por outro índice de mesma relevância no mercado, até a data que sua substituição ocorra.

Quando o resultado da variação do IPCA se apresentar negativo, os valores acordados serão objeto de negociação, visando a sua redução.

Os reajustes a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência deste Contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

A CONTRATADA, caso o material não esteja listado na **Planilha de Custos e Formação de Preços**, deverá, previamente, fornecer três orçamentos válidos, com CNPJ do fornecedor, validade da proposta e condições de entrega, para aprovação da Fiscalização do Contrato e posterior compra.

Para os itens não listados na **Planilha de Custos e Formação de Preços** e que não constem na tabela SINAPI, deverá ser realizada pesquisa de mercado, apresentando de pelo menos três orçamentos e indicado o orçamento com o menor preço por produto para a compra.

Caso a Fiscalização do Contrato discorde do menor preço obtido pela CONTRATADA, realizará uma pesquisa no mercado em busca de preços menores para os mesmos itens. Encontrando, dará conhecimento à CONTRATADA para que a mesma forneça, de imediato, e pelo menor preço encontrado pela Fiscalização do Contrato, os materiais, peças, componentes e equipamentos necessários.

A compra deverá ser do item de menor preço de cada orçamento, na condição de preço à vista. Caso a CONTRATADA obtenha algum desconto no orçamento de menor preço, deverá repassá-lo à CONTRATANTE.

O valor a ser pago para os itens não listados na **Planilha de Custos e Formação de Preços** e que não constem na tabela SINAPI será o valor do produto com menor preço acrescido do BDI.

Para o pagamento dos gastos com materiais, peças, componentes e equipamentos aplicados nos serviços de modificação, adequação, reforma, ampliação e novas instalações elétricas, a CONTRATADA deverá fazer constar o valor em sua fatura mensal de serviços e anexar cópias autenticadas das respectivas ordens de serviços contendo o material utilizado em cada uma delas. Nos casos de materiais não listados na **Planilha de Custos e Formação de Preços**, deverá apresentar as notas fiscais das compras dos materiais, peças, componentes e equipamentos utilizados, bem como os respectivos orçamentos com o “autorizo” da Fiscalização do Contrato. O valor a ser pago será a soma de todo material utilizado, deduzindo-se eventuais descontos e acrescidos do BDI.

A CONTRATANTE deverá cotar o valor de **R\$62.798,62 (sessenta e dois mil, setecentos e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos)** mensais, já acrescidos do BDI de 16,80%, para fins de empenho de dotação orçamentária destinada ao pagamento à CONTRATADA dos gastos com os materiais, peças, componentes e equipamentos aplicados nos serviços de modificação, adequação, reforma, ampliação e novas instalações elétricas.

O valor de **R\$62.798,62 (sessenta e dois mil, setecentos e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos)**, não será um valor fixo a ser faturado mensalmente. Só será faturado o gasto, efetivamente, ocorrido em cada mês. Esse valor variará para mais ou para menos, ficando seu gasto restrito ao total da dotação orçamentária de cada período de vigência contratual.

A CONTRATANTE deverá cotar o valor de **R\$ 4.452,32 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos)** mensais, para fins de empenho de dotação orçamentária destinada ao pagamento à CONTRATADA com serviços eventuais subcontratados de empresa especializada na forma temporária num determinado projeto/serviço desde que autorizado pela Fiscalização do Contrato.

O valor de **R\$ 4.452,32 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos)** não será um valor fixo a ser faturado mensalmente. Só será faturado o gasto, efetivamente, ocorrido em cada mês. Esse valor variará para mais ou para menos, ficando seu gasto restrito ao total da dotação orçamentária de cada período de vigência contratual.

O pagamento do material fornecido pela empresa sofrerá a retenção dos impostos federais, nos termos da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004. O DARF referente ao valor retido poderá ser solicitado à CONTRATANTE, para fins de compensação de impostos pela CONTRATADA junto ao Fisco.

- **Responsabilidades e obrigações das partes**

A CONTRATADA deve manter o seu pessoal, quando em horário de trabalho, ou ainda, nas dependências da CONTRATANTE, devidamente uniformizado (camisa, calça e calçado), identificado por crachá e providos dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, substituindo, imediatamente, todo e qualquer empregado seu ou preposto que seja julgado inconveniente à ordem ou às normas disciplinadoras da CONTRATANTE.

Substituir, de imediato, qualquer empregado no caso de falta, ausência legal ou férias. As substituições, em caso de faltas, deverão ocorrer, no máximo, em até 90 minutos, após o início de cada expediente.

Responder por danos materiais ou físicos causados, culposa ou dolosamente, por seus empregados ou equipamentos, quando em serviço, às instalações e ao patrimônio da CONTRATANTE, bem como a terceiros, nas áreas cobertas pelo Contrato, devendo ser adotadas providências necessárias, dentro de 48 horas, após o comunicado da Engenharia da CONTRATANTE.

Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares da CONTRATANTE, porém, sem qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA todos os

encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.

Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependências da CONTRATANTE.

Atender às normas disciplinares e demais regulamentos em vigor nas dependências da CONTRATANTE.

Ter sob vínculo empregatício, exclusivo, os seus empregados, estando em dia com seus encargos trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como o pagamento de adicional de insalubridade ou periculosidade.

Recolher em dia todos os impostos, taxas, emolumentos e encargos sociais incidentes sobre o objeto deste Termo.

A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos decorrentes do contrato não transfere a responsabilidade, por seu pagamento, à CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Termo, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos às instalações ou bens, de propriedade da CONTRATANTE, dos servidores ou de terceiros, causados por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Termo e do Contrato que vier a ser assinado.

Implementar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre, em perfeita ordem, todas as dependências da CONTRATANTE, bem como não desviar o efetivo contratado para atividades diversas das que foi contratado.

Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

1. racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
2. substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
3. racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
4. treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e
5. reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção.

Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

Assessorar a Coordenação-Geral de Engenharia na elaboração e desenvolvimento dos projetos que envolvam instalações e equipamentos inerentes ao objeto deste Termo.

É de responsabilidade da CONTRATANTE fornecer o combustível (óleo diesel S-10) necessário e com adequadas características ao funcionamento dos motores estacionários dos grupos

geradores do Palácio da Alvorada num quantitativo estimado de 1.500 (um mil e quinhentos) litros de óleo diesel S-10 (média/ano).

É de responsabilidade da CONTRATADA fornecer o combustível (óleo diesel S-500) necessário e com adequadas características ao funcionamento dos motores estacionários dos grupos geradores do Palácio do Planalto, Palácio do Jaburu, Granja do Torto, GSI, COTRAN/SPR e Caterpillar num quantitativo estimado de 3.000 (três mil) litros óleo diesel S-500 (média/ano).

É de responsabilidade da CONTRATADA realizar o procedimento de circulação do combustível de todos os tanques de armazenamento dos motores estacionários dos grupos geradores da Presidência da República de acordo aos prazos e procedimentos definidos pela Fiscalização do Contrato.

A CONTRATADA deve, ao efetuar a troca de combustível do atual S-10 para S-500 dos motores estacionários dos grupos geradores do Palácio do Planalto, Palácio do Jaburu, Granja do Torto, GSI, COTRAN/SPR e Caterpillar, realizar uma limpeza cuidadosa dos equipamentos e, principalmente, a troca dos meios filtrantes.

Fornecer crachá de identificação aos empregados da CONTRATADA, de uso obrigatório, para acesso às dependências da CONTRATANTE, que deverão ser devolvidos à Segurança, ao final do vínculo empregatício com o Contrato.

Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações da CONTRATANTE, desde que estejam devidamente credenciados, portando crachá de identificação e exclusivamente para execução dos serviços.

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA, relacionados com a execução dos serviços.

Colocar à disposição dos empregados da CONTRATADA, local para guarda de ferramentas, troca e guarda de uniformes, necessários ao bom desenvolvimento dos serviços.

Disponibilizar espaço físico para a CONTRATADA montar seu escritório e disponibilizar, se possível, linha telefônica restrita a chamadas internas.

Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

A CONTRATANTE deve cobrar à CONTRATADA, as faltas de seus empregados que não tenham sido substituídos.

3.2. Definir e justificar se o serviço possuiu natureza continuada ou não.

Trata-se de uma contratação de serviço de natureza continuada. A prestação de serviços periódicos de operação e manutenções preventiva, corretiva e preditiva nas edificações do Complexo da Presidência da República se justifica pois atende às necessidades públicas de forma permanente e contínua assegurando a integridade do patrimônio público e/ou o funcionamento das atividades finalísticas da Presidência da República, preservando também a segurança e a integridade de todos os seus usuários, de modo que sua interrupção comprometerá a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional. Desta forma constitui-se um serviço IMPRESCINDÍVEL, devendo se estender continuamente em prazos estabelecidos por Lei.

3.3. Incluir, se possível, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

A CONTRATADA deve adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados e deverá também observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental no fornecimento dos bens, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República. Deve também, conforme art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, observar os procedimentos de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

3.4 Avaliar a duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada, que poderá, excepcionalmente, ser superior a 12 meses, e justificar a decisão.

O contrato é para prestação de serviços continuados, com vigência de 12 (doze) meses, a contar do início de sua vigência, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado mediante Termo Aditivo, observado o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no inciso II, do artigo 57, da Lei nº 8666/93. Em prazo legal antes do término do contrato, a Administração deve identificar se existem novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às suas necessidades, podendo ainda realizar audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

3.5 Identificar a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

Antes de deixar o contrato, a CONTRATADA deverá promover a transição contratual para a próxima CONTRATADA, com a transferência das informações (físicas e digitais editáveis), tecnologia e técnicas empregadas de forma a não ocorrer prejuízos à continuidade dos serviços de manutenção. Esta transferência deverá ser feita em comum acordo entre a empresa atual e a recém CONTRATADA sob a supervisão da Fiscalização do Contrato, devendo coincidir com o relatório de recebimento das instalações pela nova CONTRATADA.

3.6 Elaborar quadro identificando as soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes etc.) que atendem aos requisitos especificados e, caso a quantidade de fornecedores seja considerada restrita, verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou flexibilização destes requisitos.

Comparando-se o modelo da prestação de serviços de manutenções proposto neste Estudo Preliminar com as soluções atuais de mercado encontradas nas contratações recentes da esfera pública, não se observou qualquer critério restritivo de forma a limitar o número de fornecedores para este tipo de serviço.

Analizando-se a Planilha Comparativa Painel de Preços ([1168633](#)), obtida a partir de consultas ao Painel de Preços do Ministério do Planejamento, vide anexos ([1033475](#)), ([1033482](#)), ([1033489](#)),

(1033495), (1033504), (1033509), (1042407) e (1042412) com exemplos de contratações públicas recentes, percebeu-se que as mesmas atendem os requisitos expostos neste Estudo Preliminar uma vez que seus objetos guardam similaridade com a nossa contratação.

Identificação da Compra	Código do CATM AT	Item	Fornecedor	UASG - Unidade Gestora
00002/2018	5606	INSTALACAO / MANUTENCAO ELETRICA - PREDIAL, INDUSTRIAL	RCS TECNOLOGIA LTDA	303001 - CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA
00049/2018	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL	ALPHA SERVICE LTDA-EPP	060001 - STM SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF
00034/2018	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL	CLEYDISON MANOEL DA SILVEIRA FERREIRA	030001 - TCU- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO/DF
00007/2018	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL	RICARDO DE SOUZA LIMA CAIAFA MANUTENCOES E SERVICOS	200024 - PROCURADORIA REG.DO TRABALHO 10A. REGIAO - DF
00010/2018	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL	ENGEFAP ENGENHARIA LTDA	420001 - COORD.GERAL DE EXEC. ORÇAMENTARIA E FINANCEIR
00097/2018	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL	RICARDO DE SOUZA LIMA CAIAFA MANUTENCOES E SERVICOS	060001 - STM - SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR/DF
00017/2018	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL	ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDEMENTOS,MANUTENCAO E INSTALACOES LTDA	443001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA
00077/2017	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL	ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A	200008 - MINISTERIO PUBLICO MILITAR - DF
00006/2018	1627	MANUTENCAO / REFORMA PREDIAL	RENOVAR ENGENHARIA LTDA	100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL
00027/2018	1627	MANUTENCAO	RICARDO DE SOUZA LIMA	925008 - BANCO

7		AO / REFORMA PREDIAL	CAIAFA MANUTENCOES E SERVICOS	DE BRASÍLIA S/A
00043/201 8	1627	MANUTENC AO / REFORMA PREDIAL	TECNICALL ENGENHARIA LTDA	110404 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃ O INTERNA
00003/201 8	1627	MANUTENC AO / REFORMA PREDIAL	ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDEMENTOS,MANUTE NCAO E INSTALACOES LTDA	440001 - SUBSECRET. DE PLANEJ., ORÇ. E ADMINISTRAÇÃ O
00002/201 8	1627	MANUTENC AO / REFORMA PREDIAL	ATLANTICO ENGENHARIA LTDA	130005 - COORD.- GERAL DE EXECUCAO ORÇ.E FIN./DA/MAPA
00010/201 8	1627	MANUTENC AO / REFORMA PREDIAL	RCS TECNOLOGIA LTDA	200100 - SECRETARIA DE ADMINISTRACA O MIN. PUBLICO FED.
00047/201 8	1627	MANUTENC AO / REFORMA PREDIAL	CVT CONSTRUTORA LTDA	110404 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃ O INTERNA
00012/201 8	1627	MANUTENC AO / REFORMA PREDIAL	RICARDO DE SOUZA LIMA CAIAFA MANUTENCOES E SERVICOS	110120 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACA O DA ABIN/GSI/PR
00027/201 7	1627	MANUTENC AO / REFORMA PREDIAL	CONSTRUTORA ENGEMEGA LTDA	925008 - BANCO DE BRASÍLIA S/A
00045/201 8	1627	MANUTENC AO / REFORMA PREDIAL	TECNICALL ENGENHARIA LTDA	110404 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃ O INTERNA
00032/201 8	1627	MANUTENC AO / REFORMA PREDIAL	RCS TECNOLOGIA LTDA	201004 - MP- COORDENAÇÃO GERAL DE AQUISIÇÕES
00035/201 7	1627	MANUTENC AO / REFORMA PREDIAL	MPE ENGENHARIA E SERVICOS S/A	170531 - SUPERINTENDÊN CIA DE ADMINISTRAÇÃ

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE:

O quadro abaixo mostra o número estimado de equipamentos e instalações elétricas diversas existentes/instalados nas principais edificações do Complexo da Presidência da República, não sendo necessária, portanto, a memória de cálculo para isto, uma vez que esta quantidade foi obtida por meio de contagem direta dos equipamentos e medição das instalações elétricas em média atendidos pela atual prestadora de serviços de manutenção, do Contrato PR/SA nº 135/2014. Esse número de equipamentos deverá ser considerado para fins de elaboração da planilha orçamentária do Termo de Referência.

QUANTIDADE	UNIDADE	PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS	LOCAL	DESCRIÇÃO
4	un.	motogeradores a diesel, potência nominal de 1250KVA 1000KW, 380V, marca CUMMINS POWER GENERATION, modelo DFHD, alternadores marca CUMMINS modelo HC6K, com sistema de controle microprocessado Power Comand 3100, dotados de sistema de arrefecimento	PALÁCIO DO PLANALTO	
4	un.	SISTEMA E CONTROLE MICROPROCESSADO POWER COMAND 3100	PALÁCIO DO PLANALTO	
2	un.	NOBREAK 80KVA CHLORIDE MODELO: MP-NET	PALÁCIO DO PLANALTO - SALA OESTE	
2	un.	NOBREAK 60KVA CHLORIDE MODELO: MP-NET	PALÁCIO DO PLANALTO - SALA OESTE	
2	un.	NOBREAK 80KVA CHLORIDE MODELO: MP-NET	PALÁCIO DO PLANALTO - SALA LESTE	
2	un.	NOBREAK 60KVA CHLORIDE MODELO: MP-NET	PALÁCIO DO PLANALTO - SALA LESTE	
1	un.	NOBREAK 40KVA C/ BANCO DE BATERIAS CHLORIDE MODELO: MP-NET	PALÁCIO DO PLANALTO - 3º ANDAR	
1	un.	NOBREAK 220V SCHNEIDER APC, MODELO SURT 10000	PALÁCIO DO PLANALTO - 3º ANDAR	

		XLI		
1	un.	BANCO DE CAPACITORES SCHNEIDER 380V 260KVA 10 ESTÁGIOS	PALÁCIO DO PLANALTO	ILUMINAÇÃO E TOMADAS
1	un.	BANCO DE CAPACITORES SCHNEIDER 380V 247KVA 10 ESTÁGIOS	PALÁCIO DO PLANALTO	AR CONDICIONADOS
1	un.	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	PALÁCIO DO PLANALTO	
70	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO IP 54	PALÁCIO DO PLANALTO	SUBESTAÇÃO CEB AO BGE - 4800A
2	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO VENTILADO IP31	PALÁCIO DO PLANALTO	BGE AO PSSN - 4300A
8	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO VENTILADO IP31	PALÁCIO DO PLANALTO	BGE AO QDAC - 2000A
2,32	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO VENTILADO IP31	PALÁCIO DO PLANALTO	PSSN AO QDGE - 4300A
2,68	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO VENTILADO IP31	PALÁCIO DO PLANALTO	PAINEL DE PARALELISMO AO PSSN - 4300A
6	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO VENTILADO IP31	PALÁCIO DO PLANALTO	PAINEL DE PARALELISMO AO PSSA - 1000A
150	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO VENTILADO IP31	PALÁCIO DO PLANALTO	QDFE AO QDG-LESTE - 2000A
190	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO VENTILADO IP31	PALÁCIO DO PLANALTO	QDFE AO QDG-OESTE - 2350A
150	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO VENTILADO IP31	PALÁCIO DO PLANALTO	QDGAC AO QDGAC-LESTE - 1250A
190	m	BUSWAY BARRA DE ALUMÍNIO VENTILADO IP31	PALÁCIO DO PLANALTO	QDGAC AO QDGAC-OESTE - 1500A
	un.	CAPACITOR TIPO FRANKLIN	PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
18	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
	un.	CORDALHA DE DESCIDA	PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
84	un.	CANHÕES DE LED	PALÁCIO DO	ILUMINAÇÃO

		SLIM MINI 7X15W RGBWA MKP-7010	PLANALTO - MONUMENTO	COLORIDA DO MONUMENTO
28	un.	REFLETORES LED PAR 64 RGB IP 65	PALÁCIO DO PLANALTO - MONUMENTO	ILUMINAÇÃO COLORIDA DO MONUMENTO
8	un.	AMPLIFICADORES TIPO SPLITTERS HI1 CENT 4 SAÍDA MPL S03 H	PALÁCIO DO PLANALTO - MONUMENTO	ILUMINAÇÃO COLORIDA DO MONUMENTO
1	un.	MESA DMX 512 KLIGHT ES-192	PALÁCIO DO PLANALTO - MONUMENTO	ILUMINAÇÃO COLORIDA DO MONUMENTO
1	un.	BANCO AUTOMATICO DE CAPACITORES TRICAP 250KVA 10 ESTAGIOS	ANEXOS PALÁCIO DO PLANALTO	
1	un.	FUSIVEL 400A SIEMENS	ANEXOS PALÁCIO DO PLANALTO	
1	un.	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	ANEXOS PALÁCIO DO PLANALTO	
24	un.	LÂMPADAS DE SINALIZAÇÃO	HELIPONTO	
16	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	ANEXO I PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
	un.	CAPACITOR TIPO FRANKLIN	ANEXO I PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
16	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	ANEXO II PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
	un.	CAPACITOR TIPO FRANKLIN	ANEXO II PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
16	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	ANEXO III PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
	un.	CAPACITOR TIPO FRANKLIN	ANEXO III PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
9	un.	HASTE DE ATERRAMENTO TIPO GAIOLA FARADAY	ANEXO IV PALÁCIO DO PLANALTO	SPDA
1	un.	GERADOR DIESEL 500KVA 380V MOTOR SCANIA, COM ALTERNADOR WEG, QUADRO DE COMANDO, CONTROLADORA COMAP MODELO INTELILITE AMF25	PALÁCIO DO PLANALTO	GARAGENS E OFICINAS
1	un.	TANQUE DE COMBUSTIVEL 300L	PALÁCIO DO PLANALTO	GARAGENS E OFICINAS

1	un.	GERADOR DIESEL 500KVA 380V MARCA CUMMINS COM QUADRO DE COMANDO E CONTROLADORA POWER COMMAND	PALÁCIO DO PLANALTO	SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL
1	un.	TANQUE DE COMBUSTIVEL 500L	PALÁCIO DO PLANALTO	SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL
1	un.	NOBREAK 100KVA LACERDA COM BANCO DE BATERIAS	PALÁCIO DO PLANALTO	SECRETÁRIA DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL
1	un.	BANCO DE CAPACITORES TRICAP 15KVAR DE 5 ESTAGIOS 380V	PALÁCIO DO PLANALTO	GARAGENS, OFICINAS E SPR
1	un.	BANCO DE CAPACITORES TRICAP 15KVAR DE 3 ESTAGIOS 380V	PALÁCIO DO PLANALTO	CECAD
1	un.	TRANSFORMADOR 200KVA 13800/380V, CHAVE SELETORA EM MÉDIA TENSÃO E DISJUNTOR BAIXA TENSÃO SIEMENS MODELO 3AE1282-2 1250A	PALÁCIO DO PLANALTO	SUBESTAÇÃO TRANSFORMAD OR PARA AS GARAGENS E OFICINAS.
1	un.	TRANSFORMADOR 1000KVA 13800/380V COM CHAVE SELETORA	PALÁCIO DO PLANALTO	GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONA L
1	un.	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	PALÁCIO DO PLANALTO	GARAGENS, OFICINAS E SPR
242	m	REDE DE DISTRIBUIÇÃO SUBTERRANEA DE BAIXA TENSÃO 380V	PALÁCIO DO PLANALTO	GARAGENS, OFICINAS E SPR
13	un.	HASTE DE ATERRAMENTO TIPO GAIOLA DE FARADAY	PALÁCIO DO PLANALTO	COENGE
	un.	CAPACITOR TIPO FRANKLIN	PALÁCIO DO PLANALTO	COSEG
17	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	PALÁCIO DO PLANALTO	COTRAN
1	un.	ATENA TIPO FRANKLIN	PALÁCIO DO PLANALTO	COTRAN

4	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	PALÁCIO DO PLANALTO	GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL - GARAGEM
1	un.	CAPACITOR TIPO FRANKLIN	PALÁCIO DO PLANALTO	GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL - GARAGEM
3	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	PALÁCIO DO PLANALTO	GUARDA
3	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	PALÁCIO DO PLANALTO	PAVILHÃO COMANDO
5	un.	CAPACITOR TIPO FRANKLIN	PALÁCIO DO PLANALTO	PAVILHÃO COMANDO
3	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	PALÁCIO DO PLANALTO	PAVILHÃO LOGÍSTICA
1	un.	CAPACITOR TIPO FRANKLIN	PALÁCIO DO PLANALTO	PAVILHÃO LOGÍSTICA
2	un.	GERADOR DIESEL 750KVA 440V, MOTOR PERKINS, GERADOR GENERAC, ACIONADOR AUTOMATICO ComAp MODELO INTELIMAINS, COM SISTEMA DE ARREFECIMENTO E PRÉ-AQUECIMENTO	PALÁCIO DA ALVORADA	
2	un.	TANQUE COMBUSTIVEL 800L (PARA O GERADOR - UNDIVIDUAL)	PALÁCIO DA ALVORADA	
1	un.	RESERVATÓRIO 6000L (PARA OS GERADORES - EM COMUM)	PALÁCIO DA ALVORADA	
2	un.	TRANSFORMADOR ELEVADOR, ISOLAMENTO A SECO 1000KVA 440V/1380V, COMANDO AUTOMATICO MARCA COMAP MODELO INTELIMAIAS	PALÁCIO DA ALVORADA	
2	un.	RELE DE PROTEÇÃO MARCA ABB SÉRIE 615	PALÁCIO DA ALVORADA	
1	un.	TRANSFORMADOR REBAIXADOR, ISOLAMENTO A SECO 75KVA 13800V/380V	PALÁCIO DA ALVORADA	

5	un.	CUBÍCULO DE MÉDIA Tensão 13,8kv MOLA SIMPLES MARCA ABB MODELO UNISEC, ISOLAMENTO A GÁS HEXAFLUORETO DE ENXOFRE - SF6, 17,5KV, CORRENTE NOMINAL DE 630A E CORRENTE DE CURTO DE 20KV.	PALÁCIO DA ALVORADA	
5	un.	CUBÍCULO DE MÉDIA Tensão 13,8kv MOLA DUPLA MARCA ABB MODELO UNISEC, ISOLAMENTO A GÁS HEXAFLUORETO DE ENXOFRE - SF6, 17,5KV, CORRENTE NOMINAL DE 630A E CORRENTE DE CURTO DE 20KV.	PALÁCIO DA ALVORADA	
2	un.	CUBÍCULO DE MÉDIA Tensão 13,8kv DE TRANSIÇÃO MARCA ABB MODELO UNISEC, ISOLAMENTO A GÁS HEXAFLUORETO DE ENXOFRE - SF6, 17,5KV, CORRENTE NOMINAL DE 630A E CORRENTE DE CURTO DE 20KV.	PALÁCIO DA ALVORADA	
1	un.	TRANSFORMADOR REBAIXADOR, 13800V/380V 150KVA ISOLAMENTO A ÓLEO	PALÁCIO DA ALVORADA	ALIMENTAÇÃO CASA DE BOMBAS
2	un.	TRANSFORMADO REBAIXADOR 13800V/380V 500KVA MARCA ABB SÉRIE 615, ISOLAMENTO A SECO, COM RELE DE PROTEÇÃO	PALÁCIO DA ALVORADA	ALIMENTAÇÃO PALÁCIO DA ALVORADA
10	un.	LÂMPADA DE SINALIZAÇÃO	PALÁCIO DA ALVORADA	HELIPONTO
1	un.	BANCO DE FUSÍVEIS MARCA NEWTECH, TENSÃO NOMINAL 380/220V, CORRENTE NOMINAL 1800A	PALÁCIO DA ALVORADA	PROTEÇÃO DE LINHA DE TRANSMISSÃO SUBTERRANEA

1	un.	PROTETOR DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA SUBTERRÂNEA VENTILADO MARCA FUTURA MODELO SMART NETPRO 1600, TENSÃO NOMINAL 380/220V, CORRENTE NOMINAL 1600A, CORRENTE DE CURTO 30KA	PALÁCIO DA ALVORADA	
1	un.	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	PALÁCIO DA ALVORADA	
386	m	REDE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SUBTERRÂNEAS DE BAIXA TENSÃO 380V E MÉDIA TENSÃO 13800V	PALÁCIO DA ALVORADA	
1	un.	SPDA, GAIOLA DE FARADAY COM 20 HASTES DE ATERRAMENTO	PALÁCIO DA ALVORADA	
198	un.	ESTAÇÃO DE CONTROLE AUTOMÁTICO ABERTURA/FECHAMENTO VÁLCULA HIDRÁULICAS, MARCA HUNTER, MODELO ACC-99D.	PALÁCIO DA ALVORADA	DECODIFICADOR DISPONÍVEIS 1, 2, 4 E 6. PROGRAMÁVEL NO CAMPO 0 ICD-HP. COMUNICAÇÃO BIDIRECIONAL. COM SOLAR SYNC.
1	un.	GERADOR DIESEL 302KVA 380/220V, MARCA CUMMINS. COM QUADRO DE COMANDO, SISTEMA ARREFECIMENTO E PRE-AQUECIMENTO	PALÁCIO DO JABURU	
1	un.	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	PALÁCIO DO JABURU	
500	m	REDE DE DISTRIBUIÇÃO SUBTERRÂNEA DE BAIXA TENSÃO 380V	PALÁCIO DO JABURU	
3	un.	CAPACITOR TIPO FRANKLIN	PALÁCIO DO JABURU	SPDA

4	un.	HASTE DE ATERRAMENTO	PALÁCIO DO JABURU	SPDA
1	un.	GERADOR DIESEL 170KVA 380/220V, MOTOR MWM, QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA, USCA E ATUADOR ELETRÔNICO, SISTEMA DE ARREFECIMENTO E PRE-AQUECIMENTO	GRANJA DO TORTO	
1	un.	GERADOR DIESEL 260KVA 380/220V, MARCA CUMMINS, MODELO 1260 DGFM-12, ALTERNADOR LAF, USCA, SISTEMA DE ARREFECIMENTO E PRE-AQUECIMENTO	GRANJA DO TORTO	
1	un.	NOBREAK 10KVA IN:380 OUT:220V MARCA CP ELETRÔNICA, MODELO TOP 24100, COM 24 BATERIAS NO BANCO DE BATERIAS	GRANJA DO TORTO	
39	un.	LÂMPADA DE SINALIZAÇÃO	GRANJA DO TORTO	HELIPONTO1
1	un.	BANCO DE CAPACITORES 50 KVAR COM 5 ESTÁGIOS	GRANJA DO TORTO	
1	un.	BANCO DE CAPACITORES 30 KVAR COM 1 ESTÁGIO	GRANJA DO TORTO	
1580	m	REDE DE DISTRIBUIÇÃO SUBTERRÂNEA DE BAIXA TENSÃO 380V	GRANJA DO TORTO	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK , POTENCIA 1.3 KVA, AUTONOMIA DE ATE 60 MINUTOS Marca: SMS Modelo: 115-USB Série: 272240001521	PALÁCIO DA ALVORADA	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK , POTENCIA 1.3 KVA, AUTONOMIA	PALÁCIO DA ALVORADA	

		DE ATE 60 MINUTOS Marca: SMS Modelo: 115-USB Série: 272240001515		
1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA, BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER Modelo: SINUS II Série: 278360010792	PALÁCIO DA ALVORADA	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK 10,0 KVA Marca: TOP Modelo: TOP-24100 Série: 0433002	RESIDÊNCIA OFICIAL DO TORTO	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK POTENCIA 1.3KVA Marca: SMS Modelo: MANAGER NET3+	RESIDÊNCIA OFICIAL DO TORTO	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK 2.5 BIV/110 RMS Marca: SMS Série: 15805004 9586	RESIDÊNCIA OFICIAL DO TORTO	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK 2.5 BIV/110 RMS Marca: SMS Série: 15805004 9584	RESIDÊNCIA OFICIAL DO TORTO	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK 2200VA. Marca: POWER VISION Modelo: PV2200BIFIX Série: 277140008464	RESIDÊNCIA OFICIAL DO TORTO	
1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA, BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER Modelo: SINUS II Série: 278360010806	COORDENAÇÃO DO CENTRO DE CAPACITAÇÃO E DESEN	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK , POTENCIA 1.3 KVA, AUTONOMIA DE ATE 60 MINUTOS Marca: SMS Modelo: 115-USB Série: 272240001516	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITE C-COSIT	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK , POTENCIA 1.3 KVA, AUTONOMIA DE ATE 60 MINUTOS Marca: SMS Modelo: 115-USB Série:	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITE C-COSIT	

		272240001537		
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK , POTENCIA 1.3 KVA, AUTONOMIA DE ATE 60 MINUTOS Marca: SMS Modelo: 115-USB Série: 272240001519	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITE C-COSIT	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK POTENCIA 1.3KVA Marca: SMS Modelo: MANAGER NET3+	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITE C-COSIT	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK DE 1.000VA 220V. Marca: RAGTECH Modelo: IFD 1400 Série: 838073700 39	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITE C-COSIT	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK PORTAS USB, ENTRADA E SAIDA PARA FAX MODEM Marca: ENERMAX Modelo: PQ II 2500	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITE C-COSIT	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK PORTAS USB, ENTRADA E SAIDA PARA FAX MODEM Marca: ENERMAX Modelo: PQ II 2500	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITE C-COSIT	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK 5,5 KVA, TENSÃO DE ENTRADA BIVOLT 115/220V, TENSÃO DE SAIDA, 115V, 06 TOMADAS Marca: ENERMAX Modelo: POWER GUARD	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITE C-COTER	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK Marca: KVA Série: 148.267	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITE C-COTER	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK Marca: KVA Série: 148.255	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITE C-COTER	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK 2200VA. Marca: POWER VISION Modelo: PV2200BIFIX Série: 277140008181	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITE C-COTER	

1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA, BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER Modelo: SINUS II Série: 278360010783	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITE C-COTER	
1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA, BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER Modelo: SINUS II Série: 278360010807	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITE C-COTER	
1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA, BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER Modelo: SINUS II Série: 278360010784	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITE C-COTER	
1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA, BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER Modelo: SINUS II Série: 278360010793	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITE C-COTER	
1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA, BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER Modelo: SINUS II Série: 278360010799	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITE C-COTER	
1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA, BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER Modelo: SINUS II Série: 27836001078	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITE C-COTER	
1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA, BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER Modelo: SINUS II Série: 278360010787	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITE C-COTER	
1	un.	NOBREAK DE 3200 VA DE POTÊNCIA, BIVOLT, COR PRETO. Marca: POWER Modelo: SINUS II Série: 278360010795	DIRETORIA DE TECNOLOGIA/DITE C-COTER	
1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK DE 2.2 KVA Marca: SMS Série: 27714000 6191	DIRETORIA DE TECNOLOGIA - DITEC/LABORATÓ RIO	

1	un.	ESTABILIZADOR TIPO NOBREAK TBL 10000VA E220 S FNT FFNT ISO BI Marca: LACERDA Série: 00026704	SPR/GSI	
1	un.	NO BREAK . UPS SAI 90/125KVA E/S 380/220V. Marca: LACERDA Modelo: SAI 125KVA	SPR/GSI	

OBS.: As quantidades, especificações, tipos e modelos dos equipamentos podem variar, novos equipamentos podem ser adquiridos, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

No que tange à contratação de pessoa jurídica para a execução das atividades, objeto deste Estudo Preliminar se enquadra como serviço comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

A natureza dos serviços, dadas as suas características, enquadra-se no conceito de bens e serviços comuns, conforme definido no § 1º, do art. 2º, do Decreto nº 5.450/2005. Trata-se de serviço comum, posto que todas as atividades a serem desenvolvidas são comuns no mercado, sendo facilmente cotadas em diversos estabelecimentos que oferecem esses serviços de manutenção, dessa maneira, essas atividades são reconhecidas e estão disponíveis, a qualquer tempo, em um mercado próprio e estável, composto por diversos fornecedores, cujos serviços são comparáveis entre si, de modo que permite a decisão de aquisição com base no menor preço.

Por força do art. 57 da lei 8.666/93, os serviços contínuos seriam aqueles serviços imprescindíveis, necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção possa comprometer a continuidade de suas atividades e cuja contratação deve se estender por mais de um ano, nesse caso, a não continuidade dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva dos sistemas elétricos, dos equipamentos e das instalações do Complexo da Presidência da República com todos os materiais e equipamentos elencados das referidas edificações, comprometeria o pleno funcionamento das unidades, acarretando prejuízos ao desenvolvimento das atividades da Presidência da República, não restando dúvidas de que a contratação enquadra-se como serviço continuado.

6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS:

Os preços referenciais foram estimados por meio de pesquisa ao Painel de Preços do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão conforme anexos ([1033475](#)), ([1033482](#)), ([1033489](#)), ([1033495](#)), ([1033504](#)), ([1033509](#)), ([1042407](#)) e ([1042412](#)).

Com base nos anexos fornecidos pelo Painel de Preços do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão criou-se uma Planilha Comparativa Painel de Preços ([1168633](#)) onde analisa-se os preços contratados pelos Órgãos Públicos listados referentes à prestação de serviços terceirizados de natureza continuada. Os critérios utilizados encontram-se na Nota Técnica 8 ([1168976](#)) a qual elenca de forma detalhada os critérios utilizados.

Através das Planilhas de Cotação ([1682454](#)) e Planilha de custos e Formação de Preços (1682458) estima-se uma despesa anual com a execução do objeto deste Estudo Preliminar no valor de R\$ 6.149.792,89 (seis milhões, cento e quarenta e nove mil, setecentos e noventa e dois reais e oitenta e nove centavos).

É explicitado na Nota Técnica 16 da Planilha de Custos e Formação de Preços (1682458) a abordagem utilizada de forma detalhada para a obtenção dos valores referenciais para a nova contratação de serviços discriminados como NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO deste Estudo Preliminar.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Para atender a demanda do Objeto da contratação, torna-se necessária a contratação de empresa especializada com capacidade técnica comprovada por meio documental para atender, no mínimo, ao tipo de solução a contratar descrita no item 3. Requisitos da Contratação, especificamente o subitem 3.1. Elencar os Requisitos Necessários ao Atendimento da Necessidade e ao quantitativo especificado no item 4. Estimativas da Quantidade deste estudo.

A CONTRATADA deverá executar, a contar do recebimento da lista com todas Ordens de Serviços, em até três dias úteis, os serviços de manutenção em instalações e/ou equipamentos elétricos, eletroeletrônicos, eletromecânicos e eletrodomésticos, exceto as situações de urgência e emergência definidas pela Fiscalização do Contrato, para as quais a solução deverá ser de imediato, ainda que de forma provisória, desde que aceita pela Fiscalização.

Os serviços deverão ser realizados preferencialmente dentro do horário do expediente determinado pelo CONTRATANTE e compatibilizados com as solicitações e necessidades da Presidência da República, em períodos a serem acordados com a Fiscalização do Contrato, através do preposto da CONTRATADA, permitindo assim que todo o efetivo, ou parte dele, caso necessário, seja remanejado conforme a necessidade de demandas definida pela Fiscalização do Contrato, sem ônus adicional para CONTRATANTE.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, QUANDO NECESSÁRIO PARA A INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO:

Com vistas ao ganho de economia de escala, visando propiciar melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade mantendo uma ampla participação de licitantes e tendo

como referência a boa prática do contrato atual (135/2014 - Processo SEI [00059.000750/2013-39](#)), também acompanhando as novas contratações de objetos semelhantes por meio de pesquisa ao Painel de Preços do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão conforme anexos ([1033475](#)), ([1033482](#)), ([1033489](#)), ([1033495](#)), ([1033504](#)), ([1033509](#)), ([1042407](#)) e ([1042412](#)) acredita-se que a solução do objeto não deve ser parcelada.

Também com vistas a solução deste objeto os serviços deverão ser executados integralmente e de forma contínua e conjunta visando a otimização dos recursos e a logística de cada atividade. Concluindo, o parcelamento do objeto seria altamente contra-produtivo, uma vez que um segmento do serviço depende diretamente da execução de outros, o imediatismo e emergências das Ordens de Serviços deixa claro a necessidade de material à disposição para utilização nos serviços e por fim ainda antieconômico, pois seria necessário o dispêndio financeiro com mobilização e desmobilização para serviços extremamente semelhantes.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS:

Conforme Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, determina em seu art. 1º que no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade. Sendo assim, os referidos serviços a serem contratados deverão ser prestados por empresa especializada, que atue nesse segmento, regularmente autorizada pelos órgãos competentes, mediante fornecimento de mão de obra especializada e legalmente capacitada, em conformidade com a legislação pertinente. Ademais, os Estudos Técnicos Preliminares realizados buscou o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros a serem despendidos na contratação de serviços de terceiros.

A Administração pugnará pelo binômio preço-qualidade, estabelecendo o julgamento pelo menor preço, com o melhor aproveitamento de recursos financeiros disponíveis, sob a estrita obediência das condições editalícias, visando atingir as melhores práticas operacionais de manutenções preditivas, preventivas e corretivas dos equipamentos relacionados neste estudo existentes no Complexo das Edificações da Presidência da República e, assim, garantirá uma maior efetividade na realização de suas atividades.

A nova contratação permitirá a manutenção das boas condições de trabalho da administração, cuja relação entre a demanda prevista e a quantidade de serviço a ser contratado é da ordem 1:1, ou seja, a demanda refere-se à contratação de serviço especializado de manutenção dos equipamentos relacionados neste estudo, para o manutenção do atendimento desses às necessidades operacionais da CONTRATANTE, permitindo observar os aspectos legais, técnicos, socioeconômicos e ambientais, com as indicações necessárias e recomendações de ordem técnica para o melhor desempenho das funções institucionais da Presidência da República.

Assim, os benefícios esperados em termos de eficiência, eficácia, economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, viabilizará, em linhas gerais e, em específico, ao atendimento das seguintes necessidades:

- Abonar o bom funcionamento e manutenção para melhor atendimento das necessidades da Presidência da República;
- Salvarguardar as atividades, por meio de infraestruturas e equipamentos, de indisponibilidades advindas de falhas em equipamentos e serviços providos pelo atual

sistema;

- Aprimorar a disponibilidade e a sustentabilidade das atividades operacionais da Presidência da República por meio de reparos tecnológicos dos equipamentos, no que couber, cobertos por assistência técnica; e
- Reduzir custos operacionais.

10. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO:

A CONTRATADA deverá tomar providências durante a realização dos serviços de forma a reduzir impactos na realização de suas atividades como por exemplo, solicitações prévias de autorização para serviços eventuais, fornecimento de cronogramas, avisos, sinalizações aos usuários, identificação por uniforme e crachá dos seus empregados.

Faz-se necessário que a CONTRATADA, para o bom desempenho deste objeto, defina o local para guarda de equipamentos como plataforma elevatória, escadas e outros equipamentos de maior porte. Solicitar melhoria na cobertura de sinal de telefonia celular das principais operadoras telefônicas nas dependências disponibilizadas para a CONTRATADA montar seu escritório com linha telefônica restrita a chamadas internas.

A CONTRATANTE deve prover quantitativo de servidores devidamente capacitados, ou ainda qualificá-los, para atuarem na fiscalização/gestão do contrato.

A CONTRATANTE, pensando nos riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo, inseriu em seu Mapa de Riscos ([0864076](#)), as decisões/providências a serem tomadas no referido caso.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

A presente contratação não está alinhada com contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Com base nos Estudos Preliminares realizados e, principalmente, por se tratar de uma nova contratação para um serviço que já vem sendo prestado à Presidência da República (Contrato atual 135/2014 Processo SEI [00059.000750/2013-39](#)), a Equipe de Planejamento da Contratação considera como viável e imprescindível a contratação de uma empresa para atender a demanda dos serviços contínuos de operação e periódicos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva de instalações elétricas internas, externas e perimetrais, bem como modificação, adequação, melhoria e ampliação das instalações elétricas das edificações da Presidência da República.

APÊNDICE VI
DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS ESTIMATIVA

Arquivo do edital, em formato .pdf, disponível em:

www.comprasgovernamentais.gov.br

www.gov.br/secretariageral/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Proposta Comercial)

Referência: Pregão, na forma eletrônica, Nº 005/2020

Data de Abertura: ____ / ____ / 2020

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	PREÇO MENSAL	PREÇO ANUAL
1	1	Prestação de Serviços de Manutenção Elétrica – Postos de Trabalho		(*)
	2	Serviços eventuais com BDI		⁽¹⁾ R\$ 56.581,87
	3	Materiais+Combustíveis com BDI		(*)
PREÇO GLOBAL				

(*) O PREÇO ANUAL DO ITEM, decorrente da PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (Apêndice I do Anexo II), é o que deve ser cadastrado no sistema Comprasnet.

(1) O item 2 do Grupo 1 refere-se ao valor estimado para serviços eventuais com BDI. O licitante deverá registrar para o item 2 do Grupo 1 o valor fixo de **R\$ 56.581,87 (cinquenta e seis mil, quinhentos e oitenta e um reais e oitenta e sete centavos)** para o período de 12 (doze) meses, que irá compor o valor global do Grupo 1. **O valor deste item é FIXO e NÃO SERÁ objeto de disputa.**

ATENÇÃO: A Planilha de Composição de Preços constante do **Apêndice I do Anexo II** deverá ser preenchida e encaminhada após negociação, mediante convocação do pregoeiro.

1 Observações:

1.1 Prazo de validade da proposta de ____ (____) dias, a contar da data de abertura da sessão pública. *(No mínimo, 60 (sessenta) dias)*

2 Declaração

2.1 Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão.

2.2 Declaro expressamente ter pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

3 Dados da empresa:

Empresa/Razão Social:

Endereço:

CEP:

CNPJ:

Telefone:

Banco:

E-mail:

Agência:

Conta-Corrente:

4 Qualificação do preposto autorizado a firmar o Contrato:

Nome completo:

CPF:

RG:

_____, ____ de _____ de 2020.

(Nome completo do declarante (Responsável legal) – ID – CPF

APÊNDICE I
DO ANEXO II DO EDITAL

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Arquivo do edital, em formato .xls, disponível em:

www.comprasgovernamentais.gov.br

www.gov.br/secretariageral/pt-br/acao-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE VISTORIA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante), doravante denominada licitante do Pregão, na forma eletrônica, nº 005/2020, declara, sob as penas da lei, que:

Conhece as condições locais para execução do objeto ou tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

(Local), (UF), ____ de _____ de 2020.

Representante legal da licitante – ID – CPF

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
Valor total dos Contratos		R\$ _____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

ANEXO V

DECLARAÇÃO QUE NÃO MANTÉM FAMILIAR

Eu,, portador da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., na qualidade de Representante Legal da empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na, declaro para todos os fins de direito que, nos termos do subitem 4.3 do edital do Pregão, na forma eletrônica, nº 05/2020, não há administrador ou sócio da empresa com poder de direção familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

Declaro ainda que os sócios ou dirigentes desta empresa não mantêm vínculo familiar com servidor do órgão contratante que tenha poder de influência sobre a condução da licitação.

Por ser verdade firmo a presente declaração para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos.

(Local), (UF), ____ de _____ de 2020.

Representante legal da licitante – ID – CPF

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

Ilmo. Sr.

(pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº.....
DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida no endereço: _____, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SLTI/MP nº 05/2017,

COMPROMETE-SE a abrir escritório na cidade de _____ em 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do contrato e mantê-lo durante toda a vigência contratual.

Ou

DECLARA que já possui instalações e escritório na cidade de _____ no endereço: .

_____, ____/____/2020.

EMPRESA

Nome da empresa com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)

ANEXO VIII

MODELO DE AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº XX/2020

inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____

(nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, **AUTORIZA** a União, representada pela Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.411/0001-09, situado no Anexo II do Palácio do Planalto, Ala “A”, Sala 208, em Brasília-DF, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. 005/2020:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa (indicar o nome da empresa) junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da *Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República*, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

4) que seja retida, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista no subitem 3.1 do Anexo VII-F da Instrução Normativa n.º 05/2017 SEGES/MP.

..... de..... de 2020.

(assinatura do representante legal do licitante)

ANEXO IX

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÕES EM SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E A EMPRESA

.....

CONTRATO Nº /2020

A União, por intermédio da Presidência da República, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.411/0001-09, neste ato representada pelo Diretor de Recursos Logísticos da Secretaria Especial de Administração, portador da matrícula funcional nº, de acordo com a competência prevista no, publicada no Diário Oficial da União de, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 00059.000381/2018-99, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 005/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de operação e manutenções preventivas, corretivas e preditivas em sistemas de energia elétrica de baixa, média e alta tensão e seus sistemas de controle, proteção, supervisão e automação, sistemas ininterrupto de energia, motogeradores, bancos de capacitores, sistemas de aterramento, de proteção contra descargas atmosféricas, de reuso de água, de irrigação, incluindo equipamentos elétricos, eletromecânicos, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, além de executar melhorias nas instalações elétricas das dependências da Presidência da República com o fornecimento de profissionais especializados, materiais, componentes, ferramentas, máquinas e equipamentos adequados e necessários para a execução dos serviços, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes, por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o

disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O preço mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	PREÇO MENSAL	PREÇO ANUAL
1	1	Prestação de Serviços de Manutenção Elétrica – Postos de Trabalho		
	2	Serviços eventuais com BDI		R\$ 56.581,87
	3	Materiais+Combustíveis com BDI		
PREÇO GLOBAL				

3.2 No preço acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 O preço acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme previsto no Termo de Referência.

5.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.4.1 O prazo de validade;

5.4.2 A data da emissão;

5.4.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

5.4.4 O período de prestação dos serviços;

5.4.5 O valor a pagar; e

5.4.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.6.1 Não produziu os resultados acordados;

5.6.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.6.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

5.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.16 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

5.16.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

5.16.2 A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

5.16.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

5.17 A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

5.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \frac{I}{= \quad \frac{(6 / 100)}{365}} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

6.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

6.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1 Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2 Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3 Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo – medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ocorrido no período, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

6.13.1 A mesma fórmula será utilizada para o reajustamento do Óleo Diesel S-500, constante na Planilha de Custos e Formação de Preços (1682458) aba (VIII) Combustíveis, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ocorrida no período.

6.13.2 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.13.3 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.13.4 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.13.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

6.13.6 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

6.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.14.1 A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.14.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.14.3 Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

6.19 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 A Contratada prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

7.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da sua via do contrato assinada, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

7.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

7.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

7.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.4.2 Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

7.4.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

7.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

7.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

7.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

7.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.12 Será considerada extinta a garantia:

7.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.12.2 No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

7.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

7.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

7.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1 O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a disciplina do recebimento do objeto pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

8.4 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

V – Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

8.5 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

8.6 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

8.7 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

8.8 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

- b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

- c.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- c.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
- c.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- c.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- c.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

- d.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- d.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- d.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

8.9 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

8.10 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

8.11 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 8.8 acima deverão ser apresentados.

8.12 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

8.13 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

8.14 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

8.15 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

8.16 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

8.16.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

8.16.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no Sicafe;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

8.16.3. Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho

8.17 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

8.17.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

8.18 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

8.18.1 Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

8.19 A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;

c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

8.20 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.20.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.21 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.22 O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.23 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.24 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico ou pelo gestor, caso não haja fiscal técnico designado, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.25 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.26 O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.27 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.28 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

8.29 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.30 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.31 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.32 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.33 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

8.33.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

8.33.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

8.33.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

8.34 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

8.35 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.36 As disposições previstas no Termo de Referência e neste Contrato não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

8.37 O representante da Contratante deverá comunicar à Contratada por escrito, quanto à Política de Segurança da Informação da Secretaria Especial de Administração e suas normas complementares, para ciência e para que se responsabilize por todas as providências e deveres estabelecidos.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1 Obrigações da Contratante:

9.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.1.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

9.1.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições no Termo de Referência e neste Contrato;

9.1.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.1.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.1.7.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da

contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.1.7.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.1.7.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.1.7.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.1.8 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

9.1.8.1 A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

9.1.8.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

9.1.8.3 O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

9.1.9 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

9.1.10 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.1.11 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.1.12 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.1.13 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.1.14 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.1.15 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

9.1.16 Fornecer o combustível (óleo diesel S-10) necessário e com adequadas características ao funcionamento dos motores estacionários dos grupos geradores do Palácio da Alvorada num quantitativo estimado de 1.500 (um mil e quinhentos) litros de óleo diesel S-10 (média/ano), por meio de solicitação de fornecimento de combustível, feita por empregado da CONTRATADA ou servidor da Presidência da República, previamente cadastrados no banco de dados da Coordenação de Transportes - COTRAN, mediante apresentação de identificação funcional e digitação de senha no sistema específico da COTRAN para controles e registros futuros.

9.1.17 Fornecer crachá de identificação aos empregados da CONTRATADA, de uso obrigatório, para acesso às dependências da CONTRATANTE, que deverão ser devolvidos à Segurança, ao final do vínculo empregatício com o Contrato.

9.1.18 Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações da CONTRATANTE, desde que estejam devidamente credenciados, portando crachá de identificação e exclusivamente para execução dos serviços.

9.1.19 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA, mediante Preposto, relacionados com a execução dos serviços.

9.1.20 Colocar à disposição dos empregados da CONTRATADA, local para guarda de ferramentas, troca e guarda de uniformes, necessários ao bom desenvolvimento dos serviços.

9.1.21 Disponibilizar espaço físico para a CONTRATADA montar seu escritório e disponibilizar, se possível, linha telefônica restrita a chamadas internas.

9.1.22 A CONTRATANTE deve cobrar à CONTRATADA, as faltas de seus empregados que não tenham sido substituídos.

9.1.23 Observar todos os demais itens – anteriores e posteriores – deste Instrumento onde haja a definição/descrição de uma necessidade, uma responsabilidade, uma exigência e/ou uma condição para prestação do serviço que constitua obrigações à Contratante.

9.2 Obrigações da Contratada:

9.2.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

9.2.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou pelo gestor, caso não haja fiscal designado, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.3 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração;

9.2.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.2.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.2.7 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.2.8 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.2.9 As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

9.2.9.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

9.2.9.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

9.2.9.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

9.2.9.4 declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

9.2.9.5 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

9.2.10 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

9.2.11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9.2.12 Substituir, no prazo máximo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao fiscal do contrato ou ao gestor, caso não haja fiscal designado;

9.2.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

9.2.13.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

9.2.14 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.2.15 Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.2.15.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

9.2.16 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.2.17 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou pelo gestor, caso não haja fiscal designado, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

9.2.18 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

9.2.19 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.2.20 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.2.20.1 viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.2.20.2 viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.2.20.3 oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.2.21 Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

9.2.22 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.2.23 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

9.2.23.1 A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

9.2.23.2 Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

9.2.23.2.1 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

9.2.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.2.25 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.26 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.27 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.2.28 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

9.2.28.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.2.29 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2.30 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.2.31 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

9.2.32 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.33 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

9.2.34 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

9.2.35 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.2.36 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes do Termo de Referência.

9.2.37 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.2.38 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.39 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

9.2.40 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.2.41 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.2.42 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

9.2.42.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

9.2.42.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

9.2.43 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

9.2.43.1 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

9.2.43.2 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

9.2.43.3 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

9.2.44 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

9.2.45 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

9.2.45.1 Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá instalar escritório, de acordo com a declaração apresentada para fins de habilitação, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

9.2.46 Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006 e artigo 7º do Decreto n. 8.538/2015.

9.2.46.1 Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

9.2.46.2 Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

9.2.47 Atender às normas disciplinares e demais regulamentos em vigor nas dependências da CONTRATANTE, conforme Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017, e nas Portarias CGU 1.089/2018 e 57/2019, em especial, alinhando-se aos ditames do Programa de Integridade existente na Secretaria-Geral da Presidência da República e as normas de Segurança da Informação da Secretaria de Administração da Presidência da República, no que for aplicáveis, bem como as cláusulas constantes do Termo de Confidencialidade (Apêndice I deste Termo de Referência).

9.2.48 Ter sob vínculo empregatício, exclusivo, os seus empregados, estando em dia com seus encargos trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como o pagamento de adicional de periculosidade, ou insalubridade se o caso permitir.

9.2.49 Recolher em dia todos os impostos, taxas, emolumentos e encargos sociais incidentes sobre o objeto deste Termo.

9.2.50 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos às instalações ou bens, de propriedade da CONTRATANTE, dos servidores ou de terceiros, causados por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Termo e do Contrato que vier a ser assinado.

9.2.51 Implementar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre, em perfeita ordem, todas as dependências da CONTRATANTE, bem como não desviar o efetivo contratado para atividades diversas das que foi contratado.

9.2.52 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

9.2.53 Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente;
2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
4. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e
5. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção.

9.2.54 Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas

composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

9.2.55 Assessorar a Coordenação-Geral de Engenharia e Coordenação de Engenharia e Manutenção na elaboração e desenvolvimento dos projetos que envolvam instalações e equipamentos inerentes ao objeto deste Termo.

9.2.56 Fornecer o combustível (óleo diesel S-500) necessário e com adequadas características ao funcionamento dos motores estacionários dos grupos geradores do Palácio do Planalto, Palácio do Jaburu, Granja do Torto, GSI, COTRAN/SPR e Caterpillar, além de outros que porventura venham a ser adquiridos, num quantitativo estimado de 3.000 (três mil) litros óleo diesel S-500 (média/ano).

9.2.56.1 O controle de utilização do combustível (óleo diesel S-500) deve ser enviado mensalmente à Fiscalização do Contrato para seu controle e aceite.

9.2.57 Realizar o procedimento de circulação do combustível de todos os tanques de armazenamento dos motores estacionários dos grupos geradores da Presidência da República de acordo aos prazos e procedimentos definidos pela Fiscalização do Contrato.

9.2.58 Efetuar a troca de combustível do atual S-10 para S-500 dos motores estacionários dos grupos geradores do Palácio do Planalto, Palácio do Jaburu, Granja do Torto, GSI, COTRAN/SPR e Caterpillar, realizar uma limpeza cuidadosa dos equipamentos e, principalmente, a troca dos meios filtrantes.

9.2.59 Observar todos os demais itens – anteriores e posteriores – deste Instrumento onde haja a definição/descrição de uma necessidade, uma responsabilidade, uma exigência e/ou uma condição para prestação do serviço constituem obrigações da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei n.º 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

10.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

10.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

10.1.5 cometer fraude fiscal.

10.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

10.2.2 Multa de:

10.2.2.1 0,10% (um décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.2.2.2 2% (dois por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

10.2.2.3 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

10.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

10.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

10.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

10.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 10.1 deste Contrato.

10.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3 As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.3, 10.2.4 e 10.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

10.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

10.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.14 As ocorrências bem como as penalidades resultantes serão formalizadas por meio de notificação, via Ofício.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 Indenizações e multas.

11.5 O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto nº 9.507, de 2018).

11.6 Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP nº 05/2017).

11.7 Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1 a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2 os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8 Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9 O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10 O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1 É vedado à CONTRATADA:

12.1.1 caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2 interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 É eleito o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Brasília, de de 2020

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA